

Avante!

Páginas centrais



NAS PAREDES DO PORTUGAL DE ABRIL

1. A abertura da campanha eleitoral no distrito de Lisboa, conforme foi anunciado no Encontro de Militantes da ORL do PCP, constará dia 11 de Novembro, de um grande desfile pelas ruas de Lisboa, com início às 14.30 horas do Martim Moniz em direcção à Alameda Afonso Henriques.

2. Integrada nas iniciativas para o desfile, realizar-se-á a «Estafeta Povo Unido» de 6x3 000 metros, com percurso Santa Iria, Oiaio, Sacavém, Moscavide, Entrepasto, Bairro da Encarnação, Piscina dos Olivais Sul, Rotunda do Aeroporto, Largo do Areeiro, Alameda Afonso Henriques, com início às 10 horas. As inscrições estão abertas nos Centros de Trabalho do PCP.

3. Em vários pontos do distrito de Lisboa fôr-se-ão largadas de foguetes seguidas de desfile com participação de ranchos folclóricos, grupos corais, bandas e carros alegóricos. Neste momento, em todos os concelhos e sectores trabalha-se com entusiasmo, alegria e espírito criador — todos querem que a sua participação no desfile se torne uma realidade, todos querem ajudar! Os desfiles dirigem-se depois para Lisboa, acompanhados de caravanas de automóveis; concentram-se às portas da cidade e seguem pelas ruas da capital, convidando à participação de todos, no grande desfile do **Partido dos Trabalhadores**.

4. Carros alegóricos desfilando do Martim Moniz para a Alameda Afonso Henriques darão a imagem das conquistas de Abril — as nacionalizações, o controlo operário, a Reforma Agrária. O ensino, a arte e a cultura, a saúde, o desporto, direitos do povo pelos quais nos comprometemos lutar, têm o seu lugar no desfile. As propostas dos comunistas para os problemas e dificuldades dos pequenos agricultores, dos reformados, das mulheres, da juventude, dos pequenos e médios comerciantes e industriais estão presentes. A Constituição da República será representada num dos carros. O carro sobre o «Avante!» lembrará a vitória heróica do jornal da classe operária e dos trabalhadores.

5. O desfile irá culminar na Alameda Afonso Henriques com uma realização de carácter vincadamente popular: o tradicional magusto do dia de S. Martinho. Haverá espectáculo com a participação de vários artistas e classes de ginástica e um importante comício no qual intervirá o secretário-geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal, que encerrará esta grandiosa festa.



Peniche, Seixal, Valada de Frades

COM O POVO, COM A DEMOCRACIA

O camarada Álvaro Cunhal, no passado fim-de-semana, deslocou-se aos distritos de Setúbal e de Leiria, onde participou em comícios, sessões de esclarecimento e encontros com a população em Palmela, Quinta do Anjo, Seixal e Cova da Piedade (no sábado), e em Peniche, Nazaré, Valado de Frades e Marinha Grande (no domingo).

Estas realizações, bem como as outras dezenas de sessões realizadas por todo o país, decorreram em ambiente de fraterno entusiasmo e apontam para a vitória democrática

Pág. 3



Há 62 anos

A Grande Revolução de Outubro

Pág.10

Centenas de sessões, milhares de pessoas: a APU cresce!

Na sexta-feira, o camarada Álvaro Cunhal estará em Portalegre e participa numa sessão de esclarecimento no Cine-Teatro Cristal, às 21.30 horas. No Sábado terá encontros com a população em Galveias, às 9 horas; em Benavila, às 10; em Alter do Chão às 11.30 e, em Nisa, às 13 horas; participa em sessões em Castelo Branco às 15 horas; no Fundão às 18 e na Covilhã realiza-se um comício às 21 horas. No domingo, o secretário-geral do PCP tem encontros com a população em Gouveia às 9 horas; em Seia, às 10; na Régua, às 15 e, em S. João de Lobrigos, às 15.30. Às 16.45 tem início, em Vila Real, um comício.

O camarada Carlos Brito visitará a Região Autónoma dos Açores, de 5 a 9 de Novembro, participando em comícios e sessões a realizar nas diversas ilhas do Arquipélago, promovidos pela DORAA do PCP e pela Comissão da Aliança Povo Unido dos Açores.

Os candidatos pelo círculo do Porto da Aliança Povo Unido vão ser apresentados no próximo sábado, às 15 e 30, durante um Grande Comício, que decorrerá no Palácio de Cristal. Tomarão a palavra Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, João Fonseca, membro da DORP e do CC, Conceição Soares, dirigente sindical têxtil, e o dr. Raul de Castro, membro do Conselho Nacional do MDP/CDE e vereador da CMP, todos candidatos da APU. O Partido promove ainda uma grande Festa para Crianças no próximo domingo, no Porto, no Palácio de Cristal. Logo de manhã, há desporto, pintura e modelagem. De tarde, actuam vários artistas e serão projectados filmes. Vários candidatos do PCP estarão à disposição das crianças interessadas em participarem na «mesa dos ofícios» e aproveitarem o ensejo para saberem muitas coisas acerca de muitas actividades profissionais.

MDF

Um exemplo de como é a política de recuperação capitalista a responsável pelas dificuldades de algumas empresas

Pág.9

Editorial

O VOTO SEGURO E CERTO NA DEMOCRACIA

A luta pela defesa e a consolidação das liberdades e das outras grandes conquistas da Revolução, pelo revigoramento das instituições e do regime democrático exarados na Constituição e pelo florescimento da herança libertadora do 25 de Abril, é uma luta difícil e dura que se trava em várias frentes.

A importância de cada uma destas frentes de combate não é sempre igualó varia no espaço e no tempo conforme a evolução do processo. É, porém, a conjugação de todas e a correcta ordenação da importância relativa de cada uma, que permitem avançar com segurança na construção vitoriosa do futuro.

Por vezes pode a luta popular pela democracia e a liberdade exigir um combate porfiado e simultâneo em várias frentes ou em todas elas ao mesmo tempo, mas é uma regra elementar do combate distinguir a cada passo qual é a batalha principal, qual a frente que exige maior empenhamento de forças e de meios para arrancar a vitória.

Nesta fase adiantada da solução constitucional da crise de governo, que tem constituído uma parte relevante da crise política — uma fase na qual a reacção, obrigada a travar combate num terreno e em condições para que não estava preparada, mobiliza todos os seus recursos — a batalha principal é sem dúvida a das eleições.

Certos comentadores políticos simplistas, com uma visão acanhada do processo democrático, têm a tendência ou para negar a importância da batalha eleitoral ou então para proclamar, como receita absoluta em todas as situações, que «o voto é a arma do povo», com exclusão de quaisquer outras.

São políticos de vistas curtas mas devemos acentuar que no momento actual, na saída constitucional em curso, o voto é incontestavelmente a arma mais importante para a vitória da democracia no período imediato.

Dai a importância da preparação cuidadosa da batalha eleitoral; dai a exigente necessidade de consciencializar cada democrata e patriota português sobre a utilização criteriosa e inteligente da importante arma do voto na batalha eleitoral que se avizinha.

Cada português democrata e patriota que se dispõe a votar nas próximas eleições intercalares, vota por alguma coisa, deseja naturalmente que o seu voto não se perca nessa importante batalha de clarificação política que o eleitorado português vai travar em 2 de Dezembro.

Os campos estão perfeitamente delimitados quanto à natureza das forças que vão disputar as eleições: de um lado estão as forças democráticas — do outro as forças reacţionárias.

Nestas últimas, o bloco reacţionário que dá pelo nome de «Aliança Democrática» agrupa todo o rebotalho da extrema direita, todos os inimigos da democracia e do 25 de Abril, desde o CDS, o PPD e o PPM até à CAP, à CIP, à CCP, ao MIRN e outros. Os grupos nazis do PC de P (ml) e AOC, do PCPT/MRPP e quejandos que se propõem concorrer às eleições com listas pró-

prias são pequenos apêndices da «Aliança Reacţionária» aos quais foram consignados objectivos de confusão e divisionismo e não merecem qualquer relevo particular.

As forças democráticas concorrentes às eleições compreendem, como se sabe, o PCP e o MDP/CDE coligados na APU (Aliança Povo Unido), o PS e outros, partidos de menor importância com fraca implantação no plano nacional.

Perfilam-se posições políticas, os programas eleitorais de cada partido ou bloco de partidos que se propõem concorrer às eleições intercalares são já mais ou menos conhecidos. Uns, pela forma precisa, pela clareza e concisão dos seus objectivos programáticos; outros pela demagogia e pela indefinição e ambiguidade da sua maneira de estar em política, pelas suas dúvidas posições quanto aos agudos problemas que preocupam o povo e o País.

A questão do voto seguro e certo naquilo que se pretende defender e afirmar através das eleições põe-se com agudeza a todos os portugueses maiores de 18 anos que no uso dos seus direitos de cidadãos vão no dia 2 de Dezembro decidir da composição política da nova Assembleia Legislativa a vigorar até 1980 e, com muitas probabilidades, do carácter e da composição do governo que poderá ser posto à frente do País.

O voto seguro e certo dos que querem destruir o regime democrático e aniquilar as conquistas do 25 de Abril, dos que sonham com o regresso ao passado e desejam instaurar uma nova ditadura, dos que pretendem de novo submeter Portugal à escravidão do capital estrangeiro e do imperialismo, será naturalmente no bloco reacţionário de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, de Casqueiro e Barreto, de Sousa Tavares, Ferreira do Amaral & C.ª. Votar no cacharolete da «Aliança Reacţionária» ou na outra alternativa de direita oferecida pelo PDC do Sr. Pinheiro de Azevedo, é votar seguro e certo nas forças mais retrógradas da sociedade portuguesa.

O objectivo número um das forças democráticas, de todos os portugueses democratas e patriotas, é derrotar rotundamente este bloco reacţionário, é manter em minoria na Assembleia da República, e se possível ainda reduzir à sua expressão mais simples, as forças da reacção.

Opções de fundo reclamam o voto seguro e certo dos portugueses democratas e patriotas que são a imensa maioria do Povo português.

Defini-las com clareza, reflectir responsabilmente sobre elas e sobre as formas de lhes dar concretização prática é um procedimento necessário para votar com segurança e acerto no dia 2 de Dezembro.

Como e em quem votar seguro e certo no respeito da Constituição, na estabilidade e reforço do regime democrático; na garantia das liberdades e direitos dos cidadãos, da legalidade, da ordem democrática e da tranquilidade pública?

Na «Aliança Reacţionária» cujos partidos introduziram a inconstitucionalidade como método de governo através da equipa fascizante Mota Pinto/PPD/CDS? Nos partidos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral que têm levado sistematicamente à prática uma criminosa ofensiva de desestabilização política, económica, social e militar e têm desenvolvido uma actividade golpista para a revisão inconstitucional da Constituição; que têm ligações pessoais e partidárias com elementos da rede bombista; que têm incentivado a violência contra os trabalhadores e através de órgãos da comunicação social que manipulam têm apelado à intervenção armada na pacífica zona de intervenção da Reforma Agrária?

Ou no PS que no seu I Governo Constitucional e na Assembleia da República, em estreita aliança com a direita, fez aprovar a lei Barreto, a lei dos senhorios ricos, a lei das indemnizações e todas as leis da chamada contra-revolução legislativa, claramente contra o espírito e a letra da Constituição, que fez aprovar a lei das Comissões de Trabalhadores; a lei Gonet, e tem facilitado, com as suas cumplicidades e conciliações com a direita, as ofensivas contra a legalidade democrática e a tranquilidade dos portugueses?

Ou no PCP que tem sido o mais denodado defensor da Constituição da República, da legalidade e das instituições democráticas, da estabilização da situação nacional, da tranquilidade pública, dos direitos, liberdades e garantias do Povo português em geral e dos trabalhadores em particular?

No PCP, integrado na APU, que proclama como um ponto do seu programa eleitoral a anulação e rectificação das decisões inconstitucionais e ilegais nos últimos governos?

É, evidentemente, para todos os democratas e patriotas portugueses que em tal matéria, na política dos comunistas, confirmada pela prática quotidiana, o voto seguro e certo não é na «Aliança Reacţionária» nem no PS mas no PCP integrado na APU.

Como e em quem votar seguro e certo na contenção do aumento do custo de vida, na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias, na dinamização da economia portuguesa voltada para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida do povo, na base do respeito pelos limites das formações económicas?

É evidente que o voto seguro e certo dos portugueses não pode ser na «Aliança Reacţionária» que exprime os interesses das classes exploradoras dos monopolistas e latifundiários, dos que no governo e fora dele têm agravado numa escala brutal o fardo do custo de vida sobre os trabalhadores, dos que têm procurado à custa da miséria do povo reconstituir as grandes fortunas desapossadas pelas Nacionalizações, a Reforma Agrária, as intervenções estatais contra o patronato sabotador.

Não pode ser no PPD e no CDS que no programa da sua reacţionária «Aliança» se propõem rever toda a legislação do trabalho num sentido favorável ao grande patronato, o direito à greve e outros direitos e garantias dos trabalhadores.

Nem no PS, arquitecto e iniciador da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, que abriu a porta ao grande capital privado português e estrangeiro, ao regresso dos Mellos, dos irmãos Carvalhos, dos Pinto de Magalhães, das Femandas Pires da Silva, dos J. Pimenta, dos Agostinho da Silva, e outros jurados reacţionários detentores de grandes fortunas na época do fascismo, ao restabelecimento dos latifúndios; não nos socialistas, cuja política económica nos governos constitucionais I e II se caracterizou pelo agravamento da inflação e o abasamento do salário real dos trabalhadores, pelo cerceamento do direito ao trabalho e o aumento do desemprego.

O voto seguro e certo em tal matéria é o voto no PCP, componente da APU, que se tem batido pela recuperação da economia nacional com base no desenvolvimento e no apoio às novas formações económicas, pela elevação constante das condições de vida dos trabalhadores e de todo o povo.

Como e em quem votar seguro e certo na firme defesa da independência nacional e da integridade territorial e diversificação das relações externas, amizade e cooperação com todos os povos do mundo?

No PPD e no CDS, cujos chefes têm mantido intensas relações com os círculos imperialistas, que foram aos Estados Unidos, à RFA e à Espanha mendigar o apoio e convidar os piores representantes da reacção europeia a participar na campanha eleitoral da «Aliança Reacţionária», que abrem assim a porta à descarada ingerência estrangeira nas nossas questões internas?

No PPD e no CDS que no seu programa preconizam a crescente submissão de Portugal ao capital estrangeiro, ao imperialismo, aos planos agressivos da NATO?

Ou no PS que amarrou a economia portuguesa ao FMI, que para agradar ao capital estrangeiro e ao imperialismo impôs ao Povo português a política dos «pacotes», a diminuição dos ritmos do desenvolvimento económico de Portugal?

O voto seguro e certo numa política patriótica de defesa da nossa independência é o voto no PCP integrado na APU, que, ao longo dos anos, se tem mostrado o mais firme campeão da amizade e cooperação pacífica com todos os povos do mundo e cujas relações e prestígio internacionais grangearam o respeito das forças da paz e da convivência internacionalistas entre os povos.

O reforço do PCP através de uma votação maciça na APU será uma garantia da vitória democrática nas eleições de Dezembro, o voto seguro e certo na democracia, na unidade de todos os democratas e patriotas portugueses, na defesa e consolidação do 25 de Abril, é o voto no PCP, é o voto na APU.

Saudação ao Partido Comunista Peruano

Queridos Camaradas,
O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o 7.º Congresso do Partido Comunista Peruano e, através dos seus delegados, todos os comunistas, a classe operária e os trabalhadores do Perú.

Os comunistas portugueses seguem com particular interesse e espírito solidário a luta dos seus camaradas peruanos em defesa dos interesses da classe operária e das massas populares.

O processo revolucionário iniciado em 1968 e as transformações revolucionárias alcançadas até 1975 — designadamente a nacionalização dos

sectores-chave da economia e a Reforma Agrária — despertaram um grande interesse em Portugal e foram saudadas com grande alegria pela classe operária e os trabalhadores do nosso país.

Os comunistas portugueses, empenhados na defesa das conquistas da Revolução de Abril, estão bem situados para avaliar da importância e significado das transformações económicas e sociais alcançadas pelo povo peruano e sentem-se estreitamente solidários para impedir a sua destruição.

O PCP manifesta-vos a sua activa solidariedade na luta que travais em defesa dos interesses da classe operária e das massas

populares; contra o aumento do custo de vida, o desemprego e demais consequências da política de submissão aos ditames do imperialismo, e em particular do FMI; contra a política oficial que favorece os partidos da direita e os propósitos da reacção interna e do imperialismo internacional; contra a legislação antipopular e a repressão do movimento operário e sindical; por eleições verdadeiramente livres e representativas dos sentimentos democráticos e progressistas do povo trabalhador peruano.

Em Portugal, os comunistas lutam em defesa das conquistas alcançadas com a revolução do 25 de Abril de 1974, contra a política de recuperação capitalista, agrária

e imperialista de sucessivos governos, por um governo e uma política democráticas que respeite a Constituição e a marcha para o socialismo que nela se consagra. Apesar de mais de três anos de ofensiva das forças reacţionárias internas e do imperialismo, as grandes conquistas da revolução portuguesa continuam em pé, corajosamente defendidas por um poderoso movimento das massas populares de que a classe operária e o movimento sindical unido na CGTP-IN, são o principal bastião e em que o PCP desempenha um papel determinante. Estamos confiantes em que nas próximas eleições de Dezembro, a reacção será uma voz mais derrotada e eleita uma maioria democrática

designadamente de comunistas e socialistas. Transformar esta maioria aritmética numa maioria política efectiva é um objectivo fundamental da luta do nosso partido.

Queridos Camaradas,
O 7.º Congresso do Partido Comunista Peruano tem lugar num momento particularmente difícil, em que as forças, da reacção interna e do imperialismo procuram impor a sua política antinacional e antipopular, e não hesitam em recorrer à repressão para sufocar a corajosa luta dos comunistas, da classe operária e do povo peruano. Mas tem também lugar numa situação em que a luta libertadora dos povos do mundo regista novos sucessos, como o mostra

a revolução na Nicarágua e também a evolução da situação noutros países da América Latina onde as ditaduras fascistas e reacţionárias se esborçam ante a luta das massas e a força da solidariedade internacional.

As recentes campanhas de provocações contra Cuba socialista e os projectos de instalação em países da NATO de novas armas de destruição massiva constituem exemplos dos gravíssimos perigos que encerra para a paz, a segurança e a independência dos povos a política aventureira de certos círculos do imperialismo. Numa tal situação torna-se ainda mais necessário e indispensável o reforço da acção solidária de

todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz e, em primeiro lugar, a unidade do movimento comunista internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

O PCP não poupará esforços na luta por estes objectivos.

Queridos Camaradas,
A realização do 7.º Congresso do Partido Comunista Peruano constitui um importante acontecimento na vida dos comunistas, da classe operária e dos trabalhadores peruanos. Estamos certos de que ele contribuirá para novos e importantes sucessos do vosso partido nos seus esforços para unir as massas trabalhadoras e as

forças progressistas peruanas em defesa das conquistas alcançadas na luta pela democracia, a independência nacional e o socialismo.

Reafirmando-vos a solidariedade combativa dos comunistas portugueses, fazemos votos para que se fortaleçam ainda mais os laços de amizade e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Peruano.

Viva o 7.º Congresso do Partido Comunista Peruano!
Viva o Marxismo-Leninismo e o Internacionalismo Proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

As centrais nucleares na fronteira espanhola e os interesses dos portugueses

1. Através do noticiário da imprensa e de posições tomadas por algumas autarquias portuguesas e espanholas, o Povo português tem sido alertado, quer em relação ao desvio da água do Tejo para o rio Segura, quer em relação à eventual decisão do governo espanhol sobre um programa de construção de novas centrais nucleares (uma na planície de Badajoz, sobre o rio Guadiana, e a cerca de 110 km da fronteira

portuguesa e outra na confluência do rio Esla com o Douro, em Sayago, a cerca de 20 km da fronteira portuguesa).

2. Cabe, naturalmente, às autoridades espanholas decidir sobre o programa nuclear do seu país, tendo em conta, entre outros aspectos, os possíveis reflexos da sua execução sobre as populações vizinhas que vivem e trabalham fora das suas fronteiras.

Mas cabe também ao Governo português o dever de assegurar

a defesa dos interesses nacionais e dos justos anseios das populações ribeirinhas, nomeadamente do Douro e do Guadiana, quer através de novos convénios, quer através da colaboração com as autoridades espanholas, garantindo a qualidade da água a jusante e a segurança relativa ao funcionamento dessas centrais.

3. Perante esta situação, o PCP entende que o Governo português deveria informar com urgência

e rigor acerca da situação existente, dos problemas levantados, suas consequências e medidas tomadas e a tomar, tanto mais que, como é sabido, as águas dos nossos três grandes rios (Douro, Tejo e Guadiana) têm uma boa parte das suas bacias hidrográficas em Espanha.

Lisboa, 29 de Outubro de 1979.

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Delegações de estudo sobre desporto na Hungria e na Polónia

Delegações de estudo do PCP sobre cultura física e desporto deslocaram-se, nas últimas semanas, à Hungria e à Polónia, a convite, respectivamente, do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro e do Comité Central do Partido Operário Unificado da Polónia. Tais visitas realizaram-se no quadro das relações de amizade e cooperação existente, entre o PCP e aqueles dois partidos irmãos.

A delegação que se deslocou à Hungria foi dirigida pelo camarada Duarte Pimentel, da Comissão do Desporto junto do Secretariado do CC do PCP, tendo-se encontrado com o camarada Jenő Kovács, vice-responsável do Departamento de Administração Pública e de Administração Geral do Comité

Central do PSOH. Foi também recebida, em Budapeste, na Secretaria Nacional de Educação Física e Desporto, pelo seu vice-presidente, camarada Janos Maróti; e no Conselho Central dos Sindicatos Húngaros, por Ferenc Solyom, secretários do Conselho.

Os nossos camaradas visitaram a província de Maydu-Bihar, tendo sido recebidos no respectivo Comité Provincial do PSOH, em Debrecen, capital da província. Nesta cidade encontraram-se ainda com o Presidente do Conselho Provincial e visitaram o Clube Desportivo dos Ferrovias e Trabalhadores de Debrecen.

A delegação apreciou a política desportiva e a actividade orientadora do PSOH no campo da educação física e no movimento

desportivo, dirigida pelos interesses e necessidades dos trabalhadores e do povo húngaro.

A delegação que visitou a Polónia foi dirigida pelo camarada Mário Sousa, membro da Comissão de Desporto junto do Comité Central do PCP. A delegação foi recebida no Comité Central do POUP, designadamente pelos camaradas Misiewicz e Wojtkiewicz, responsáveis da Secção das Organizações Sociais, Cultura Física e Desporto, e Turismo, e pelo camarada Ostrowski, responsável-adjunto da Secção Internacional.

Em Varsóvia, a delegação de estudo do PCP teve também encontros com responsáveis do Comité Supremo de Cultura Física e Desporto e da Academia Superior de Educação Física e Desporto.

Os membros da delegação visitaram as províncias de Piotrkow, Łódz e Kalisz, onde foram recebidos pelos respectivos secretários dos Comités Provinciais do POUP, e tiveram diversos contactos a nível das estruturas administrativas locais, designadamente com departamentos desportivos.

No programa da delegação contaram-se inúmeras visitas a clubes desportivos — de empresas, de bairros e outros — escolas, centro de pioneiros e centros de recuperação e descanso, que permitiram o contacto a vários níveis com representantes da estrutura e das organizações desportivas na Polónia socialista.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1899 Lisboa-CODEX. Tel. 782345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.ª — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1899 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.ª — 1000 Lisboa. Tel. 779829/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.ª — 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 26938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.ª de Maio 186, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31258.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.ª — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776950. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.ª — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heskia Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 69 800





Agenda

Dia 31, Quarta-feira

Barreiro, às 21 e 30, sessão na Sociedade 1.º de Agosto Paivense
 • **Alhandra**, às 21 horas, comício com o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC, na Sociedade Euterpe Alhandrense
 • **Alcochete**, às 21 e 30, sessão, na Casa do Povo, com o camarada Octávio Pato, da Comissão Política do CC • **Lisboa**, às 21 e 30, sessão, no Casa Pia Atlético Club • **Lisboa**, às 21 e 30, sessão na Comissão de Moradores da Encarnação • **Camarate**, às 21 horas, sessão no Águilas com o camarada Severiano Falcão • **Lisboa**, às 21 e 30, no LNEF, sessão com os camaradas Pedro Serra e Manuel Gusmão • **Vialonga**, às 21 e 30, sessão na Casa do Povo • **Alverca**, às 21 horas, sessão nos Bombeiros com o camarada Manuel Pedro, do CC • **Casinho** (Fanhões) às 21 e 30, sessão com o camarada João Amaral, na Sociedade Recreativa • **S. Domingos de Rana**, às 21 horas, sessão na Sociedade Estudantina • **Casa Branca**, às 21 horas, sessão para apresentação de candidatos • **Alegrete**, às 21 horas, sessão, na Sociedade Musical, para apresentação de candidatos • **S. Julião**, às 21 horas, na Escola Primária, sessão para apresentação de candidatos • **S. Bento do Amaral**, às 20 e 30, apresentação de listas • **Órada**, às 20 e 30, na Casa do Povo, apresentação de listas • **Cabeço**, às 20 e 20, no Centro Cultural, apresentação de listas • **Venda**, às 20 e 30, no Cessão da Cooperativa, sessão para apresentação de listas • **Ferreira**, às 20 e 30, sessão na Cooperativa • **Baldios**, às 20 e 30, sessão, na Herdade do Castelo • **Mesajana**, às 20 e 30, apresentação de listas • **Póvoa de Sta. Iria**, na Abelheira, às 21 e 30, apresentação de candidatos.

Dia 1, Quinta-feira

Agualva, às 21 e 30, sessão para apresentação de candidatos, nos Bombeiros • **Marinha Grande**, às 21 e 30 sessão para apresentação de candidatos • **Bombarral**, Festa da APU, com manhã infantil, contacto com a população e almoço-convívio, com o camarada Jaime Félix suplente ao Secretariado do CC • **Aldela de Montolito**, às 20 e 30, sessão • **Vendinha**, às 20 e 30, sessão, na Casa do Povo • **Boa Fé**, às 20 e 30, sessão na Escola • **Guadalupe**, às 20 e 30, sessão para apresentação das listas da APU.

Dia 2, Sexta-feira

Portalegre, às 21 e 30, sessão, no Cine-Teatro Cristal, com o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido • **Rio de Mouro**, às 21 e 30, sessão para apresentação de listas APU, na Escola de Música • **Tomar**, às 21 horas, comício com o camarada Octávio Pato, da Comissão Política do CC • **Alcanena**, às 21 horas, sessão com o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC • **Linda-a-Velha**, às 21 e 30, sessão na Associação de Moradores com a camarada Rosa Rabião, do CC • **Carnaxide**, às 21.30, sessão • **Lisboa**, às 18 e 30, sessão, na União Farmacéutica de Portugal, com o camarada Hélder Pinheiro • **Lisboa**, às 21 e 30, no Ajuda Amadora, sessão com o camarada Victor Dias, do CC • **Alverca**, às 21 horas, sessão com Abílio Martins, do CC • **Sobralinho**, às 21 horas, sessão com o camarada José António Silva • **Lisboa**, (Campo de Ourique-Campolide), sessão com Francisco Lopes • **Oliveira de Azeméis**, às 21 e 30, sessão com Vital Moreira, seguida de Canto Livre com o Grupo Unidade • **Aldela da Serra**, às 20 e 30, sessão, na Casa do Povo • **S. Marcos do Campo**, às 20 e 30, sessão • **S. Estevão**, às 20 e 30, sessão • **S. Manços**, às 20 e 30, sessão • **Azaruja**, às 20 e 30, sessão na sociedade • **Hortinha**, às 20 e 30, na Escola, apresentação das listas APU.

Dia 3, Sábado

Galveias, às 9 horas, o camarada Álvaro Cunhal terá um encontro com a população • **Benavita**, às 10 horas, o camarada Álvaro Cunhal terá também um encontro com a população • **Alter do Chão**, às 11 e 30, encontro da população com o camarada Álvaro Cunhal • **Nisa**, às 13 horas, encontro com o camarada Álvaro Cunhal • **Castelo Branco**, às 15 horas, sessão com o camarada Álvaro Cunhal • **Fundão**, às 18 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Álvaro Cunhal • **Covilhã**, às 21 horas, comício com o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP • **Porto**, às 15 e 30, comício no Palácio de Cristal para apresentação dos candidatos APU, com Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, João Fonseca, do CC, do PCP, Conceição Soares, do PCP e Dr. Raul de Castro, do Conselho Nacional do MDP/CDE • **Odeleixe**, às 15 horas, sessão com o camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC • **Odeixeire**, às 21 horas, sessão com Domingos Abrantes • **Salir**, às 21 horas, espectáculo com lo Apoloni e Carlos Paulo • **Pechão**, às 16 horas, espectáculo, com Carlos Paulo e lo Apoloni • **Vila do Bispo**, às 21 horas, sessão com Raimundo Narciso, do CC • **Espinho** (Luz-Lagos), às 16 horas, sessão, com Raimundo Narciso, do CC • **Benavente**, às 21 horas, sessão com o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC • **Lisboa**, encontro de desportistas de apoio à APU «Para a Vitória Democrática», com o camarada Octávio Pato, da Comissão Política do CC • **Caldas da Rainha**, sessões de cinema à tarde e à noite, promovidas pela APU • **Serra D'Ei Rei** (Peniche), às 18 horas, sessão de esclarecimento • **Albergaria de Cima**, às 21 e 30, sessão e canto livre • **Leiria**, às 21 e 30, sessão para apresentação dos candidatos APU • **Alvalade**, 21 e 30, sessão, com os camaradas do CC Maria da Piedade Morgadinho e Osvaldo de Castro • **Marinha Grande**, Festa da APU, iniciativa da Juventude Comunista • **Alcabideche**, às 15 horas, sessão nos Bombeiros, com Veiga de Oliveira, do CC • **Sub-Serra** (S. João dos Montes) às 21 horas, com Luis Barrosa • **Lisboa**, às 15 horas, na Quinta da Curreleira, sessão com Martins Coelho, do CC • **Camarate**, às 21 horas, sessão no Bairro de Angola com o camarada Silva Graça • **Arruda dos Vinhos**, às 16 horas, sessão na Colectividade com António Abreu, do CC • **Amadora**, às 16 horas, na Filarmónica, sessão com Luis Sá e Alexandre Teixeira • **Otorela**, às 21 e 30, sessão na Colectividade, com Abílio Fernandes e Mariana Marques Pinto • **Lisboa**, às 13 horas, no Mercado do Povo, almoço-convívio, organizado pelo Organismo dos Escritórios • **Lisboa**, às 21 e 30, sessão na Guilherme Cossou, com Luis Santos e Beatriz Nunes • **Lisboa**, às 21 horas, no Salão de Festas da Cruz Vermelha, com o camarada João Amaral • **Lisboa**, às 15 e 30, sessão no Centro Social do Comércio, com Manuel Pedro do CC • **Arousa**, às 21 e 30, sessão com o camarada Vital Moreira e espectáculo com o grupo Unidade • **Pedruña** (Coimbra) às 16 horas, sessão no Club • **Tavarede**, às 21 horas, sessão na Associação • **Viseu**, às 21 e 30, comício, para apresentação dos candidatos, no Auditório da Feira de S. Mateus, com o camarada Jaime Serra da Comissão Política do CC. Canto livre com a Brigada Victor Jara • **Covilhã**, Festa da Juventude, com baile, fados e apresentação dos candidatos da juventude • **Sines**, numa iniciativa para a Campanha de Fundos, baile com o conjunto «Sol Vermelho».

Dia 4 Domingo

O camarada Álvaro Cunhal, terá encontros com as populações de: **Gouveia**, às 9 horas • **Seia**, às 10 horas • **Pégua** às 15 horas • **S. João de Lobrios**, às 15 e 30 • **Vila Real**, às 16 e 45, comício com o camarada Álvaro Cunhal • **Ferragudo**, às 18 horas, sessão com o camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC • **Salvadora de Magos**, à tarde, sessão com o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC • **Alcobaca**, às 12 e 30 almoço-convívio, com o camarada Octávio Pato da Comissão Política e do Secretariado do CC • **Marinha Grande**, às 16 horas, reunião de mulheres, no Centro de Trabalho, com Maria da Piedade Morgadinho do CC • **Bombarral**, às 15 horas, sessão com o camarada Octávio Pato • **Obidos**, às 20 horas, jantar-convívio, com o camarada Octávio Pato • **Caldas da Rainha**, às 21 e 30, sessão com Maria da Piedade Morgadinho, do CC • **Reboleira** (Amadora) às 16 horas, na Comissão de Moradores, sessão, com Alida Pinheiro e António Pedrosa • **Damaia**, às 12 e 30, almoço-convívio no Centro de Trabalho • **Almedina** (Coimbra) às 15 horas, sessão de esclarecimento • **Elras** (Coimbra) às 21 horas, sessão no Club e acção do Grupo do Ateneu • **Felra**, às 17 e 30, sessão • **Alhandra**, às 21 horas, sessão, na Boa União Alhandense • **Alhandra**, às 21 horas, sessão, na Boa União Alhandense • **Alhandra**, às 14 e 30, Plenário Distrital de Quadros, na Escola Mário Sacramento, com o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC • **Amadora**, Festa dos Pioneiros, com manhã desportiva e espectáculo à tarde.

Cada militante e cada democrata vai esclarecer o que é o voto na APU

A poucas semanas da campanha eleitoral, os comunistas mobilizam-se já no trabalho de esclarecimento por todo o país. Seria impossível dar sequer um breve relato de todas as sessões e comícios, seria impossível referir todos os discursos, seria impossível descrever como se estabeleceu o diálogo nessas verdadeiras festas que foram comícios e sessões e levaram a palavra dos comunistas aos trabalhadores e aos democratas.

Por todo o país, em vastos pavilhões desportivos, em salas de espectáculos, no pequeno teatro ou cinema de lugares recuados, no salão dos bombeiros, na escola ou na casa do povo, com boas instalações sonoras ou pela voz apenas, a palavra dos comunistas levou a perspectivas que o PCP considera as mais justas para a resolução da crise política que se tem desenvolvido no país — nas eleições próximas, há que derrotar de novo a direita, conseguir de novo uma maioria de democratas na Assembleia, reforçar substancialmente a representação comunista em número de deputados.

E, vastos ou pequenas, as salas onde se soube que os

comunistas iam falar encheram-se de povo. Não apenas de operários, mas também de empregados, de técnicos. Não apenas de trabalhadores assalariados, mas também de pequenos agricultores, de pequenos comerciantes e industriais. Não apenas da chamada população activa, mas também de reformados que hoje continuam a debater-se com o grave problema das pensões de miséria, de jovens que procuram o primeiro emprego, de mulheres — que participam cada vez mais expressivamente nas iniciativas políticas do PCP e que arcam com o peso das medidas antipopulares dos sucessivos governos.

Não são apenas os militantes que vão ouvir os militantes. São muitos outros trabalhadores e democratas, muitos dos que já votavam no Partido Comunista, muitos dos que, tendo anteriormente votado em partidos da direita ou no PS, se voltam agora para o PCP, se interessam pelas suas propostas, uns determinados já a votar APU, outros ainda hesitantes, interessados no esclarecimento que ali pode ser prestado.

Cada democrata, um esclarecedor

Dessas sessões, cuja tónica foi a necessidade do voto útil dos democratas para a defesa das conquistas do 25 de Abril — a defesa da liberdades e a defesa das outras conquistas que o nosso povo, com os trabalhadores à frente, soube alcançar — saíram todos certamente mais fortes nas suas convicções, mais combativos pela causa que, para muitos pela primeira vez, pôde ser debatida em liberdade, num diálogo útil e fraterno, pesando bem a necessidade do voto no Povo Unido, o voto seguro para defender essa mesma liberdade, o voto certo para reforçar os que sempre se bateram consequentemente na defesa do que de mais preciosos os trabalhadores alcançaram e que sucessivos governos de direita ou aliados à direita tentam desde há três anos anular: as nacionalizações, o controlo operário, a Reforma Agrária, as liberdades.

E cada homem, cada mulher, cada jovem, que nas sessões participou, ouvindo apenas ou apresentando a sua opinião de cidadão livre — e mesmo nas regiões onde o 25 de Abril não chegou

completamente, de cidadão que luta pela liberdade —, ouvindo respostas, contrapondo, ouvindo mais, saiu certamente mais convicto.

Uns, temperaram a sua confiança no ânimo de todos e na palavra do Partido dos trabalhadores, no Partido da verdade. Outros, mais hesitantes porventura, ao ouvir a primeira vez, alcançaram a confiança que souberam inspirar-lhes comunistas experimentados — os mais responsáveis dirigentes ou os que, no dia a dia, directamente ligados pelo seu trabalho e pela convivência às massas, participam das suas experiências e lutas nas fábricas, nos escritórios, nos campos, nas escolas, em toda a parte onde vivem e recolhem as preocupações e anseios dos companheiros e dos camaradas.

Todos, porém, puderam sair de cada das cerca de uma centena de sessões e comícios realizados em todo o país, em condições de vir a ser, cada um deles, um esclarecedor. Junto dos companheiros de trabalho, dos amigos, dos familiares, dos vizinhos, dos apenas conhecidos, ou dos que se encontram ocasionalmente, cada um dos que participou nos comícios e sessões que

A palavra dos comunistas

O PS e o voto útil

(...) «O PS tem afirmado em vários pontos do país e, designadamente, em Viana do Castelo, que o voto útil de esquerda, o voto útil democrático, é o voto no PS. São vários os argumentos utilizados.

«Dizem que é necessário bater a Aliança Reaccionária e que a única hipótese de o conseguir é o voto no PS.

«Dizem que o PCP e a APU não teriam hipótese de eleger um deputado em Viana do Castelo. Dizem que sem os votos que pertenceriam à APU o PS perderá as Câmaras de Melgaço e Caminha.

«Trata-se de uma grosseira mistura de meias verdades com falsificações descaradas. E não podemos deixar de estranhar que o governador-civil de Viana do Castelo, destacado militante do PS, participe nesta campanha quando está legalmente obrigado a mais rigorosa neutralidade perante as diversas candidaturas.

«A verdade porém é que o PS tem utilizado os votos dos seus eleitores não para combater a direita mas para se aliar com ela; não para combater com firmeza as forças reaccionárias e fascistas mas para lhes fazer continuas cedências; não para defender os interesses dos trabalhadores mas para se aliar ao patronato, contra eles.

(...) «Mas, camaradas e amigos, poder-se-ia pensar que tudo isto eram águas passadas... Mas é o próprio Dr. Mário Soares que se encarrega de nos esclarecer. Ainda recentemente (pode ver-se, por exemplo, a imprensa do dia 19 deste mês) o secretário-geral do PS afirmou que o PS nunca se aliará aos comunistas mas admitiu e defendeu um acordo de governo, após, as eleições, com o PPD. Por isso nós dissemos e repetimos: voto útil no PS para quê? Para o PS se aliar com o PPD?

«Na verdade, não, um grande aumento do número de votos do número de deputados do PCP e do MDP na AR e do número de eleitos da APU nas autarquias, criará condições para forçar a direcção do PS a mudar de política e de aliados.

«Acresce ainda que os argumentos do PS utilizados em Viana do Castelo e noutros pontos do país são falsos. Falsos, antes de mais, porque o PCP e a APU vão eleger um deputado por Viana do Castelo. Com os resultados das últimas eleições já não ficou longe de eleger e, agora, com o aumento de votos no Povo Unido que se vai verificar, esse objectivo está ao nosso alcance. São falsos ainda porque, mesmo que a APU não elegesse um deputado, cada voto conta no número global de votos e na percentagem à escala nacional e, por isso, pesa no futuro da democracia, da liberdade e na defesa dos interesses dos trabalhadores.

«Falsos também porque o Povo Unido terá representantes na generalidade das autarquias que ali serão a voz dos interesses populares, a voz do combate ao caciquismo, à corrupção, ao desleixo e à incompetência.

Carlos Costa, em Viana do Castelo, no dia 22/10/79.

Em jogo o 25 de Abril

A realização próxima das eleições para a Assembleia da República e para as autarquias coloca a todos os portugueses uma questão de muito grande importância para o futuro do País.

A questão é de saber se o processo democrático que se iniciou com o 25 de Abril vai para a frente, vencendo os obstáculos que lhe têm sido colocados e as manobras e a acção antidemocrática da reacção; ou se aquele processo, que respondeu às mais sentidas aspirações populares, volta para atrás. O que está em jogo é o 25 de Abril.

Nós, os comunistas, estamos convictos de que, mais uma vez os partidos reaccionários vão ser derrotados. Nós estamos convictos de que os partidos democráticos obterão a maioria dos votos e dos deputados. Nós estamos convictos de que o Partido Comunista, que se apresenta a estas eleições com o MDP e sob a sigla da Aliança Povo Unido e o símbolo das três argolas entrelaçadas, subirá nitidamente a sua votação e o número dos seus deputados.

Mas, para isso, é necessário um intenso trabalho de esclarecimento, de aproximação e de diálogo com muita gente que está hesitante, com muita gente que está ainda enganada. É necessário mostrar com clareza a importância do voto e a importância de ele ser bem dirigido. É necessário compreender bem os antecedentes desta votação, as principais lições do passado, os objectivos da reacção e a utilidade determinante do voto na APU.

O único voto útil dos democratas e dos trabalhadores é na APU, que engloba o PCP e o MDP e que atrai, sem dúvida, muitos milhares de pessoas sem partido, que desejam defender e apoiar as conquistas populares, que desejam que as promessas do 25 de Abril se cumpram.

O voto na APU é o voto seguro e certo para as massas trabalhadoras, cujos interesses têm sido sempre defendidos consequentemente pelo Partido Comunista.

O voto na APU é o voto seguro e certo para as massas camponesas, isto é, para os pequenos e médios agricultores, cujos interesses têm sido menosprezados pelos partidos da reacção e também pelo PS. Basta lembrar a lei do arrendamento rural ou lei dos senhorios ricos, as constantes dificuldades no escoamento dos produtos agrícolas e na obtenção de preços compensadores, a continuação e agravamento da dependência dos agricultores perante os intermediários especuladores.

O voto na APU é o voto seguro e certo para os técnicos e intelectuais, para todas as camadas antimonopolistas, como os pequenos e médios comerciantes e industriais, para os reformados, para os deficientes, para os desalojados, para os emigrantes, para as mulheres e para os jovens, para todos os que não estão enfiados à reacção e que querem construir um Portugal progressista. (Blanqui Teixeira no distrito de Aveiro, no passado fim-de-semana).

O programa dos monopolistas

O programa da «aliança reaccionária», do PPD, CDS e apêndices, é o programa dos Mellos, Champalimauds, Espíritos Santos e outros ex-monopolistas e corresponde ao seu projecto de restauração dos poderes e privilégios que lhes foram arrancados com o glorioso 25 de Abril.

E o programa desse punhado de grandes ex-senhores da banca, da indústria e da terra que arrecadaram, durante os 50 anos do fascismo, fortunas colossais que eles próprios ostentavam como as maiores da Europa, à custa do empobrecimento do povo e do País, do empobrecimento de Portugal, que à data do 25 de Abril ocupava o último lugar da escala europeia em todos os indicadores económicos e sociais mais importantes, desde o rendimento por habitante (o mais baixo da Europa), até à mortalidade infantil (a mais alta da Europa).

Sabe-se de fonte segura, que o programa da «aliança reaccionária» foi pensado e elaborado, em segredo, nos gabinetes que os ex-monopolistas mantêm aqui e têm no estrangeiro e foi redigido, confessionalmente, por gente da sua maior confiança, como Luis Barbosa, homem de mão dos Melos e membro destacado da direcção do CDS e da «aliança reaccionária».

O programa da «aliança reaccionária» tem muita palha e falsas promessas para enganar o povo e esconder os seus propósitos essenciais. É a mentira.

O que é verdade é a confessada intenção de reprimitizar a banca e os seguros e de que, com estes sectores vitais da economia, passar para as mãos dos ex-monopolistas todas as empresas nacionalizadas que dão grandes lucros e proporcionam bons negócios. Isto corresponde ao objectivo de restaurar o poder económico e financeiro dos ex-monopolistas.

O que é verdade é o propósito da instituição anticonstitucional do referendo, a destruição, acelerada da Constituição, a revisão num sentido antidemocrático da lei eleitoral, a restrição, para já, da actividade dos partidos políticos e a criação de uma polícia secreta. O que corresponde ao objectivo de restauração do poder político dos ex-monopolistas.

O PCP não inventa, pois, falsas ameaças. São os factos que demonstram que o verdadeiro objectivo da aliança reaccionária é a destruição do 25 de Abril e do regime democrático português, é a restauração do regime de opressão e exploração que os portugueses sofreram durante meio século.

(...) O PCP aponta ao povo português o resultado necessário das eleições — manter o PPD, CDS e apêndices em minoria; eleger uma maioria democrática, designadamente de comunistas e socialistas; aumentar o número de deputados comunistas na Assembleia da República — o PCP propõe um programa de acção, em 8 pontos, para a defesa e consolidação da democracia, a dinamização da economia nacional e a resolução dos problemas que mais afligem os trabalhadores e as classes e camadas médias; o PCP apresenta uma solução para a questão governativa — um governo assente na maioria parlamentar democrática, designadamente de comunistas e socialistas, com um programa que apresente uma viragem democrática e política nacional e uma composição que inclua a representação do PCP.

(Carlos Brito em Pombal, em 26/10/79).

Bombas e escândalos

Não são segredo para ninguém os propósitos do PPD e do CDS. São os seus próprios dirigentes que os apregoam. Todos nos lembramos das teses do sr. Amaro da Costa e de toda a reacção, pressurosamente propalados pela «Rua» e outros pasquins reaccionários, sobre a necessidade de uma confrontação com o PCP; das recentes declarações concertadas e provocatórias do sr. Jardim a pedir a ilegalização do PCP e do sr. Sá Carneiro sobre as comemorações do 25 de Novembro.

Quando a «aliança reaccionária» exigiu do PR que as comemorações do 25 de Novembro se realizassem no ALENTEJO e incluissem uma homenagem à GNR, Sá Carneiro e Freitas do Amaral sabiam que o EMGFA já tinha decidido assinalar em Estremoz essa data.

A exigência que fizeram não mostra somente a sua hipocrisia e a intenção de envolver a corporação da GNR no apoio e cobertura que alguns dos seus homens dão aos latifundiários e às situações de desestabilização, às violências e crimes que têm sido provocados no ALENTEJO. Tais actos e exigências, bem como a campanha de insultos e calúnias que visam atingir o próprio Presidente da República e a Primeiro-Ministro, mostram também, e principalmente, o objectivo de provocar intrigas, divisões e choques nas Forças Armadas e nas Forças Militarizadas e entre estas e o próprio PR que também desempenha as funções de chefe do EMGFA.

Trata-se de peças soltas de uma engrenagem, maior, onde cabem as bombas e outras formas de terrorismo, como recentemente aconteceu no ALENTEJO e no Algarve, e que revelam a ideia de recorrer a golpes militares quando o apoio do voto lhes falta.

Ciente da sua derrota, a reacção lança mão de todos os expedientes para tentar minorá-la. Não é por acaso que escolheu o ALENTEJO, onde o nosso Partido é a força maioritária, e o Algarve, onde o Partido e as forças democráticas têm uma implantação crescente.

O ataque provocador de que foi alvo o nosso Centro de Trabalho de Santa Bárbara de Nexe, em que incendiaram a bandeira do nosso Partido, é um claro exemplo dos métodos que a reacção utiliza quando vê fugir-lhe o terreno debaixo dos pés. Pretendem confundir e desestabilizar, mas o povo português sabe que a violência, bombas e provocações são armas de quem já não tem futuro à sua frente, são armas da reacção; sabe a que forças políticas pertencem os bombistas como Ramiro Moreira, sobre quem, só agora, em plena campanha eleitoral, o partido do «chefe» vem justificar a presença num comício do PPD, com uma flamejante gravata de setas, ao lado de Sá Carneiro.

Era então «um simples ordeiro militante do PSD», esclarece o órgão oficial do PPD. Quantos simples e ordeiros militantes do PSD e do CDS esconderão outros tantos Ramiros Moreiras?

(Octávio Pato em Faro, em 27/10/79).

Lista PS sem um operário

No que diz respeito às eleições intercalares e mais concretamente ao voto da classe operária e dos trabalhadores, a tarefa pouco de certo modo tem sido facilitada pela decisão um tanto insólita do PS, ao colocar à frente da sua lista, no distrito de Leiria, o sr. Gonelha. O sr. Gonelha, o homem que tudo joga na divisão dos trabalhadores, no ataque sistemático às conquistas democráticas, sindicais e salariais. O homem da carta-aberta, da Madisca, da UGT. O homem da lei que tem o seu próprio nome, destinada a destruir o movimento sindical, o homem que se tem distinguido pelo seu ódio à classe operária e aos trabalhadores. A nomeação de tão singular personagem para encabeçar a lista do PS em Leiria, vai ser como um toque de alerta para todos os trabalhadores do nosso distrito.

Já agora não queria deixar de lembrar que o PS, um partido que se diz dos trabalhadores, não tem um único operário na sua lista.

Naturalmente que, para se aumentar a percentagem da votação na APU, tanto nas intercalares como nas autarquias, não basta contar com o aumento dos votos dos trabalhadores do nosso distrito e mais concretamente da Marinha Grande. É preciso conquistar os votos de outras camadas da população. De entre

o Partido Comunista Português promoveu, pôde sair delas e levar a palavra dos comunistas, alargá-la ao conhecimento de muitos mais.

A importância do esclarecimento

Os candidatos às eleições intercalares para a Assembleia da República continuaram, no passado fim-de-semana, a ser apresentados às populações. Pela palavra do camarada Jaime Serra, desenrolou-se a sessão de Coimbra, onde, no Pavilhão da Palmeira, duas mil pessoas ouviram falar vários candidatos da Aliança Povo Unido — José Jorge, do PCP, Álvaro Carvalho, do MDP, Avelãs Nunes, independente, Jorge Leite, cabeça da lista, do PCP.

Em Faro, na Escola Afonso III, o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política, tomou a palavra na sessão de apresentação de candidatos, ao mesmo tempo que intervinha, também, o camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

A importância que o PCP dá ao esclarecimento político é de tal modo grande que muitos membros dos organismos executivos do Comité Central

participaram não apenas em sessões e comícios, mas também em visitas a regiões do país.

Assim, o camarada Joaquim Gomes foi a Alcobaca e a Santiago do Cacém; Blanqui Teixeira esteve em Águeda, S. João da Madeira e Lourosa; Carlos Costa, em Avintes e Famalicão; Octávio Pato em Faro, em Silves na Filarmónica, e em Portimão no cinema. O camarada Dias Lourenço participou em sessões e comícios em Torres Novas, na Golegã e na Chamusca; Carlos Brito em Pombal, no salão dos Bombeiros, e no Teatro Vasco Santana, em Lisboa; António Gervásio em Santo Estêvão, Samora Correia, Couço e Santana do Mato; Ângelo Veloso, na Escola Industrial de Guimarães e Raimundo Cabral em Vila Moreira e em Lamasosa.

O trabalho de esclarecimento não para. O esclarecimento é o dever permanente dos comunistas e, no período que se aproxima, é um dever imperioso que se alarga aos que não são militantes, a todos os que querem defender Abril, a todos os que acreditam e lutam por um futuro melhor para os portugueses e para Portugal.

estas merecem uma referência especial às mulheres do nosso concelho, como naturalmente de todo o distrito.

É opinião mais ou menos generalizada que em 1976 um número muito elevado de mulheres trabalhadoras, domésticas e outras, por falta de esclarecimento, deram os seus votos a partidos que, na altura, se diziam defensores dos trabalhadores, da democracia e do socialismo.

Do mesmo modo muitas donas de casa, enganadas por uma grosseira demagogia, deram também os seus votos ao PS porque alguns dirigentes deste partido prometiam que, se viessem a governar, estabeleceriam um salário para as donas de casa!

É evidente que quem acenou com tais promessas sabia que jamais elas poderiam ser cumpridas. Não só Portugal não tinha recursos para institucionalizar um tal salário, como isto é de tal modo absurdo que só por ausência total de escrúpulos se podiam fazer tais promessas. Cremos, sinceramente, que em Dezembro de 1979 não será possível arrebatar votos com tão descabelada demagogia. Porém, a APU e o nosso Partido estarão atentos e não deixarão de denunciar quaisquer manobras deste tipo se vierem a surgir.

(Joaquim Gomes, Marinha Grande, em 28/10/79).

O papel da Assembleia da República

Sem pretender sobrevalorizar o seu papel, a Assembleia da República foi efectivamente, neste três anos de legislatura — e já o fora na Constituinte —, um importantíssimo campo de batalha política onde se defrontaram constantemente as posições daqueles que se colocam no terreno da defesa da democracia e da liberdade, da defesa da legalidade democrática, da defesa da Constituição e das conquistas da Revolução de Abril, e as posições dos que têm com o seu objectivo precisamente a liquidação destas conquistas e o regresso ao passado.

É evidente que a situação não foi e não é assim tão limpa, tão cristalina, tão definida: de um lado sempre uns (os mesmos), do outro lado sempre outros.

E vimos como os deputados do PS oscilaram frequentemente entre posições justas, de defesa do regime democrático, e posições injustas — infelizmente a maior parte do tempo —, lado da direita, aliando-se a esta para governar como para aprovação de leis altamente lesivas dos direitos e interesses dos trabalhadores, leis ao serviço da recuperação capitalista, como as da contra-revolução legislativa, leis antioperárias, como as das Comissões de Trabalhadores e a lei Gonelha (que não chegou a ser aprovada) e ainda outras.

(...) Durante os três anos de exercício das suas funções os deputados comunistas desenvolveram na Assembleia da República uma intensa actividade e tiveram ali um importante papel, batendo-se pela formação de um governo democrático com base na folgada maioria de deputados comunistas e socialistas e combatendo com firmeza a política de recuperação capitalista dos vários governos.

O grupo parlamentar do PCP durante estes três anos de legislatura apresentou 81 projectos de lei dos quais foram apreciados 32 e plenamente aprovados 17; chamou a ratificação 37 decretos-lei, 23 dos quais do governo Mota Pinto/PPD, tendo sido revogados 6; apresentou 437 requerimentos ao Governo e fez 233 intervenções no período de antes da Ordem do Dia, levando ao conhecimento da opinião pública muitos casos de repressão e outras injustiças sobre os trabalhadores e outras situações afectando largas camadas da população, exigindo a resolução dos problemas.

O PCP declarou já que, logo que entre em funcionamento a nova Assembleia, chamará a ratificação o decreto sobre o aumento das rendas de casa.

Do que vimos dizendo se conclui da necessidade de manter na nova Assembleia da República uma folgada maioria democrática, o que corresponde, aliás, à relação de forças no País mas de que é extremamente importante levar ao Parlamento um forte contingente de deputados eleitos pela APU, que além daqueles a eleger o MDP/CDE aumente significativamente o número de deputados do PCP em relação à Assembleia anterior.

(José Vitoriano, em Faro, em 27/10/79).

A presença e importância das mulheres

Pelo seu grande peso no eleitorado, pela sua grande combatividade demonstrada ao longo deste cinco anos de luta em defesa da democracia contra as arremetidas da reacção, pelas inúmeras provas dadas no passado fascista na luta contra a repressão, pela liberdade, pela paz, as mulheres têm que estar presentes e ser referidas em todas as nossas sessões, actos, iniciativas e actividades. E não apenas quando fale uma mulher. Os nossos camaradas homens não podem nem devem deixar de ter em conta esta realidade política de grande importância.

(...) Quais os votos que entre as mulheres interessa conquistar para a APU, nestas eleições que se aproximam? Bem, as mulheres que votaram PCP, militantes ou simpatizantes, essas estão, digamos, com a APU. Mas há as mulheres hesitantes, as mulheres desiludidas, desencantadas, mesmo entre as que votaram pela democracia em eleições passadas — as que, por exemplo, votaram no PS e viram o que os governos do PS fizeram na prática, o que o PS fez em alguns campos contradizendo o seu próprio programa; e há as mulheres que, enganadas, votaram PPD ou CDS até. A estas, a todas as que ainda não perceberam que a culpa da sua situação não se tem modificado — tal como a Constituição e tantas leis democráticas estipulam e defendem —, a culpa não é do 25 de Abril mas sim da reacção, da direita, dos partidos e forças reaccionárias, do PPD e CDS que tudo têm feito para impedir que a Constituição e aquelas leis democráticas — como a da alfabetização, do ensino

Semana

24

Quarta-feira

1779 — É lançada a "primeira pedra" que deu início à construção da basílica da Estrela, em Lisboa.



Nova Ordem Internacional

É noticiado na Imprensa que o Tribunal do Funchal considerou ontem ineligiável o "cabeça de lista" apresentado pelo PPD local para as eleições intercalares, dando assim provimento à impugnação suscitada pela Aliança Povo Unido (APU). Em conferência de Imprensa, a Aliança Reaccionária divulga o seu "programa eleitoral de governo" onde a par de um montão de promessas demagógicas, se propõe, na prática, a destruição de todas as conquistas de Abril. O presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, inicia uma visita oficial de quatro dias ao nosso país a convite do presidente da República, general Ramalho Eanes. O EMGFA divulga uma nota sobre as comemorações do 25 de Novembro, que este ano se realizarão em Estremoz. Abre solenemente ao anfitrião da Gulbenkian, em Lisboa, a conferência sobre a Nova Ordem Internacional, promovida pela Presidência da República e patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Muitas farmácias iniciam uma suspensão de três dias do fornecimento de medicamentos aos beneficiários das Caixas de Previdência, numa acção de pressão sobre o governo para que este acelere o processo de recuperação da dívida de um milhão e 400 mil contos que a Previdência contraiu desde o passado mês de Julho.

25

Quinta-feira

1925 — A estação de rádio-amador CTIA, de Nunes dos Santos, inicia as primeiras emissões regulares de Rádio em Portugal.

O Presidente da República preside, na fundação Calouste Gulbenkian, a uma sessão de homenagem ao professor Henrique de Barros. Os presidentes das Câmaras Municipais do distrito de Évora constatarem que os seus pedidos de audiência aos órgãos de soberania, nomeadamente PR, CR e Primeiro-Ministro, formulados na sequência dos graves acontecimentos registados na zona da Reforma Agrária, ainda não foram atendidos, passaram que vão mais de 15 dias. O Conselho Geral dos Trabalhadores da Quimigal (CGTQ) manifesta-se muito preocupado com a situação financeira em que se encontra aquela importante empresa pública (resultante da nacionalização da ex-CUP), e declara-se disposto a pressionar o governo e o conselho de gerência no sentido de adoptar, rapidamente, as medidas necessárias à ultrapassagem das actuais dificuldades, para as quais são apresentadas soluções pelos trabalhadores. O director geral do Trabalho exerce influência na Comissão de Trabalhadores da ANOP que o conflito de trabalho que levou os trabalhadores a fazerem 24 horas de greve nos últimos três dias subsiste apenas porque o conselho de gerência desta empresa pública não fundamentou, junto do Ministério do Trabalho, os aumentos acordados com os trabalhadores, em Setembro.

26

Sexta-feira

1933 — Morre em Figueiró dos Vinhos, com 78 anos, o pintor José Malhoa.



Pinto da Costa em Portugal

É publicado no "Diário da República" o texto da resolução do Conselho de Ministros que define o processo de desintervenção da Sociedade de Vinhos Borges e Irmão. Essa resolução modifica o acordo secreto e ilegal assinado nos últimos dias do governo de Mota Pinto. A delegação dos Sindicatos dos Empregados, Técnicos e Quadros da Bélgica do Sector do Comércio, que esteve no nosso país a convite da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, dá uma conferência de Imprensa onde se afirmou, nomeadamente, que o Mercado Comum não é uma organização progressista e países como a RFA, a Inglaterra e a França constituem aquilo que se pode chamar de "Europa do patronato". O presidente Pinto da Costa, da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, dá uma conferência de imprensa, onde considera positivos os resultados e conseguidos os objectivos desta sua deslocação a Portugal a convite do general Ramalho Eanes. Realiza-se a sessão de encerramento da mesa-redonda sobre a Nova Ordem Internacional que decorreu em Lisboa por iniciativa da Presidência da República e com o patrocínio da UNESCO; o tenente-coronel Melo Antunes apresentou uma síntese dos trabalhos da Conferência, com as principais ideias e propostas dos diversos participantes. O Conselho de Informação para a Imprensa considera que o actual director de "A Capital", Sousa Tavares, "não reúne as condições mínimas para continuar a exercer tal cargo". A Polícia Judiciária anuncia o desmantelamento de uma complexa rede de fabrico de selos falsos em Portugal, tendo a PJ apreendido um total de 250 000 contos em selos falsos e capturado 14 dos implicados.

27

Sábado

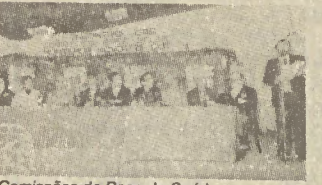
1807 — Tratado secreto de Fontainebleau, entre Napoleão e Carlos IV de Espanha, no qual Portugal seria retido pela aliança franco espanhola em três minúsculos reinos.

Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP efectua-se uma romagem de trabalhadores da Reforma Agrária ao cemitério do Escourral numa homenagem a José Caravela e António Casquinha, assassinados há um mês em Montemor-o-Novo pela acção repressiva da GNR durante a marcação de uma "reserva". A Comissão de Trabalhadores da Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital (EPNO) faz uma análise da situação a que a actual direcção do "Diário de Notícias" conduziu o jornal acusando-a, nomeadamente, de pôr em causa a estabilidade e sobrevivência da empresa e de não oferecer garantias de isenção. A Aliança Reaccionária inicia a sua campanha eleitoral em Lisboa com um comício que encheu meio Rossio e onde os discursos se pautaram por críticas aos órgãos de soberania e ameaças aos trabalhadores e aos sectores democráticos.

28

Domingo

1559 — Um diploma legal estabelece que a Universidade de Coimbra passa a ter uma cadeia própria e destinada aos estudantes oficiais e mais pessoas que estiverem sob a jurisdição do Reitor e do Conservador.



Comissões de Base de Saúde

O PCP realiza este fim-de-semana mais de cem comícios e sessões de esclarecimento por todo o País. Realiza-se perto da Torre de Belém um Festival da Juventude integrado no processo de unificação UEC-UJC. O Plenário Nacional dos Secretariados da zona das Cooperativas de Habitação Económica, que decorreu este fim-de-semana em Lisboa, decide efectuar o II Congresso Nacional das CHs nos dias 18, 19 e 20 de Abril do próximo ano. O presidente Pinto da Costa regressa à República Democrática de S. Tomé e Príncipe, no final da sua visita de quatro dias ao nosso país. A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) acusa, em comunicado, a Junta Nacional do Vinho de ser responsável pelo fracasso no escoamento da produção vinícola nacional de 1978. Termina em Montemor-o-Novo o II Encontro das Comissões de Base de Saúde, que reuniu este fim-de-semana e decidiu, nomeadamente, propor o alargamento a todo o País do movimento de luta pelos cuidados primários de saúde.

29

Segunda-feira

1936 — É inaugurado o campo de concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde; neste dia entram os primeiros 150 presos.

Durante uma reunião efectuada a pedido dos trabalhadores e à qual assistiu o secretário de Estado da Estruturação Agrária, os Secretariados das UCPS-Cooperativas da Zona da Reforma Agrária propõem ao ministro da Agricultura e Pescas a suspensão da entrega de reservas. É divulgado o manifesto eleitoral do MDP/CDE para as próximas eleições. Com a intenção de «aumentar o seu apoio às iniciativas empresariais e a participação da indústria nacional no esforço do desenvolvimento económico», o Banco de Portugal transmite às instituições de crédito novas instruções sobre bonificação de juros nas operações de financiamento e investimento.

A visita do Presidente Pinto da Costa —contributo para o reforço da amizade entre Portugal e S. Tomé

Uma contribuição para o reforço da amizade entre os povos de S. Tomé e Príncipe e de Portugal — assim considerou a sua visita oficial ao nosso País, o Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa.

Durante os quatro dias que esteve em Portugal, a convite do Presidente da República, general Ramalho Eanes, as conversações efectuadas apontaram para o campo da cooperação entre os dois países, cooperação que o general Ramalho Eanes, no almoço de despedida oferecido pelo seu homólogo de S. Tomé e Príncipe, considerou uma necessidade do tempo presente para que o tempo futuro seja, em S. Tomé e Príncipe e em

Portugal, um tempo melhor.

Aliás, confirmando o ambiente de grande cordialidade e compreensão mútua em que decorreram as conversações entre as delegações dos dois países e que o comunicado final assinala, o Presidente Pinto da Costa classificaria, à partida, a sua visita a Portugal como histórica, mostrando-se convencido que uma nova página se abria nas relações entre os dois países. As suas palavras dariam

relevância igualmente à hospitalidade com que foi recebido. O Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe referiu também, na cerimónia de despedida, o facto de se ter realizado em Lisboa, sob os auspícios da Presidência da República, uma mesa-redonda sobre a nova ordem económica internacional, manifestando a esperança de que tal iniciativa pode auxiliar as aspirações e as esperanças dos povos na construção de um mundo de paz e de justiça, em que serão eliminadas todas as formas de dominação, de exploração ou de outras situações que impedem os povos de viver plenamente

a sua dignidade, aspirações que os dois países partilham, conforme sublinhou.

Entretanto, as delegações dos dois países chefiadas pelos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros assinaram dois acordos, o primeiro sobre Assistência Técnica e de Cooperação no Domínio da Comunicação Social e o segundo sobre Pescas. Por seu turno e para além da intensa actividade diplomática que desenvolveu durante a sua estadia em Portugal, o Presidente Pinto da Costa visitou os estaleiros da Lisnave e a Junta de Investigação do Ultramar.

O comunicado conjunto final começa por destacar a ampla convergência de posições,

nomeadamente em relação às principais questões de actualidade internacional, particularizando o caso da situação na África Austral em que as duas partes condenam a discriminação racial e as práticas de «apartheid» ali prevalentes e reafirma o seu apoio às iniciativas e resoluções relativas à Namíbia e ao Zimbábue.

Recordando mais adiante a existência de focos de tensão no Mundo, o comunicado conjunto pronuncia-se pela resolução pacífica dos conflitos e considera que se devam desviar para fins de desenvolvimento uma parcela considerável dos

recursos obsorvidos pelos programas de armamento.

Mas a questão do Médio Oriente também não ficou esquecida no documento aprovado pelas duas partes, ali se referindo a necessidade de se encontrar uma saída global assente na retirada definitiva de Israel dos territórios árabes ocupados em 1967, no reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino e integridade territorial e independência de todos os Estados da região.

Entretanto, o general Ramalho Eanes aceitou um convite para visitar em data a fixar a República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

Como vai a saúde? —tema de encontro em Montemor-o-Novo

Da reunião havida em Montemor, no sábado passado, fica-se a saber que na zona da Reforma Agrária existem, há cerca de dois anos, Comissões de Base de Saúde. O que são? Para que servem? — são algumas das perguntas que se podem colocar a quem, na cidade, ou no resto do país, pensa que Reforma Agrária é apenas trabalhar a terra.

Mas a Reforma Agrária é uma realidade mais vasta. As Comissões de Base de Saúde são organizações que integram trabalhadores de UCPS e Cooperativas Agrícolas, membros das Comissões de Moradores e de Trabalhadores e ainda representantes de outras associações populares de base e têm por objectivo toda uma actividade preventiva no campo da saúde, promovendo o saneamento básico, desenvolvendo normas de higiene, criando estruturas de assistência e hábitos nas populações que possam à partida evitar a doença.

É isto o que se passa em termos gerais. Agora, em Montemor-o-Novo, pela segunda vez, depois de terem sido criadas há perto de dois anos realizou-se o Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde, em que participaram 260 delegados de 100 Comissões e 20 delegados do Sector de Saúde da CRARA. Estavam representados 27 concelhos da zona da Reforma Agrária.

O Encontro, bastante vivo pela discussão dos problemas que se colocam, teve em conta na conclusão final aprovada, a necessidade de continuar o trabalho de aprofundamento da organização interna das Comissões de Base de Saúde já existentes e de congregar todos os esforços no sentido de continuar a sua expansão.

Por isso mesmo a intenção expressa de alargar as referidas Comissões que deverão ultrapassar a zona de intervenção da Reforma Agrária e estender-se a todo o país, através da íntima ligação com o Movimento Sindical Unitário.

No plenário foi significativamente expresso a importância especial que se atribui à luta pelos cuidados primários de saúde, o que implica a aplicação real da Lei de Bases da Saúde e a regulamentação de um correcto Serviço Nacional de Saúde, o qual deverá estar de acordo com os princípios

constitucionais e as necessidades da população.

O balanço da actividade das Comissões de Base de Saúde foi motivo também para outra conclusão aprovada pelo plenário, a qual salienta que, tal como na Reforma Agrária, as populações ao assumirem a responsabilidade pela construção dos recursos médico-sociais, são capazes de vencer as barreiras das dificuldades financeiras e burocráticas, somando horas de trabalho voluntário, para erguer creches, posto de saúde, lares para a terceira idade, adquirir ambulância e equipamento para o saneamento básico.

Salientou-se ainda que as Comissões de Base de Saúde adquiriram uma função de órgãos de formação da opinião pública, para levar a sua expressão junto ao poder governamental, o que tem sido reconhecido em todos os distritos da zona da Reforma Agrária, com a perspectiva de alargamento por outras regiões do País.

Participaram neste Encontro presidentes ou vereadores das Câmaras Municipais de Montemor-o-Novo, Ferreira do Alentejo, Mora, Avis, Aljustrel, Borba, Campo Maior e Chamusca, bem como muitos médicos polifuncionais, os delegados de saúde de Aljustrel e Cuba e os subdelegados de saúde de Salvaterra de Magos e Portel.

A CGTP fez-se representar por um dirigente, o mesmo sucedendo com as União dos Sindicatos de Évora, Porto, Braga, Montemor-o-Novo, Lisboa, Portalegre, Setúbal e Beja.

O Encontro encerrou com uma sessão pública na qual foi respeitado um minuto de silêncio, em memória de António Maria Casquinha e José Geraldo, trabalhadores agrícolas assassinados por elementos da GNR há cerca de um mês.

Evocar o Tarrafal para cimentar a unidade e vencer a reacção

Seria erro gravíssimo e de grande responsabilidade histórica, subestimar ou ignorar que os fascistas e fascizantes, os continuadores e herdeiros de Salazar e Caetano, desenvolvem uma acção deliberada que visa destruir a nossa Constituição, ou, o que é o mesmo, a liberdade e democracia que conquistámos em 25 de Abril — as palavras são de Faria Borda e foram proferidas junto ao mausoléu das vítimas do campo de concentração do Tarrafal, no passado domingo.

A romagem, promovida pela URAP, assinalava uma triste efeméride — a abertura, há precisamente 43 anos do «campo da morte lento» na ilha de S. Vicente, em Cabo Verde. Foi em 29 de Outubro de 1936 — data negra da nossa história — que chegaram ao sinistro campo os primeiros 152 presos políticos, muitos deles para morrer.

«Mas nem tudo o fascismo conseguiu. É que nem os trabalhos forçados, nem a brutal repressão, nem a fome, nem o isolamento, foram capazes de fazer com que a grande maioria dos presos do Tarrafal renegassem as suas ideias. Nesse sentido o fascismo foi derrotado» — sublinhou o antigo tarrafalista.

«Na base do nosso triunfo estiveram dois factores fundamentais: a consciência política e a unidade estabelecida entre os presos face ao inimigo comum».

A este propósito, Faria Borda não deixaria de assinalar que «a lição de unidade forjada no Tarrafal entre os presos antifascistas,

assume hoje uma actualidade flagrante», aproveitando a oportunidade para fazer um apelo a todos os democratas no sentido de cerrarem fileiras em defesa da democracia.

E no final, significativamente, os presentes gritaram bem alto: «Fascismo nunca mais!», «25 de Abril sempre!».

Cooperativas de Habitação reclamam medidas do Governo

Os Secretariados da Zona das Cooperativas de Habitação Económica, reunidos em Plenário Nacional, no último fim-de-semana, em Lisboa, tomaram decisões de interesse geral para o Movimento Cooperativo, incluindo a marcação do II Congresso Nacional das Cooperativas de Habitação Económica para 18 a 20 de Abril do próximo ano. Numa das moções aprovadas, o Plenário reclama a «imediata autorização, pela Secretaria de Estado da Habitação (SEH) do financiamento de 3562 fogos das CHs (Cooperativas de Habitação) e da operação SAAL para os quais já há verbas atribuídas».

A Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica, ainda em projecto, deve ser criada no Congresso, que decorrerá em Lisboa, em local a anunciar oportunamente.

A rápida resolução dos problemas que ultimamente têm afectado o funcionamento do Fundo de Fomento de Habitação foi outra das preocupações do Plenário, que aprovou sobre

o assunto uma moção. O Movimento Cooperativo Habitacional considera esse organismo indispensável à sua actividade e apoia os seus trabalhadores na luta que conduzem pela publicação da respectiva lei orgânica.

O boicote dos dois últimos governos de recuperação capitalista (Nobre da Costa e Mota Pinto/PPD/CDS) àquele Movimento foi referido na análise à situação actual das cooperativas, que ainda não lançaram um único fogo este ano.

No final dos trabalhos, em conferência de Imprensa, o Executivo Nacional das CHs pediu medidas imediatas do Governo actual e lembrou que existe uma verba disponível de um milhão de contos, para as cooperativas de habitação, para o ano de 1979.

O arranque para a construção de fogos ainda este ano depende da libertação daquela verba. À espera desse dinheiro

estão 18 000 fogos (11 mil em promoção directa e 7000 nos programas de apoio a cooperativas e associações de moradores).

O Executivo das Cooperativas de Habitação Económica chama também a atenção para o problema da falta de terrenos, porque algumas Câmaras não os cedem para a construção. Há concelhos onde as cooperativas ainda não conseguiram construir um único edifício. Um deles é o concelho de Lisboa.

A questão do direito de superfície serviu, entretanto, para a elaboração de um documento apresentado no Plenário. As entidades competentes vão recebê-lo em breve.

Sem terrenos e sem dinheiro o Movimento Cooperativo vê muito comprometida a sua actividade e o desempenho do papel constitucional que deve ter na resolução de um dos mais graves problemas nacionais.



No sábado, em Lisboa Encontro de desportistas de apoio à APU

No próximo sábado, a partir das 15 horas, realiza-se em Lisboa, nas instalações do Clube Atlético de Campo de Ourique (CACO), um Encontro de Desportistas de apoio à APU — Para a Vitória Democrática, em que estará presente, entre outros membros de listas da APU, o camarada Octávio Pato, candidato pelo círculo da capital.

Segundo a Comissão Promotora do Encontro, é necessário que todos os que de algum modo se encontram ligados a este sector de actividade (atletas, técnicos, dirigentes, activistas desportivos, professores de educação física) e lutam por um desporto novo no novo Portugal Democrático, unam os seus esforços numa acção comum capaz de vencer a grande batalha política que se aproxima. Apoiando a APU, votando APU, estamos a contribuir para a sua grande vitória e das forças democráticas e contribuindo também para que seja possível a concretização de uma política desportiva como desejamos.

Da Comissão Promotora do Encontro fazem parte: Albano, antigo jogador do Sporting e internacional de futebol; Américo Ferreira, vice-presidente da Federação Portuguesa de Atletismo; António Vilela, professor de educação física, treinador de atletismo; Armando Aldegaleta, atleta internacional; Baptista Pereira, antigo internacional de natação; Carlos Abreu, professor de Educação

Física, antigo campeão nacional de ginástica desportiva; Carlos Carvalho, animador desportivo, membro da Comissão Nacional do Movimento Voluntário Desportivo (MVD); Carlos Manuel, da Direcção da Federação Portuguesa de Atletismo; Carlos Pinhão, jornalista desportivo, candidato a deputado pela APU; Celorico Moreira, presidente da Federação Portuguesa de Halterofilia; Fernando Correia, locutor radiofónico; Fernando Silva, mestre internacional e ex-campeão nacional de Xadrez; Francisco Carreiro da Costa, professor de educação física no ISEF; Francisco Ferreira Alves, membro do Comité Olímpico Português; Joaquim Campino, antigo presidente do Clube de Campismo de Lisboa e da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo; Jorge Vicente, jogador internacional de hóquei em patins; José Branco, professor de educação física no ISEF e antigo campeão nacional de judo; Hélder Matos, professor de educação física, candidato a deputado pela APU; Henrique Mota, treinador de atletismo; Isabel Rocha, campeã nacional e jogadora internacional de badminton; João Galacho, professor de educação física; Luís Cardoso, aluno do ISEF; Manuela Abreu, antiga campeã nacional de ginástica desportiva; Melo de Carvalho, director-geral dos Desportos do II ao VI Governo Provisório; Vítor Godinho, jogador de futebol, treinador do S. G. Sacavenense.



Palmela



Quinta do Anjo



Seixal



Cova da Piedade

Álvaro Cunhal nos distritos de Setúbal e Leiria

A visita que o secretário-geral do Partido fez ao distrito de Setúbal, onde participou no comício do Seixal e em sessões de esclarecimento em Palmela, na Quinta do Anjo e, finalmente, na Cova da Piedade, mostrou que, apesar da diversidade dos locais e das características das populações e, ainda, da diversa influência e implantação do PCP em cada um dos concelhos e freguesias visitadas, algumas questões que foram colocadas são comuns e, pode dizer-se, fazem parte das preocupações comuns a todos os trabalhadores portugueses.

A Casa do Lavrador, em Palmela, onde se realizou um pequeno comício e a sessão de esclarecimento com o secretário-geral do PCP, não se encontrava ainda completamente cheia quando o camarada Álvaro Cunhal lá entrou, às 15 horas precisas, recebido pelos camaradas Manuel Sobral, do CC da DORS, e Edgar Costa, da Comissão Concelhia e Presidente da Câmara de Palmela.

Durante largos minutos, o camarada Álvaro Cunhal teve oportunidade de trocar impressões com trabalhadores e membros das vereações Povo Unido, tanto das Câmaras como de Juntas de Freguesia. Os eleitos do Povo Unido, intimamente ligados ao povo do concelho, conseguiram realizar muito nos escassos anos de gestão que o 25 de Abril e as primeiras eleições para as autarquias permitiram. Ruas, rede de esgotos, abastecimento de água, uma estrada e um caminho municipais, um parque infantil, a organização de recolha de lixo, que conta com uma viatura e contentores, iluminação pública, arranjo de caminhos, apoio às actividades culturais e populares, tal é o activo do Povo Unido que novamente se irá apresentar ao voto.

Durante a intervenção introdutória que proferiu,

o camarada Álvaro Cunhal lembrou que, antes das eleições para as autarquias, se colocam as eleições para a Assembleia da República. E nessa batalha temos de assegurar que a reacção fique minoritária na Assembleia. Se a aliança reacçãoária ganhasse — sublinhou — correríamos o risco da instauração de nova ditadura. Se a APU perdesse nas eleições intercalares também as conquistas alcançadas a nível local se perderiam, tal como se perderiam a Reforma Agrária, as Nacionalizações, as liberdades.

A questão, que seria objecto de perguntas nas sessões seguintes, de se não conhecer a política que o PS se propõe fazer, após o acto eleitoral, levava a afirmar o secretário-geral do PCP a afirmar que, se o Partido Socialista, como dizem dirigentes seus, não tem satisfações a dar ao Partido Comunista, tem-nas, no entanto a dar ao eleitorado. Que sabem os próprios socialistas da posição que o PS assumirá após as eleições?

Quanto aos "esquerdistas", Álvaro Cunhal salientou o facto de muitos pequenos grupos concorrerem às eleições. O voto neste ou naquele pequeno grupo, é um voto perdido que não eleje ninguém. E o camarada Álvaro Cunhal lembraria que mais de uma centena de milhar de votos, nas

anteriores eleições, serviram apenas para eleger um deputado. Esses votos reunidos poderiam fazer eleger dois comunistas! Além da questão do voto útil, o dirigente do PCP lembrou que muitas das posições defendidas por gente ligada aos grupos "Esquerdistas", são as mesmas que a direita defende. E deu como exemplo a recente entrevista do major Otelio Saraiva de Carvalho, que se pronunciou pela adesão ao Mercado Comum e pelo referendo...

Antes de um período de perguntas, que interessou muitos dos presentes e em que se notou a participação activa das mulheres, como de resto nas sessões seguintes, os Pioneiros ofereceram cravos ao camarada Álvaro Cunhal, que salientou o facto de hoje as crianças viverem na certeza de um futuro melhor, criando nos pais a responsabilidade de uma luta consequente por esse futuro.

Na Quinta do Anjo, em cuja Casa do Povo permaneceu apenas uma hora, falando durante a sessão ali promovida pela respectiva Comissão de Freguesia, o camarada Álvaro Cunhal teve também uma recepção entusiástica e calorosa. A Casa do Povo foi pequena demais. E aí também a presença das mulheres foi muito significativa. Depois dos abraços, dos cumprimentos, das manifestações de confiança, a sessão, que começara antes com a participação do camarada Sousa Marques, deputado e de nova candidato à Assembleia da República, continuou. E, como a instalação sonora não fosse da melhor qualidade, um camarada convidou o secretário-geral do PCP a falar sem microfone. Mas era impossível, como respondeu

Álvaro Cunhal: durante a noite que já se aproximava, ainda havia muito que falar. Após a breve sessão, tornou-se o rumo do Seixal.

Aí, mais de cinco mil pessoas, que fizeram pequeno o grande pavilhão da Siderurgia Nacional, irromperam numa ovação vibrante à chegada do dirigente comunista que tomou lugar na mesa onde já se encontravam muitos camaradas, candidatos à AR e às autarquias pela APU, presidindo Carlos Fernandes, da Comissão Concelhia. Lá estavam também os camaradas Dália Ferreira, da DORS, e Eufrásio Filipe, presidente da Câmara.

No Seixal, terra de trabalhadores e de democratas, conforme o camarada Álvaro Cunhal falou dos grandes temas que preocupam profundamente a classe operária que se encontrava massivamente representada — homens, mulheres e jovens. E também os pioneiros lá se encontravam e foram oferecer flores ao secretário-geral do PCP, que recebeu ainda, para o museu do Partido, numerosas ofertas de células e de comissões de trabalhadores — peças de metalurgia, de cortiça e confecções fabricadas com o carinho dos operários e operárias das empresas do concelho.

Os sucessivos governos caíram, não porque houvesse algum piparote misterioso ou dos derrubasse. Caíram porque a sua política não resolveu nenhum dos grandes problemas nacionais e porque encontraram pela frente a classe operária e os trabalhadores dispostos a defenderem as conquistas de Abril — afirmou o camarada Álvaro Cunhal, falando desta vez na Cova da Piedade, no salão da SFUAP

completamente cheio, sobre o resultado a que conduziu a política de direita e sublinhando que, já em 1977, os comunistas propuseram a realização de eleições intercalares.

Comício ou sessão? Apesar de apresentada como sessão, e de ter havido um longo período de perguntas e respostas no final, o que levou a que o hino se ouvisse já passava da meia-noite, o ambiente e o número de presentes fazia pensar num comício, com o entusiasmo e o calor que sempre ocorre nestes momentos.

Muitas foram as perguntas a que o camarada Álvaro Cunhal respondeu na Cova da Piedade. E, no final, referindo-se a uma delas, posta por uma jovem, lembrou a participação efectiva da juventude comunista na batalha eleitoral que se aproxima e as candidaturas de membros da UJC e da UEC nas listas APU.

Quatro localidades do distrito de Leiria foram visitadas no passado domingo pelo camarada Álvaro Cunhal. Visitando duas terras de pescadores — Peniche e Nazaré — uma aldeia de ocupação essencialmente agrícola mas já com uma importante indústria de cerâmica — Valado de Frazes — e uma terra — história da luta da classe operária — a Marinha Grande — o secretário-geral do PCP dialogou com os muitos milhares de pessoas que, nestas localidades, acorreram às sessões ou encontros com o dirigente comunista, ouvindo a voz do PCP e expondo os seus problemas.

Foi a Lota de Peniche o local escolhido para o encontro de Álvaro Cunhal com a população de

Peniche, bem representada com a presença de milhares de trabalhadores na maior concentração partidária ali efectuada. No passado domingo não se ouviu ali a confusão das muitas vozes que compram e vendem peixe trazido para terra, quantas vezes por entre inúmeros perigos, pelas mãos marcadas e feridas de sal e do "nylon" das redes dos pescadores. O que se ouviu, a uma, foi a harmonia da saudação colectiva na certeza de que o trabalho e a luta dos trabalhadores são a voz do PCP, do mesmo modo que esta voz do PCP molda o trabalho e a luta dos que querem acabar com a exploração.

Por isso o diálogo entre os presentes e o camarada Álvaro Cunhal foi marcado pelas palavras necessárias de cada um dos que falavam. Pela voz do PCP analisando a situação política, interpretando os interesses dos trabalhadores; pela voz dos trabalhadores, compreendendo e apoiando as posições do PCP, e falando dos seus interesses. O diálogo prolongou-se até onde era possível. O camarada Álvaro Cunhal falou da actual situação política, saudou os trabalhadores de Peniche, particularmente os seus pescadores, criticou a posição do PS e apelou ao trabalho de todos para que a vitória democrática se concretize. Pelo seu lado, da assistência, vozes anónimas que são vozes do trabalho interrogaram sobre o voto útil, as relações entre comunistas e católicos, a política de duas caras do PS, os problemas da juventude.

Perguntas colocadas, respostas dadas, porque, conforme salientou o camarada Álvaro Cunhal, **somos um partido que tem a mesma face, não somos gente de duas caras.**

Começava a escurecer quando no Largo Dr. Manuel Arriga, onde se encontra o Centro de Trabalho do PCP na Nazaré, mesmo frente ao mar, mais de mil pessoas saudaram a chegada do camarada Álvaro Cunhal.

O vento cortante e frio vindo do mar ali perto não foi suficiente para quebrar o entusiasmo e o calor da recepção ao secretário-geral do PCP. No breve encontro improvisado no próprio largo, Álvaro Cunhal saudou particularmente os pescadores da Nazaré, apoiou as suas reivindicações para o melhoramento das suas condições de trabalho e de vida — referindo nomeadamente a inexistência de um porto de abrigo e a falta de meios eficazes de socorro a náuticos. Enquanto o secretário-geral do PCP referia estes aspectos, vozes populares confirmavam a justeza das palavras do dirigente comunista.

Uma autêntica festa popular aguardava o camarada Álvaro Cunhal em Valado de Frazes, localidade a 7 quilómetros da Nazaré. Todo o povo saiu à rua, estrelejar foguetes, enquanto uma aparelhagem sonora transmitia a «Grândola Vila Morena» e os históricos comunicados do MFA da madrugada de Abril.

Valado de Frazes vestiu-se de festa para receber o secretário-geral do PCP no largo principal da localidade e, com ele, percorrer as ruas que conduzem ao Centro de Trabalho do PCP e daqui até ao recinto onde decorreu a sessão de esclarecimento.

Valado de Frazes tem pouco mais de dois milhares de habitantes. O número de pessoas que assistiu à sessão de esclarecimento com o camarada Álvaro

Cunhal permite concluir que foi Valado de Frazes quem, em peso, ali esteve presente, naquela localidade a 7 quilómetros da Nazaré.

As palavras do secretário-geral do PCP foram atentamente escutadas. Mas antes e depois da sessão de esclarecimento, a população fez questão de querer que o camarada Álvaro Cunhal participasse com ela num convívio. Tinham-se abastido dois porcos, as febras vinham ainda quentes para uma grande mesa colocada a meio do recinto, os bocados de broa e pão eram dados, ao mesmo tempo que os abraços se sucediam e se ouvia, amide dizer: Sou socialista, mas também quero dar um abraço ao camarada Álvaro.

A sala da «Ordem», na Marinha Grande, encontrava-se repleta de gente. Eram 21 e 30 e os trabalhadores marinhenses aplaudiram a entrada na tribuna do camarada Álvaro Cunhal, acompanhado dos camaradas Joaquim Gomes, Jaime Félix e Osvaldo de Castro, e de grande número dos candidatos da APU às eleições intercalares e para as autarquias. Presentes também destacados dirigentes operários de hoje, lado a lado com alguns daqueles que participaram no histórico 18 de Janeiro de 1934.

Usaram da palavra sucessivamente um operário da «Tomé Fátima», um representante da Juventude Comunista, uma doméstica, Joaquim Gomes e Álvaro Cunhal. O entusiasmo em que decorreu o comício da Marinha Grande foi o justo coroarmento de uma grande jornada política e de convívio humano que, na tarde e noite de domingo, marcou a vida de quatro localidades do distrito de Leiria.



Peniche



Nazaré



Valado de Frazes



Marinha Grande

As nacionalizações e o regime democrático

O regime democrático português saído da Revolução não é comparável ao regime democrático existente nos países capitalistas da Europa Ocidental.

Nesses países o regime democrático é um regime onde, a par das liberdades formais, existe o capitalismo monopolista de Estado. Isto é, um sistema em que o capital financeiro e os grupos monopolistas dominam e exploram a economia, as riquezas e o trabalho, em que o poder dos grupos monopolistas e o poder do Estado se fundem num único aparelho de poder.

Não são essas as características do Portugal democrático saído da Revolução. As liberdades e a democracia política foram alcançadas. Mas, a par das liberdades e da democracia política, foram liquidados os grupos monopolistas, foram nacionalizados os sectores básicos da economia portuguesa, foi libertado o país do domínio económico e político dos monopolistas e dos latifundiários que haviam explorado, sugado, torturado, tiranizado, humilhado o nosso povo durante quase meio século de fascismo.

Demagogicamente os partidos reacçãoários dizem aceitar nacionalizações, mas tal como elas se realizam nos países capitalistas de «modelo europeu».

Que nacionalizações são essas? São as nacionalizações que interessam, não ao povo, não ao Estado, mas aos próprios grandes capitalistas.

E que nacionalizações interessam aos grandes capitalistas?

Interessam naturalmente as nacionalizações dos sectores e empresas que não são rentáveis ou que deixaram de sê-lo, as nacionalizações dos sectores e empresas deficitárias cujo suporte seja necessário às empresas capitalistas, mas que têm assim os défices cobertos pelo orçamento geral do Estado.

Esses critérios de nacionalizações convêm aos grandes capitalistas, convêm aos Mellos, aos Champallimaud, aos Espíritos Santos. Mas não convêm ao Povo português, nem à economia nacional, nem à democracia portuguesa.

A reacção parece concentrar prioritariamente a sua luta contra as nacionalizações e pela restauração do poder dos monopólios, na tentativa de formação de bancos privados, companhias de seguros privadas como passo para a privatização da Banca e dos Seguros.

É fácil compreender porquê. Tal como a nacionalização da Banca e dos Seguros, através das participações e carteiras de títulos, conduziu à nacionalização de inúmeras empresas, assim a privatização da Banca e dos Seguros conduziria à privatização de centenas de empresas.

A privatização da Banca e dos Seguros significaria a rápida reorganização dos grupos monopolistas e do seu domínio.

No regime democrático português, as nacionalizações são aquelas que convêm, não aos grandes capitalistas, mas ao Povo português, à economia nacional, à democracia portuguesa — são as nacionalizações que liquidaram os grupos monopolistas dos Mellos, Champallimaud e Espíritos Santos, deram origem a um vasto sector básico não capitalista e criaram condições para o desenvolvimento económico do país, não em benefício das multinacionais mas em benefício do povo e da Pátria.

A liquidação dos grupos monopolistas e as nacionalizações constituem uma conquista histórica dos trabalhadores e de todo o povo. Como consagra a Constituição, constituem um traço fundamental e irreversível do regime democrático português.

Defender as nacionalizações, como defender a Reforma Agrária, é defender as próprias liberdades, é defender a própria democracia.

Uma maioria da Aliança Reacçãoária poria em risco as nacionalizações. Só uma vitória democrática, só uma vitória da Aliança Povo Unido, do PCP, poderá assegurar que seja salvaguardado e prosseguido o regime democrático português, o Portugal de Abril, país onde a liquidação definitiva do poder dos monopólios é condição das liberdades e da democracia.

O exemplo da Siderurgia

O problema das nacionalizações toca directamente a população trabalhadora do Seixal, porque aqui no Seixal está uma das maiores empresas nacionalizadas — a Siderurgia Nacional.

O problema da Siderurgia Nacional é um problema do povo do Seixal, mas é também um problema de todo o Povo português, de todo o nosso País.

Ele insere-se no problema mais largo do aproveitamento dos recursos portugueses, do desenvolvimento económico, do regime democrático e da independência nacional.

Há no que respeita à Siderurgia, problemas de carácter imediato a resolver. Mas há também toda a perspectiva, todo o futuro da Siderurgia portuguesa.

Em relação à siderurgia pode dizer-se que parar é morrer.

Ou a siderurgia se integra num plano de desenvolvimento económico nacional e responde às suas exigências, ou está condenada a estagnar, a definir, a tornar-se um apêndice mais ou menos incómodo ou erradicado quanto esses interesses o exigirem.

O Plano Siderúrgico Nacional reveste a este respeito um relevo particular.

O Plano Siderúrgico Nacional não é um sonho de utopistas. É um imperativo patriótico que se identifica com a perspectiva de desenvolvimento, de progresso, de libertação e de independência do nosso país.

O aproveitamento do minério de ferro de Moncorvo (cujas reservas reconhecidas sobem a mais de 500 milhões de toneladas), as infraestruturas ferroviárias para o seu transporte, a instalação de uma nova siderurgia no Seixal no âmbito da Siderurgia Nacional, a completamentaridade do plano de Aproveitamento Integrado das Pirites (AIP) — teriam imediatas incidências estimulantes em diversos sectores da indústria extractiva, na indústria metalomecânica, na indústria de material de elevação e de transporte, nas indústrias eléctricas, na construção civil. A realização do PSN poderia intervir como um verdadeiro motor de arranque para o desenvolvimento da economia nacional.

O plano Siderúrgico foi abandonado pelos últimos governos, como foram abandonados todos os grandes projectos visando o desenvolvimento económico de Portugal, numa base nacional e de independência.

A chamada versão do Plano Siderúrgico Nacional aprovado pelo governo Mota Pinto/PPD/CDS — ampliação da fábrica do Seixal — não resolve o problema de fundo, não responde às promissoras perspectivas do Plano Siderúrgico Nacional e apresenta grandes incertezas dado que a Siderurgia terá que garantir o escoamento da produção excedentária.

Os portugueses têm o direito de perguntar e de saber porque se sacrificou e posto de lado o Plano Siderúrgico Nacional.

Sim, porque foi abandonado? Foi abandonado porque as forças reacçãoárias ainda mantêm o projecto de entregarem a Siderurgia Nacional de novo ao capital privado, procuram dificultar a sua expansão e a sua integração num projecto industrial mais largo e diversificado que dificulte posteriormente a definição dos seus limites anteriores.

Foi abandonado porque a política económica dos últimos governos, que é a política dos partidos reacçãoários, dominada pela preocupação de mostrar que as empresas nacionalizadas não são viáveis nem rentáveis precisamente porque estão nacionalizadas, cria intencionalmente dificuldades às empresas nacionalizadas, designadamente à Siderurgia, de forma a provocar a sua degradação económica e financeira.

Foi abandonado porque, com a integração no Mercado Comum, os interesses portugueses são sacrificados aos interesses dos países industrializados do Mercado Comum. No Mercado Comum a indústria siderúrgica trabalha a 60% da capacidade. As suas exportações baixaram de cerca de 60% dez anos atrás para 40% do total mundial. A crise é profunda no Mercado Comum.

Os efeitos que a integração teria para a Siderurgia Nacional seria a proibição ou contenção da sua expansão, a sua absoluta dependência dos portamentos do ago dos países do Mercado Comum.

O caso da Siderurgia é um exemplo do que pode significar a tão apregoada integração de Portugal no Mercado Comum.

É um exemplo também dos sólidos fundamentos do nosso Partido ao lutar contra a integração.

Nós queremos que a indústria portuguesa trabalhe para o bem-estar do Povo português e da Pátria portuguesa e não para os interesses do grande capital de portugueses ou de países estrangeiros.

Nós queremos superar as dificuldades existentes no nosso País através do nosso esforço e do nosso trabalho, a indústria portuguesa seja condenada a sacrificar-se no pagamento de dificuldades e da crise do Mercado Comum.

No caso da Siderurgia, vê-se no concreto, a diferença entre o programa das forças reacçãoárias e de todas as forças da recuperação capitalista, e o programa do Partido Comunista Português, o programa dos trabalhadores.

As forças reacçãoárias querem destruir as nacionalizações (no concreto a Siderurgia Nacional), querem de novo entregar as empresas aos antigos monopólios (no concreto ao Champallimaud), querem submeter Portugal a interesses estrangeiros, querem que a privatização das empresas seja acompanhada pela limitação e mesmo pela liquidação dos direitos dos trabalhadores, das liberdades democráticas, pela liquidação do regime, pela instauração de uma nova ditadura.

O PCP defende a consolidação das nacionalizações, a dinamização das empresas nacionalizadas, o aproveitamento das riquezas nacionais, o desenvolvimento económico acelerado do País, a defesa dos direitos dos trabalhadores, a melhoria das condições de vida material e cultural da classe operária e todo o Povo português, a consolidação definitiva e o prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição.

As forças reacçãoárias querem restaurar em Portugal o poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários, dos Mellos, Espírito Santos e do Champallimaud (antigo patrão fascista da Siderurgia que defende abertamente uma ditadura fascista em Portugal).

O PCP defende que não mais sejam restaurados os monopólios, que as nacionalizações sejam irreversíveis conforme determina a Constituição, que os recursos nacionais, a economia nacional, o trabalho dos portugueses, sejam dinamizados, não para que façam fortunas de milhões de contos (assentos no suor, nas dificuldades, na miséria do povo) os grandes parasitas da sociedade, mas para bem do Povo português e da Pátria portuguesa.

A Siderurgia, assim como os Cimentos e as demais empresas do Grupo Champallimaud que foram nacionalizadas podem andar perfeitamente para a frente sem os antigos patrões.

O resultado das próximas eleições confirmará (estamos certos) que essa é a vontade e a determinação do Povo português.

Em defesa dos direitos dos trabalhadores

Nas próximas eleições estão também em jogo, com o futuro do regime democrático, a situação, as relações e o papel das várias classes sociais.

Os partidos reacçãoários, designadamente o PPD e o CDS, procuram instaurar de novo um regime, um Estado e uma ordem onde os únicos cidadãos com direitos e com liberdades são as classes exploradoras.

Para estes senhores, nos grandes capitalistas não se pode tocar nem com uma palavra, mas os trabalhadores podem ser impunemente insultados, espedalados, espancados, torturados, metralhados, a fim de lhes impor as ordens, os interesses, a exploração dos grandes capitalistas e latifundiários.

Para estes senhores, Portugal deve ser uma colónia dos milionários, a cujos interesses egoístas, a cuja escandalosa riqueza, a cujos regabofes, a cujo parasitismo, ficariam submetidas inteiramente, como antes do 25 de Abril, a sorte e a vida de todos os restantes portugueses.

Se um trabalhador não pode pagar as monstruosas rendas de casa que o governo Mota Pinto ainda por cima descongelou, se tem dois meses de renda em atraso, que vá para a rua pela força.

Mas se o chefe de um partido deve à Banca nacionalizada 25 mil contos, se não se apronta para pagá-los, se a quantia é considerada «crédito mal parado» e se um jornal desvendta tal escândalo chamando a atenção para ele, chovem as ameaças reacçãoárias defendendo as traficâncias e protestando contra o que chamam a violação do sigilo bancário.

A verdade é que a democracia não será uma realidade, enquanto houver cidadãos de 1.ª, 2.ª e de 3.ª classe, enquanto houver portugueses que se julgam senhores e que julgam que os trabalhadores ainda são escravos.

A verdade é que a democracia não poderá construir-se enquanto os grandes exploradores do nosso povo continuarem sendo os donos do aparelho do Estado, das riquezas, das alavancas da vida económica.

A igualdade dos cidadãos e as liberdades e direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição são elemento constitutivo do próprio regime democrático. São inconciliáveis quaisquer leis ou decisões que, a pretexto de regulamentação, ponham em causa direitos fundamentais.

É esse o caso do projecto de Lei Gonet, projecto de liquidação da liberdade sindical e de manipulação da orgânica sindical; projecto que caiu com a dissolução da Assembleia da República, mas que, no caso de voltar a ser reposto na Assembleia da República, encontrará justa e firme resistência dos trabalhadores, dos sindicatos, da grande e gloriosa centena sindical — a CGTP-Intersindical Nacional.

É esse o caso também da lei 46/79 de 12 de Setembro sobre as Comissões de Trabalhadores, proposta na Assembleia da República pelo PS e aprovada pelo PS e partidos reacçãoários.

Esta lei, violando direitos, tradições, práticas consagradas, normas democráticas, é um exemplo de como, através duma regulamentação, se procura liquidar a essência, as virtualidades, a liberdade e a independência de organização dos trabalhadores.

O nosso Partido não coloca como orientação o boicote à lei. Mas lutamos e lutaremos firmemente pela sua revogação, de forma a que seja efectivamente assegurado aos trabalhadores o direito de organização consagrado na Constituição da República.

Não precisamos que viesse o 25 de Abril para promovermos a formação de Comissões de Trabalhadores. Há mais de 40 anos que o PCP e o movimento operário desenvolvem essa importante forma de organização. A ditadura fascista também procurou — debalde — dissolver, extinguir, regulamentar, espartilhar, forçar à clandestinidade as Comissões de Trabalhadores — durante dezenas de anos chamadas Comissões de Unidade. Se o fascismo não conseguiu impedir a organização independente de classe operária nas empresas, não são as forças reacçãoárias e oportunistas coligadas que o conseguiram no novo Portugal democrático.

A este respeito, chegaram-me às mãos dois comunicados. Um, o Comunicado n.º 202 da Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional. Outro do Núcleo do Partido Socialista na Siderurgia.

As circulares são esclarecedoras. A primeira defende a liberdade e a democracia das formas de organização dos trabalhadores. A segunda salta em defesa da lei antidemocrática, não reconhece os plenos dos trabalhadores da Siderurgia e parte ao ataque gratuito contra o PCP que no caso se confunde com um ataque ao colectivo dos trabalhadores da Siderurgia.

É lamentável que organizações de trabalhadores do PS tomem tais atitudes.

Reconhecemos naturalmente aos trabalhadores, como a quaisquer outros cidadãos portugueses o direito de pertencerem aos partidos que entenderem. Mas temos todo o direito de apreciar a atitude de trabalhadores, que dizendo ser pelo «socialismo», enaltecem a aprovação, com os votos dos partidos reacçãoários, com os votos do grande patronato, de leis restritivas do direito de organização dos trabalhadores.

Com tal política no meio operário, o PS arrisca-se a que chegue um dia em que o PS ande nas empresas com uma candeia à procura de um militante seu e não encontre nenhum.

O controlo de gestão e o papel dos trabalhadores

A organização das Comissões de Trabalhadores nas Empresas está inteiramente associada ao controlo de gestão.

O controlo de gestão está consagrado na Constituição como um direito inalienável dos trabalhadores.

O controlo de gestão é uma forma de assegurar a intervenção activa dos trabalhadores na vida económica, na actividade das empresas, na solução dos problemas e no progresso da economia nacional.

A reacção e o próprio PS procuram esvaziar o controlo de gestão da sua substância democrática, reduzindo as Comissões encarregadas do controlo a organismos subsidiários das Administrações actuando junto dos trabalhadores como uma espécie de capataz colectivo.

O PCP defende firmemente o controlo de gestão, a participação viva e activa dos trabalhadores na vida económica das empresas.

O controlo de gestão não visa apenas assegurar a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores. Visa também assegurar o bom funcionamento das empresas.

A vida tem mostrado o papel positivo, dinamizador, muitas vezes determinante dos trabalhadores na solução das dificuldades.

Continuando a falar do Seixal, que se passa com a Siderurgia Nacional?

Sabe-se que a Siderurgia Nacional, depois de vários anos em que se acumularam prejuízos, registou em 1978 um saldo positivo de 280 000 contos.

O caso não é único e é bom aqui desfazer a campanha das forças reacçãoárias que para justificarem a exigência de privatização e as excelências do capital privado, acusam o sector público de ser altamente deficitário.

Essa acusação não corresponde de modo algum à verdade. Apesar de todas as dificuldades que a política dos últimos governos têm criado às empresas nacionalizadas, as empresas nacionalizadas, no seu conjunto, apresentaram em 1978 um lucro total estimado em 12 milhões de contos.

Voltando ao saldo positivo de 280 000 contos na Siderurgia, esse saldo não se ficou a dever à política dos governos. Sabe-se que os governos nada fizeram para o saneamento financeiro da empresa, cujos resultados são necessariamente comprometidos por encargos financeiros da ordem dos 2 milhões de contos anuais. Sabe-se que a desvalorização do escudo, encarecendo os produtos importados, onerou gravemente a SN dependente em 85% dos aprovisionamentos externos. Sabe-se que a política dos últimos governos tem sido a sistemática criação de dificuldades às empresas nacionalizadas a fim de as conduzir a uma situação de dificuldades insuperáveis e de falência técnica, que justifique depois a sua privatização.

Para o saldo positivo de 280 000 contos influiu uma política de preços mais adaptada à conjuntura. Mas esse resultado deve-se fundamentalmente à contribuição, ao esforço, ao trabalho, às iniciativas dos trabalhadores e técnicos da Siderurgia Nacional.

E que se passou e passa na Mundet, empresa básica na vida do concelho do Seixal?

A Mundet, enquanto intervencionada e sob controlo de gestão, sobreviveu, venceu extraordinárias dificuldades e obstáculos, conseguiu mercados externos, assegurou a produção, assegurou e aumentou os postos de trabalho, graças fundamentalmente ao esforço, à organização, à iniciativa, à dedicação, à capacidade dos trabalhadores.

Mesmo depois de desintervencionada, o papel construtivo dos trabalhadores tinha-se imposto de tal forma na vida da empresa, que esta continuou a funcionar, mantendo-se como uma realidade efectiva essa grande conquista de Abril, esse direito dos trabalhadores, essa exigência da economia nacional, consagrado na Constituição com o nome de controlo de gestão.

Não é só nas empresas nacionalizadas e intervencionadas que os trabalhadores têm tido um papel altamente positivo e por vezes determinante na solução dos problemas.

Isto dá-se igualmente na Reforma Agrária onde, apesar das sucessivas, ilegais e brutais ofensivas da reacção e dos governos, apesar das violências, apesar dos espancamentos e dos crimes que recentemente vitimaram dois camaradas nossos em Montemor-o-Novo, os trabalhadores continuam corajosamente os trabalhos agrícolas e os planos de produção, continuam a trabalhar para si, para os seus, para a economia nacional.

Isto dá-se igualmente nas autarquias, onde os eleitos da APU (então FEPU), apesar das grandes carências financeiras, têm encarado de frente os problemas e têm conseguido, pela primeira vez, resolver problemas de natureza social que respondem a muitas das necessidades mais sentidas das populações.

A questão é de decidir qual será o papel dos trabalhadores na vida política, social e económica do país.

A Aliança Reacçãoária, o PPD, o CDS e todas as forças reacçãoárias projectam reduzir de novo os trabalhadores à condição de escravos dos grandes monopólios e dos latifundiários.

O PS, nas suas alianças com a direita, tem colaborado em verdadeiros atentados contra as liberdades e direitos dos trabalhadores.

O PCP defende firmemente que não pode haver sociedade democrática sem a intervenção dos trabalhadores na solução dos problemas em todos os sectores da vida nacional.

Não pode haver

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 49 — Série VII — N.º 302
31 de Outubro de 1979

**Jornal
de parede**

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



A REALIDADE É ESTA:

**Em Portugal não se pode separar
a defesa da liberdade e da democracia
da defesa das nacionalizações
e da Reforma Agrária**

*As nacionalizações e a Reforma Agrária foram feitas porque os monopolistas e agrários depois do 25 de Abril, usaram o poder económico que tinham para sabotar a economia portuguesa e porem em causa as liberdades conquistadas.

*Se se destruirmos as nacionalizações e os monopolistas voltarem a ser donos das fábricas, dos bancos, das minas, quererão voltar a ter os fabulosos lucros que tinham.

*Se se destruir a Reforma Agrária e os agrários quiserem voltar a ter os fabulosos lucros

dores e Moradores, dos partidos democráticos, usando as liberdades democráticas

*Assim, os monopolistas e agrários, para terem de novo os seus lucros fabulosos, precisariam não só de acabar com as nacionalizações e a Reforma Agrária, mas também de acabar com os sindicatos, com os partidos democráticos, com o direito à greve, com a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão — com o regime democrático e a Constituição. Uma nova ditadura e tratariam de a implantar

é atacarem e destruir o tudo

*A Aliança Povo Unido (APU) defende as liberdades, defende a democracia, defende as nacionalizações e a Reforma Agrária

*O voto na APU é o único voto seguro, certo, necessário e indispensável para a defesa das liberdades, das nacionalizações e da Reforma Agrária, do regime democrático





Os partidos da direita mentem descaradamente para atacarem a democracia e as conquistas da Revolução

MAS A VERDADE É COMO O AZEITE: VEM SEMPRE À TONA DE ÁGUA!

Diz a reacção: as empresas nacionalizadas dão prejuízo.

É falso. Embora com diferenças sectoriais importantes, o conjunto do sector nacionalizado apresentou em 1978 um **lucro total estimado** em 12 milhões de contos.

Diz a reacção: as empresas nacionalizadas davam lucros antes do 25 de Abril e agora dão prejuízo

Além de, como vimos, ser

falso que agora o sector dê prejuízo, muitas das empresas nacionalizadas estavam em situações difíceis e só apresentavam resultados positivos através dos «balões de oxigénio» das **especulações** na bolsa. Por exemplo, em 1973, a **CUF** apresentou lucros de 132 mil contos quando os resultados de exploração eram um **prejuízo de 125 mil contos**; a **SONAP** anunciou lucros de 59 mil contos. quando, sem as

especulações na bolsa, tivera um **prejuízo de 28 mil**; os **Cimentos de Leiria** divulgaram 15 mil contos de lucro e tiveram 6 mil de prejuízo: a **Companhia de Seguros Império** anunciou 130 mil contos de lucros e teve 453 mil de prejuízo; o Banco Pinto & Sotto Mayor teve 248 mil contos de prejuízo e anunciou 119 mil de lucros. E que dizer das fortunas com que os monopolistas se «abotoaram» antes das nacionalizações e que hoje

estão a dever à banca: a família Espírito Santo deve ao BESCL 185 mil contos, Champalimaud deve 140 mil contos ao Pinto & Sotto Mayor, Cupertino de Miranda deve 166 mil contos ao Português do Atlântico, Jorge de Melo deve 338 mil contos ao Totta e o irmão 285 mil (a família Melo no conjunto deve mais 1 milhão de contos!), a família Borges deve quase 200 mil contos ao Borges & Irmão, Afonso de Magalhães deve 2 milhões e 300 mil contos ao Pinto de Magalhães — e isto para não falar dos famosos 26 mil e tal contos da dívida de Sá Carneiro...

Diz a reacção: os trabalhadores têm prejudicado a gestão do sector nacionalizado.

É falso. Os trabalhadores têm decisivamente contribuído para os resultados obtidos; a verdade, bem pelo

Agrária e os agrários latifundiários queriam voltar a ter os fabulosos lucros que tinham

*Para que os monopolistas e agrários voltassem a ter esses lucros seria preciso que voltassem a pagar salários de miséria, mandassem milhares de trabalhadores para o desemprego, fizessem as sabidas vigarices com os impostos, os empréstimos, etc.

*É evidente que os trabalhadores e todo o povo não estariam dispostos a serem de novo explorados e enganados. E lutariam pelos seus direitos através dos seus sindicatos, das suas Comissões de Trabalha-

o monopólio que os latifundiários e tratariam de a implantar restabelecendo o poder económico e o poder político que detinham no fascismo derrubado em 25 de Abril

*É por isto que para defender as nacionalizações e a Reforma Agrária é preciso defender as liberdades e para defender as liberdades é preciso defender as nacionalizações e a Reforma Agrária

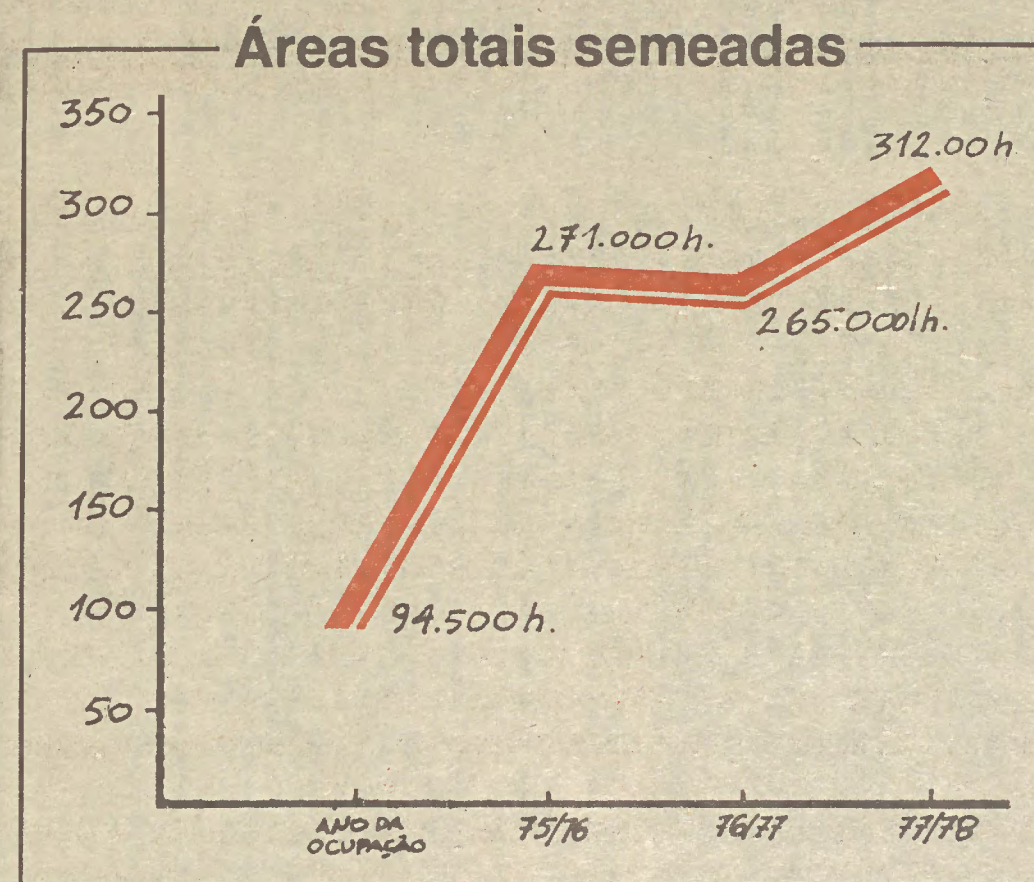
*Os partidos como os da Aliança Reaccionária que dizem defender as liberdades e atacam a Reforma Agrária e as nacionalizações **mentem** porque o seu objectivo

contrário, é que à frente das empresas do sector nacionalizado têm sido colocados, pela política de direita dos sucessivos governos, gestores cujas concepções são as da rentabilidade empresarial capitalista, funcionando como agentes dos interesses do grande capital ao mesmo tempo que — como toda a gente sabe

— têm sido afastados técnicos competentes e interessados em dinamizarem o sector nacionalizado ao serviço do povo e do país.

Diz a reacção: a produção nas terras da Reforma Agrária é inferior ao que era antes do 25 de Abril.

Os números falam por si:



Nas próximas eleições tem de se defender Abril

A Aliança Reaccionária defende abertamente a revisão da Constituição, a destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária.

Dos oito pontos fundamentais que definem a política do PCP proposta aos portugueses para as próximas eleições fazem parte:

1. **Respeito pela Constituição, estabilidade e reforço do regime democrático.**
2. **Garantia das liberdades e direitos dos cidadãos, da legalidade, da ordem democrática e da tranquilidade pública. (...)**
4. **Dinamização da economia portuguesa voltada para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida do povo na base do respeito pelos limites das formações económicas (sector nacionalizado, UCPs e Cooperativas da Reforma Agrária, empresas em autogestão, cooperativas, pequena produção agrícola e industrial, empresas capitalistas).**

O PPD, o CDS, o PPM e toda a direita estão contra as liberdades de Abril, as conquistas do povo.

O PCP e a Aliança Povo Unido e com eles todos os democratas defendem Abril, defendem as liberdades e as bases económicas de um Portugal sem monopólios e latifúndios.

Festival com desporto, música e convívio apresentou em Lisboa jovens candidatos da APU

Um início em que estiveram os camaradas Jorge Araújo, Fernando Rodrigues e Rosa Brandão foi o ponto alto do Festival da Juventude realizado no último domingo, em Belém (Lisboa) nos relvados junto da Torre, por iniciativa conjunta da UJC e UEC.

«Na alegria de viver, a força de ser jovem» — este o lema que presidiu à jornada de unidade e convívio da juventude trabalhadora e estudantil da zona

lisboeta, no decorrer da qual foram apresentados os candidatos jovens integrados nas listas da APU pelo círculo da capital. O Festival iniciou-se por volta

das 10 horas, com uma manhã desportiva onde a confraternização e a divulgação do Desporto, Direito do Povo marcaram presença destacada. Um dos primeiros aspectos que chamaram a atenção do repórter foi, sem dúvida, o quadro em que decorreu a jornada desportiva do Festival.

O rio Tejo, a Torre, o sol, os

relvados, a presença alegre de muitas crianças que ali brincam aos domingos levadas por familiares, os olhares curiosos de alguns turistas estrangeiros, a movimentação desportiva em várias modalidades, reunindo apenas as estruturas mesmo necessárias (cordas, panos, tubos, etc.), o convívio aberto e entusiástico de muitos jovens

estudantes e trabalhadores — proporcionaram, na verdade, um belo cenário para a manhã desportiva do Festival.

A «Corrida da Juventude» foi disputada em duas provas, tal como estava previsto: a dos 2 mil e a dos 6 mil metros. Na primeira registaram-se as seguintes quatro melhores classificações: 1.º, José Mário Lopes, com 7,48 m; 2.º, Fernando Santos, 8,31; 3.º, Fernando Jardim, 9,04; 4.º, Luís Miguel Lopes, 9,18. Na prova dos 6 mil: 1.º, Eugénio Ruivo, 20,15 m; 2.º, Carlos Manuel Santos, 20,22; 3.º, Mário Rui, 21,08; 4.º, Renato Pires.

Num pavilhão destinado ao Xadrez, a reportagem do «Avante!» foi encontrar um camarada sempre presente na organização de provas daquela modalidade em iniciativas do Partido e da Juventude. Trata-se do camarada João Reis, que nos

dizia: «A participação do Xadrez em iniciativas deste género é sempre importante, especialmente no que se relaciona com a divulgação da modalidade e também com a oportunidade que se oferece a todos os jovens interessados em contactar e jogar com xadrezistas de projecção. Na Festa do «Avante!» deste ano tivemos dois grandes mestres internacionais. Hoje não temos entre nós jogadores estrangeiros, mas está aqui para fazer a simultânea o Rui Silva Pereira, possuidor do terceiro melhor Elo do País».

Mesmo em frente da Torre foi instalado um estrado onde decorreu uma animada jornada de animação e demonstração nas modalidades de halterofilia,

ginstica e judo, tendo as sucessivas apresentações sido acompanhadas de notas explicativas (informações técnicas, etc.) através dum megafone. Na halterofilia participaram jovens atletas (alguns com escassas semanas de treino) do Centro Cultural Magalhães Lima, Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira e Lusol Futebol Clube do Barreiro. Nas demonstrações de ginástica actuaram elementos do Centro Magalhães Lima e as de judo estiveram a cargo de uma dezena de judocas de vários clubes que exemplificaram algumas técnicas de luta (em pé e no chão), tendo realizado também uma animação com crianças presentes.

Antes do almoço foram entregues lembranças aos atletas. Já na parte da tarde o programa do Festival incluiu uma sessão de Canto Livre com as actuações de Carlos Mendes, Edmundo Silva, Brigada Victor Jara, Carlos Paredes e grupo Trovante.

Seguiu-se o início no decorrer do qual usariam da palavra três oradores: **Fernando Rodrigues**, da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC; **Rosa Brandão**, do Secretariado da CC da UEC e dirigente associativa na Faculdade de Direito de Lisboa; e **Jorge Araújo**, do Secretariado do Comité Central do PCP. Na tribuna encontravam-se ainda os camaradas António José, empregado, e Fernanda Gomes, operária têxtil, candidatos por Lisboa, e Edgar Costa, Luís Medeiros, Francisco Pereira, António Damasceno e Carlos

Rabagal, membros de organismos de direcção da UJC e UEC.

Os dois candidatos da APU que falaram no início — Fernando Rodrigues e Rosa Brandão — detiveram-se nos problemas específicos dos jovens trabalhadores e estudantes, respectivamente, tendo ambos salientado a importância da mobilização da juventude para a próxima batalha eleitoral. O voto massivo dos jovens na APU foi apontado como a grande condição para o desenvolvimento vitorioso da luta juvenil em torno de justos direitos e aspirações.

Rosa Brandão salientaria, a propósito, que integram as listas da APU vários candidatos jovens, estando praticamente garantida a entrada para a Assembleia da República de dois jovens candidatos comunistas, que levarão ao homicídio de S. Bento a voz da juventude em luta contra o desemprego, por condições dignas de estudo, trabalho e prática desportiva, pelo direito à cultura e à constituição de família, por efectivas saídas profissionais, pelo direito ao ensino e à formação integral na perspectiva do futuro.

A juventude com a Democracia

Jorge Araújo referiu-se à actual situação política, destacando a importância do próximo acto eleitoral, na vida do País, do povo e da juventude.

Depois de desmontar ponto por ponto os objectivos da Aliança Reaccionária e de alertar para «a utilização do esquerdismo como orientação da direita para confundir

e diminuir a força dos movimentos unitários da juventude», afirmou o camarada Jorge Araújo:

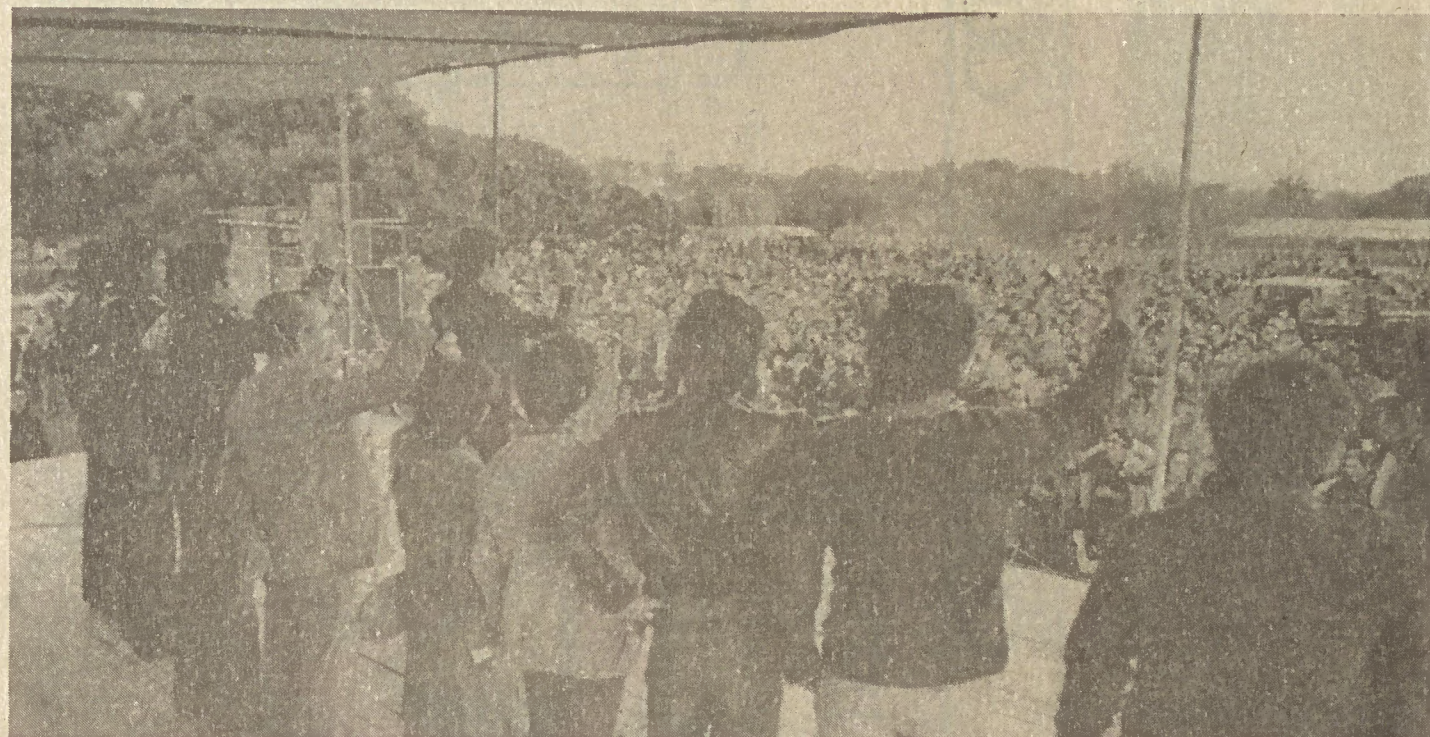
A democracia, a perspectiva constitucional do socialismo, a derrota das forças do passado, a viragem democrática para uma nova política, o cumprimento dos ideais de Abril, são propostas com grande poder de atracção, capazes de mobilizar amplas camadas da juventude portuguesa.

Mais adiante, sublinhou:

Com um trabalho muito aberto, utilizando o diálogo, a discussão franca dos problemas, iniciativas adequadas e mobilizadoras para a juventude, será possível trazer à luta activa pelos grandes objectivos também em jogo nesta campanha eleitoral um grande número crescente de jovens.

A direita não tem para oferecer à juventude senão o desemprego, a frustração, a injustiça social. E, por isso, é preciso que fracasse nos seus objectivos de conquistar para o seu lado os milhares de jovens que entretanto adquiriram capacidade eleitoral.

É preciso que a juventude nas fábricas, nos campos, nas escolas, nas organizações sociais, sindicais, desportivas e culturais sinta a força do apelo democrático e patriótico da juventude comunista para o voto no PCP, para o voto na APU, como forma importante de derrotar uma vez mais os seus inimigos de ontem e de hoje, os inimigos da democracia e do futuro.



Um aspecto do início que culminou o Festival de domingo passado em Belém, durante o qual foram apresentados os candidatos da juventude nas listas do Povo Unido.

Delegação da UJC/UEC regressou da URSS

● Importante encontro no Komsomol

A convite da direcção do Komsomol Leninista esteve recentemente na URSS uma delegação da Juventude Comunista portuguesa constituída pelos camaradas Horácio Rufino, da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC; Pina Moura, do Secretariado da CC da UEC, ambos do Comité Central do PCP; e José Moreno, do Executivo da CC da UJC e responsável pela secção de Relações Internacionais da organização.

A propósito desta visita, o «Avante!» ouviu o camarada José Moreno que, num breve depoimento, nos salientou:

«Durante a nossa estadia na URSS fomos recebidos pelo Primeiro-Secretário do Komsomol, camarada Pasthoukov, e pelo Presidente do Comité das Organizações Juvenis da União Soviética, camarada V. Ianaiev, além de outros contactos.

«No decorrer destes

encontros, realizados num ambiente de viva amizade internacionalista, foram analisados assuntos de significativa importância para as organizações dos jovens comunistas de ambos os países. No encontro com o camarada Pasthoukov foi analisada e discutida a acção da juventude em Portugal e na URSS, tendo-se estudado diversas questões de cooperação entre o Komsomol Leninista e a Juventude Comunista de Portugal. No encontro com o camarada Ianaiev foram focados assuntos centrais do movimento internacional da juventude e da sua actividade nas mais variadas frentes.

«Durante a nossa estadia tivemos ainda oportunidade de visitar a província de Smolensk, na República Federativa Russa. Trata-se de uma região de grandes tradições de luta e resistência contra a opressão. A cidade de Smolensk foi um autêntico baluarte na defesa de

Moscou quer durante a invasão napoleónica, quer durante a invasão nazi-fascista, tendo a sua população resistido heroicamente, não hesitando perante todos os sacrifícios na luta contra os opressores.

«Naquela província, a delegação da Juventude Comunista Portuguesa avistou-se com o Primeiro-Secretário da organização provincial do Komsomol, tendo também visitado vários locais da histórica cidade.

«Num balanço, necessariamente incompleto, pode-se afirmar que a visita da nossa delegação revestiu-se de grande importância e significado para as relações de cooperação e amizade que unem os jovens da URSS aos jovens de Portugal, tendo esta visita contribuído para um reforço dinâmico do intercâmbio e da solidariedade internacionalista entre as juventudes comunistas dos dois países».

Avança o trabalho preparatório do Encontro unificador UJC/UEC

De acordo com informações prestadas ao «Avante!» por camaradas da organização da iniciativa, decorrem em bom ritmo os trabalhos preparatórios do Encontro Nacional de Delegados da UJC e UEC marcado para 10 do próximo mês de Novembro, em Lisboa, com vista à concretização do processo unificador das duas organizações da Juventude Comunista.

No quadro da ampla discussão que está a decorrer entre os jovens comunistas (também com a participação de jovens progressistas de outras tendências), realizaram-se no último fim-de-semana vários encontros e assembleias, nomeadamente em Lisboa (Superior da UJC) e em Faro, Beja, Évora, Portalegre, Santarém, Coimbra e Viseu (assembleias distritais de militantes da UJC e UEC).

Reunindo centenas de camaradas, estas iniciativas focaram em particular os temas ligados aos objectivos, formas de intervenção, estruturas e esquemas de trabalho interno da futura

organização unificada da Juventude Comunista.

De salientar, entretanto, que várias organizações da UJC e UJC procederam já à eleição dos seus representantes (delegados) no Encontro Nacional de 10 de Novembro.

Tal como assinala um comunicado divulgado há dias pela SIP conjunta UJC/UEC, «ao mesmo tempo que se alarga e aprofunda o debate em torno do processo de unificação da Juventude Comunista, o Encontro Nacional já começou a sair para as ruas, através de variadas iniciativas de propaganda, entre as quais se destaca, naturalmente, o cartaz do Encontro».

Amanhã realizam-se assembleias distritais da UJC e UEC em Lisboa e no Porto; no sábado em Aveiro; e no domingo em Braga, Leiria e Setúbal. As assembleias das organizações do Ensino Superior da UEC de Coimbra e do Porto reúnem, respectivamente, amanhã e no domingo.

Instrumento fundamental para a dinâmica do debate que se está a desenvolver é, sem

dúvida, o projecto de conclusões do Encontro, documento que tem o seguinte índice: Introdução; 1. A Juventude, uma grande força social no Portugal de Abril; 2. Dar mais força à Juventude; 3. A Juventude luta por uma viragem democrática para cumprir Abril; 4. A Juventude contra o imperialismo, por um mundo de paz e uma solidariedade sem fronteiras; 5. Caminhos para unir e unir sempre a Juventude; 6. Juventude Comunista.

Neste último capítulo pode ler-se a dada altura que: «O Encontro Nacional de Delegados da UJC e UEC cria uma nova organização da Juventude Comunista e abre um período novo na vida e na luta dos jovens comunistas». Apontando os seus objectivos centrais, salienta o documento, a dado passo, que «recolhendo a experiência e a influência da UJC e UEC e ultrapassando as dificuldades e limitações existentes», a nova organização irá estruturar e dirigir a luta para dar mais força e determinação às exigências, direitos e protestos da juventude.



Transportes escolares Uma decisão motapintista no caixote do lixo!

Por determinação do Conselho de Ministros, a decisão do antigo governo motapintista relativa ao subsídio para os transportes escolares foi anulada, tendo sido já dada ao IASE (Instituto de Acção Social Escolar) a promessa de um reforço financeiro (na ordem dos 250 mil contos) que talvez ainda durante o primeiro período escolar venha a pôr cobro a situações aflitivas em muitas famílias com crianças em idade escolar.

Recorde-se que o problema foi originado quando o governo Monta Pinto/PPD/CDS decidiu um corte de 140 mil contos (em relação ao ano passado) nas verbas atribuídas ao IASE para o ano escolar em curso. Como reflexo daquela iniciativa, vários departamentos daquele organismo tiveram de proceder a cortes substanciais nos seus orçamentos. Um desses departamentos foi

o dos transportes escolares, que reduziu drasticamente os subsídios para os passes sociais das crianças.

A decisão agora tomada pelo actual Governo vem assim confirmar a justeza das posições e dos protestos que imediatamente se fizeram ouvir em todo o País, nomeadamente através de órgãos de vontade popular, associações de pais e encarregados de educação, organizações democráticas da juventude, entre outros.

Tal como referimos nas duas últimas edições do «Avante!», também o nosso Partido e a UEC afirmavam a sua viva oposição ao corte de subsídios para os transportes escolares, sendo de destacar que já desde Agosto o PCP vinha alertando a opinião pública para aquelas medidas restritivas.

Medicina de Lisboa Um «chumbo» para 400 alunos

A política do diálogo e da análise correcta das questões sempre foi «matéria» desconhecida para o actual Conselho Científico da Faculdade de Medicina de Lisboa. Ainda há poucos dias, aquele órgão sentenciou um «chumbo» colectivo para nada menos que 400 alunos do 3.º ano, na cadeira de Patologia Geral. Porquê?

Na origem de tudo está um professor sancionado em 1974, o dr.

Fernando Nogueira. Em 76 foi reintegrado (!) e depressa voltou a pôr em prática os seus fracos dotes de ensino. Os alunos protestaram. Junto do Conselho Científico alertaram para um facto: não entendiam o professor, as aulas não tinham qualquer aproveitamento para os estudantes! Até ao fim do ano, o CC de Medicina não cedeu nem um milímetro na sua arrogância: o dr. Fernando Nogueira é que teria

de dar a cadeira. Foram feitas propostas pelos alunos. O CC nunca quis saber delas. As coisas arrastaram-se de tal forma que, acabado o ano, a cadeira de Patologia Geral para os 400 alunos dependentes do dr. Nogueira ficou anulada. E agora, mantendo a sua arrogância, o Conselho Científico deliberou: um chumbo! E pronto...

Os estudantes prejudicados têm-se manifestado e declarado

a sua firme disposição de não aceitar tal medida. Recentemente, em Reunião Geral de Alunos da Faculdade, foi repudiada a decisão do CC, estando marcada para hoje uma importante reunião entre o Conselho Directivo, Assembleia de Representantes e Conselho Pedagógico, encontro que foi promovido pela «Comissão de Ano» e pela Associação de Estudantes.

Estatuto não é argumento... Conselhos Científicos apostam no boicote!

Numa manobra de claros intentos políticos, alguns Conselhos Científicos — órgãos constituídos exclusivamente por professores catedráticos — têm manifestado a sua oposição frontal, não explicada com argumentos válidos, ao Estatuto da Carreira Docente Universitária, recentemente aprovado em Conselho de Ministros.

Trata-se, ao fim ao cabo, de uma movimentação conjugada com o objectivo de boicotar o funcio-

namento da Universidade, como assinala um documento divulgado há dias pela UEC de Coimbra, que se poderá confirmar, a título de exemplo, com a acção do Conselho Científico da Faculdade de Medicina de Coimbra. Depois de uma grande campanha contra o Estatuto, aquele organismo acabou por se demitir tendo decidido não dar início às aulas deste ano lectivo.

Toda esta movimentação é absolutamente ilegal — salien-

tam os estudantes comunistas de Coimbra, que denunciam tais manobras de autêntico boicote ao ensino, perpetradas pelos sectores mais reacçãoários do corpo docente, que pretendem, como é característico da acção da direita, acumular factores de instabilidade e multiplicar formas de pressão antidemocrática, num momento politicamente sensível, como é o que marca a aproximação das eleições intercalares e para as autarquias locais.

Ao criticar especificamente a utilização de um órgão de gestão, com fins de puro boicote e pressão, por um grupo restrito de professores, a UEC recorda que tal situação só é possível devido ao decreto de gestão Cardia, que coloca nas mãos de um órgão não eleito e restrito na sua composição, amplos poderes de decisão dificilmente controláveis e de importância decisiva para o funcionamento das Faculdades.

Encontro em Lisboa sobre questões de Saúde

Vai realizar-se, no próximo dia 3 de Novembro, no Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa, uma reunião nacional de quadros do PCP sobre questões de Saúde. A reunião, que durará todo o dia, conta com uma vasta ordem de trabalho que debaterá entre outros, os seguintes temas:

Situação Sanitária; Serviço Nacional de Saúde — factores políticos; SNS — factores técnico-administrativos e económico-financeiros; Cuidados Primários; Situação Hospitalar.

Romagem ao Escoural

Os trabalhadores da UCP Salvador Joaquim Pomar, aquela mesma UCP em que ainda há um mês trabalhavam António Maria Casquinha e José Caravela, concentraram-se na manhã de sábado no Monte do Lagar, quando da romagem ao cemitério do Escoural, promovida pela Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP, em memória dos dois camaradas assassinados.

O luto, a tristeza, tanto dos familiares, como dos camaradas e dos companheiros de trabalho, manifestados durante a romagem

não conseguiria ensombrar, porém, a confiança de que a mesma luta pela qual morreram os dois comunistas alentejanos vai continuar, em defesa de uma conquista preciosa para todos — a Reforma Agrária.

A cerimónia assistiram, testemunhando a solidariedade dos trabalhadores, testemunhando a solidariedade dos comunistas, Manuel Vicente, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora o camarada Diamantino Dias, membro suplente do Comité Central do Partido Comunista Português, e muitos outros trabalhadores.

Encontro de Mulheres aprova no Porto a candidatura APU

e levantadas outras sobre a situação dos reformados e as rendas de casa.

A camarada Helena Medina, membro do CC e da DORP, fez uma intervenção sintetizando os principais aspectos e temas do Encontro. No apelo às mulheres do distrito, aprovado por unanimidade e aclamação, as participantes sublinham que a candidatura Povo Unido dá corpo às aspirações mais profundas das mulheres e de todo o povo. Estamos

cientes que, de novo, comunistas e socialistas terão, no seu conjunto, a maioria na Assembleia da República. No entanto, só uma forte votação na APU permitirá que esta maioria se torne numa maioria efectiva, levando os socialistas, tal como já acontece nas empresas e no movimento popular de massas, a unirem-se de facto aos comunistas e outros democratas, no sentido de uma política de defesa dos interesses nacionais.

As mulheres e as eleições

Na passada semana, juntamente com o Presidente da Câmara de Aviz, camarada José Luís, do Comité Central, a camarada Alda Nogueira, membro do CC, participou em sessões de esclarecimento no distrito de Portalegre — em Fronteira e Santo Amaro no dia 21 e, na véspera, juntamente com um candidato do MDP, numa sessão em Almodôvar.

No dia 26, em Belém, na sede do MDP, realizou-se uma sessão da

APU, levada a cabo pelo PCP, também com a presença de Alda Nogueira que falou sobre a situação política, em especial sobre a participação das mulheres na campanha eleitoral, respondendo a muitas perguntas. No dia seguinte teve lugar outra sessão da APU, nos Bombeiros Voluntários do Dafundo, durante a qual Alda Nogueira abordou os problemas mais candentes relacionados com as próximas eleições.

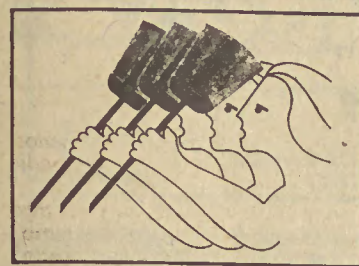
Reuniões importantes

• Camaradas alentejanos

Realiza-se no próximo dia 2 de Novembro, às 21 e 30, no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião para a qual se convidam todos os camaradas naturais do Alentejo e residentes na área da capital.

«Lisboa Cidade Abril»

No próximo dia 6 de Novembro, a banca CDL do Centro de Trabalho Vitória promove um colóquio de lançamento do livro, editado pela «Caminho», «Lisboa Cidade Abril». Participam no colóquio, às 21 horas, Silva Graça, Borges Coelho e Jorge Cordeiro.



I Congresso do serviço doméstico

Um amplo sector do trabalho em luta por direitos de todos os trabalhadores

A sessão pública que, no domingo passado, as trabalhadoras do serviço doméstico levaram a cabo no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, no âmbito do seu 1.º Congresso Nacional, foi uma clara confirmação de alguns êxitos já alcançados pelo Movimento Sindical Unitário nesse domínio tão difícil da organização e da luta num amplo sector de trabalho que tem sido, juntamente com o dos assalariados rurais, um dos mais sujeitos a um tipo de exploração que frequentemente atinge as raízes do desumano. Isso mesmo se pode verificar pelo teor das reivindicações apresentadas pelo Sindicato do Serviço Doméstico, com sede em Lisboa e filiado na CGTP-IN, que desde 9 de Junho do ano corrente veio preparando este 1.º Congresso, cujo objectivo principal é a "consciencialização" de todas as trabalhadoras do serviço doméstico, "através da participação na discussão e nas tarefas" que realizaram e vão realizar. Entre as reivindicações mais urgentes, que foram reafirmadas no Congresso perante uma representante do Primeiro-Ministro, eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, sobressai a aprovação urgente da lei de base para o serviço doméstico e a saída da respectiva PRT — Portaria de Regulamentação de Trabalho.

● A definição de princípios que permitam a publicação de uma Portaria (PRT) que regule, na prática e com justiça, os direitos e deveres de todas as trabalhadoras do serviço doméstico.

Reconverter a profissão — uma exigência em curso

A "reconversão da classe" foi uma das palavras de ordem do 1.º Congresso. Com os seus próprios meios e com o impulso decisivo do Sindicato e das suas 8 delegações (Beja, Évora, Aveiro, Montemor-o-Novo, Porto, Santarém, Setúbal e Torres Novas) as trabalhadoras do serviço doméstico têm já a funcionar em Lisboa, Porto e Évora as suas lavandarias, creches e refeitórios populares, uma iniciativa que decorre e se amplia no âmbito da Cooperativa Operária de Prestação de Serviços Domésticos, que "não tem ainda a amplitude que nós desejamos" — lembra um dos documentos do Congresso — mas que conta com a ajuda dos que mais precisam desses serviços e que "são os que, como nós, trabalham e que, após um dia de trabalho, têm de desdobrar-se para atender às tarefas da sua própria casa". No campo da reconversão da classe e da profissão, a criação daquela Cooperativa — a COOPERSERDO — representa um grande passo, um objectivo concreto através do qual "podemos aprender a planejar, a dirigir e a gerir o que produzimos".

Consciencializar, unir, organizar com apoio e solidariedade

O estarmos hoje aqui a realizar o nosso 1.º Congresso das Trabalhadoras do Serviço Doméstico só significa que a nossa luta não tem sido em vão. Embora com dificuldades, temos sido capazes de dar continuidade ao nosso trabalho, de dizer bem alto a todos que existimos, que sabemos aquilo que queremos, que a nossa luta é justa. A importância desta afirmação, que consta de um dos documentos do Congresso, só pode passar despercebida a quem de todo desconheça a situação social dessas trabalhadoras, o seu isolamento tão difícil de quebrar, o tipo de exploração a que estão sujeitas, a perspectiva embrutecedora que sempre tem presidido ao seu trabalho e que só depois do 25 de Abril começou verdadeiramente a ser combatida com êxito. Mas já em 1973 era apresentado ao Ministério fascista das Corporações um projecto de caderno reivindicativo por um grupo de trabalhadoras do serviço doméstico. Ficou, é claro, na gaveta. No entanto, esse primeiro passo no recomeço da luta pela reorganização sindical, que o fascismo proibia como proibiu a dos assalariados rurais e a dos trabalhadores da Função Pública, abriu caminho a outras iniciativas, entre elas a realização de assembleias e reuniões, como a de 24 de Abril de 1974, no Estoril, onde constava da ordem de

trabalhos a organização sindical.

Na mesma linha de unidade, de luta contra o divisionismo e de acção eficaz por objectivos concretos, as trabalhadoras do serviço doméstico contam com o apoio e a solidariedade do Movimento Sindical Unitário com a solidariedade fraternal de organizações sindicais congéneres do estrangeiro, como a sessão pública do Congresso comprovou pela presença e a intervenção da CGTP-IN, pela centena de telegramas e mensagens recebidas, pela tribuna de uma representante das trabalhadoras do serviço doméstico emigradas em França e de uma da Holanda, pela solidariedade do Sindicato brasileiro, através de uma carta lida por um dos membros da mesa.

Um Congresso para continuar a luta

Seria pouco dizer que este 1.º Congresso foi um exemplo de participação. O que se passou no último domingo no Pavilhão dos Desportos foi uma jornada da luta que prossegue. As próprias características da sessão pública do Pavilhão, que encheu o recinto dos jogos e parte das bancadas, assinalaram bem esse tipo de jornada com o objectivo de chamar à participação e à luta as trabalhadoras que lá não estiveram, de chamar ao Sindicato a grande massa desse sector laboral sujeito a pressões directas de muitas patroas e patrões que vêem na organização sindical um dos inimigos a abater. Pela divulgação que tem tido, o Congresso foi uma boa brecha que se abriu nessas pressões e medos, a fim de que um número cada vez maior de trabalhadoras do serviço doméstico passe a caminhar junto com os outros trabalhadores na luta por objectivos comuns.

As ovações que saudaram a participação do representante da CGTP-IN, as palavras de ordem no sentido da unidade, a força posta no Hino da Intersindical, as acusações ao Governo Mota Pinto e às forças reacçãoárias, a alegria que presidiu à parte do programa dedicado ao espectáculo e à festa, o firme apelo ao Governo actual, para que olhe de frente para os problemas de uma classe numerosa e sacrificada, constituíram evidentes manifestações de fé na democracia, de recusa do passado, de disposição para a luta e de esperança de vencer.



Se esta gravura precisasse de legenda, ela bem poderia ser «na hora da servidão» ou «despedimento da criada», ou ainda qualquer expressão que desse a distância sem medida entre quem está sentado e de pé, nessa imagem de uma época ainda não muito distante em que a trabalhadora do serviço doméstico era «a mulher que serve» — e apenas isso para todas as que não conseguiam (e muitas eram) ver-se livres da servidão durante uma vida inteira de sujeição e vexames entrecortados, nas raras excepções sempre discutíveis, por uma forma de «caridade» desumana, sem garantias nem direitos que não fossem os que por bondade, compaixão ou outro qualquer sentimento estritamente pessoal de quem era servido, calhassem em sorte a quem servia até à morte ou perto dela, num isolamento que favorecia toda a casta de violências de ordem física e moral. A gravura pretende (e consegue) referir-se ao passado. Mas há muito nela de actual. Não, como é bom de ver, entre trabalhadoras que não podem dispensar o recurso a outras trabalhadoras para o serviço doméstico. Mas entre os que não podendo ressuscitar todo o passado, não abdicam, pelo menos, de manter vivas formas de exploração de outros tempos, quando a organização dos trabalhadores não tem a força suficiente para lhes pôr termo. Um dicionário do século passado, ainda hoje célebre, o Morais, definia a «criada» como «a mulher que serve». Um outro, mais popular na época, o Foneca e Roquete, dava exactamente a mesma definição. É contra essa, noção de «servir» que as trabalhadoras domésticas continuam a erguer o seu protesto e a conduzir a luta pelo fim da servidão, como fizeram em 1921, ano da greve geral das «serviçais» em Lisboa, como o fazem hoje em dia chamando a si as conquistas de Abril, fazendo delas também a bandeira das suas reivindicações e da esperança numa vida melhor.



Uma dezena de intervenções (porque para mais não houve tempo) deram bem a tonalidade geral do I Congresso Nacional das Trabalhadoras do Serviço Doméstico, a espontaneidade, que não exclui a disciplina, presidiu a todas essas intervenções não lidas, mas faladas, para pessoas que sentam e compreendem os problemas, pessoais, que são afinal colectivos, que são afinal comuns, exigindo soluções também comuns e urgentes para que uma companheira de trabalho não seja despedida «por comer muito», para que outra disponha de tempo e de assistência para cuidar da filha doente, para que outra ainda não veja, sem defesa, a sua dignidade enxada, os seus direitos ofendidos, a sua vida particular desfeita.



- Um horário de trabalho igual ao da maioria dos trabalhadores
- Direito ao descanso semanal
- Direito aos feriados
- Um mês de férias e o respectivo subsídio
- Décimo terceiro mês
- Dignas condições de trabalho
- Uma segurança social que tenha em conta as nossas necessidades de trabalhadoras
- Não aos despedimentos sem justa causa
- Direito ao Fundo de Desemprego

Pelo alcance das reivindicações que acabámos de citar facilmente se verifica que a situação geral das trabalhadoras do serviço doméstico está muito aquém do que a Lei Geral do Trabalho impõe, muito aquém dos direitos elementares que a Constituição consagra, sem distinção de sexos ou outra qualquer, para todos os trabalhadores. Na introdução ao "anteprojecto de proposta sindical sobre regime jurídico do contrato de serviço doméstico", reafirma-se que este serviço "continua ainda a ser regulado pelo Código Civil de 1867, isto é, por uma lei com mais de cem anos de idade" — uma lei caduca, que, na prática, corresponde a não dispor de lei nenhuma. "Se não tiver contrato escrito, que ponha a claro as

tarefas para as quais foi contratada, a empregada doméstica ou a mulher-a-dias (designação fortemente contestada no Congresso, que a substituiu por "trabalhadora") deve fazer todo o trabalho que, como se fosse uma escrava, Ela pode ser despedida sem justa causa — relembra o anteprojecto — sem direito a uma indemnização; não tem direito a férias; não tem subsídios; o horário é aquele que a patroa muito bem entende. Faltam-lhe, portanto, todas as regalias que fazem parte, desde há muito tempo, do contrato laboral de qualquer outra trabalhadora ou trabalhador".

A mesa que presidiu à sessão pública do Congresso, ao saudar, "com alegria e esperança",

a presença da dr.ª Graça Vasconcelos, representante do Primeiro-Ministro, chamou a atenção para o interesse do Governo que essa presença indicava. Mas salientou que não bastam "gestos simbólicos". Exigindo uma actuação concreta, o Congresso pediu à representante da eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo que lhe transmitisse a confiança das trabalhadoras do serviço doméstico na rápida publicação e entrada em vigor da Lei pela qual anseiam mais de 100 mil trabalhadoras e que, designadamente, tenha em conta:

- A anulação do Código Civil naquilo que respeita ao contrato do serviço doméstico;
- A integração na Lei Geral de todos os trabalhadores;

De novo a MDF Contra a «tese» da falência a empresa tem condições para viver e prosperar

Na última conferência de imprensa que deram em Lisboa e à qual fizemos uma curta referência no número anterior do «Avante!», as Comissões de Trabalhadores da MDF (Metalúrgica Duarte Ferreira), representadas pela Coordenadora, voltaram a insistir numa necessidade que consideram fundamental: a de acabar com o impasse das prorrogações da intervenção definindo de uma vez o estatuto da empresa com uma condição de que não abdicam — a salvaguarda de todos os postos de trabalho.

A insistência nessa necessidade, que vem sendo uma constante ao longo dos anos, dirige-se agora ao V Governo, que se limitou novamente a prorrogar o prazo de intervenção do Estado numa empresa com 2 500 postos de trabalho, com viabilidade económica comprovada e com uma estimativa de vendas para 1980 no valor de mais de dois milhões de contos.

Os trabalhadores e os seus organismos representativos voltam a ter razões sólidas para insistir na tecla de sempre, sobretudo agora que, como reafirmaram na conferência de imprensa, a empresa se viu livre «da supervisão reacçãoária do Governo Mota Pinto» e da «gestão ruína de uma comissão administrativa retrógrada, criminosamente comprometida na degradação e falência da empresa».

Não fechar os olhos perante a realidade

O Governo actual não pode fechar os olhos à realidade, como fizeram os Governos anteriores. O Governo possui, profusamente distribuídos pelos seus vários membros, documentos actuais, quer da Comissão Administrativa, quer das Comissões de Trabalhadores, que fotografam a situação da MDF sem margem para dúvidas, sublinham as CTs insistindo no «panorama de

perspectivas concretas que, por si só, se afirmam como realidade incontestável para o relançamento da empresa em termos de equilíbrio futuro e do cumprimento cabal do papel que lhe cabe na economia do País».

O relançamento da MDF não é assunto para apodrecer nas gavetas. Estão em jogo muitos milhares de postos de trabalho. Não são apenas os 2 500 da própria empresa. São mais 10 mil, contando por baixo, os empregos ameaçados em empresas que, de uma forma ou de outra, dependem da MDF, do seu funcionamento em pleno, da sua capacidade até agora desaproveitada. E é ainda a economia de uma localidade — o Tramagal — directamente ameaçada sempre que a ameaça atinge a MDF e os seus trabalhadores.

Uma situação sem saída?

A situação é mais que conhecida. Há anos que se fala da

MDF. As CTs têm multiplicado as diligências de toda a ordem junto dos governos, junto da opinião pública, junto de todos os órgãos do poder, explicando, propondo, reivindicando com justiça, realismo e verdade.

Estaremos diante de uma situação sem saída?

Se assim fosse, como se compreendia que, numa confluência de opiniões pouco vulgar, como as CTs ainda há dias insistiam numa «Carta Aberta ao V Governo», tanto os bancos credores, como os titulares da empresa, como a Comissão Administrativa repudiassem a falência e aprovassem o princípio do relançamento eficaz da MDF?

Tanto em capacidade como em potencial, a MDF é a empresa mais importante do ramo da metalomecânica ligeira em Portugal. Dispõe de trabalhadores e técnicos com elevada capacidade e formação profissional. Quadros competentes do próprio Governo reconhecem a rentabilidade e a viabilidade económica da empresa. Se alguém pensa que a MDF tem vivido dos capitais de Estado, tem uma ideia completamente falsa. 1 800 mil contos de dívidas aos bancos e a outras instituições financeiras vêm na totalidade, do período anterior à intervenção em 1974, quando o passivo da empresa já atingia 1 100 mil contos. O último aval de 250 mil contos, concedido pelo Estado no ano findo, ficou parado cerca de um ano. Os avals anunciados depois são verbas destacadas desses mesmos 250 mil contos. Não houve qualquer outro aval do Estado depois desse, que tem mais de um ano.

300 mil contos de dívidas aos trabalhadores

Apesar dessas dívidas, com as quais a empresa pode muito bem, apesar dos cerca de 300 mil contos que a MDF deve aos trabalhadores, sobretudo de retroactivos não pagos (os salários continuam a ser liquidados pontualmente) o relançamento da empresa é viável. Para cumprir, até Dezembro, a carteira de encomendas do esforço e do sacrifício dos seus trabalhadores.

A «tese» da falência, que é a «tese» da destruição da MDF e de milhares de postos de trabalho, só pode interessar a manobreadores, a «corvos ao cheiro da carnícia». Objectivamente, a prorrogação sistemática dos prazos de intervenção, sem que o estatuto da empresa seja claramente definido, (o último em data desses prazos termina em 19 de Dezembro próximo) serve grupos económicos estreitamente ligados à política de direita dos dois governos anteriores, ligados aos interesses da aliança reacçãoária.

O V Governo está habilitado com todo o material necessário para decidir. E é preciso decidir. A indefinição da empresa, a insegurança do emprego, a ameaça permanente sobre encomendas em curso, designadamente, para a República Popular de Angola, a impossibilidade de negociar com segurança novos contratos devem constituir reais motivos de preocupação, não apenas para os trabalhadores da MDF, mas para todo o País e, com maioria de razão, para os responsáveis directos pela sua economia, pela economia nacional.

Discriminação na Base das Lajes

Os trabalhadores civis da Base Aérea norte-americana das Lajes, nos Açores, continuam a ser discriminados em relação aos estrangeiros. Numa tomada de posição recente, três Sindicatos ilhéus (Transportes, Indústrias Transformadoras, Alimentação e Bebidas) acusavam os

responsáveis pela messe de a manterem em tal estado que punha em perigo a saúde dos trabalhadores. A situação foi comprovada por médicos portugueses que passaram atestados nesse sentido.

«O descontentamento é grande — afirmam os Sindicatos — mas as

queixas e os inquéritos de opção são sempre abafados pelos comandos militares. E porquê? Passa-se o tempo a afirmar que não existe discriminação entre portugueses e americanos, mas veja quem quiser a messe que as USFORAZ (Forças americanas nos Açores) têm para os seus

conciadãos, compare com a que dão aos portugueses e tire as conclusões».

Os Sindicatos acusam, por outro lado, «o chefe do pessoal civil» de «mandar inquirir sobre a veracidade dos atestados médicos» passados aos trabalhadores.

CTs e Sector Público O estatuto será o mesmo para todos os administradores ● As CTs emitem parecer sobre os novos estatutos

A rápida alteração dos estatutos das empresas do sector empresarial do Estado, reclamada pelos organismos representativos dos trabalhadores e pelo Movimento Sindical Unitário, em face da Lei 46/79, que recentemente passou a regulamentar as Comissões de Trabalhadores, foi atendida pelo Conselho de Ministros, que deu um prazo de dez dias aos vários ministérios com empresas públicas sob tutela para a elaboração de novos projectos de estatutos empresariais de acordo com a referida Lei. Além do estatuto social, as alterações estatutárias deverão definir, nomeadamente, a composição dos órgãos de gestão, de que farão parte administradores eleitos pelos trabalhadores dessas empresas do sector empresarial do Estado.

Segundo uma resolução do Conselho de Ministros da última quinta-feira, a Lei n.º 46/79 (Lei das CTs) não consente que aos administradores eleitos pelos trabalhadores seja conferido um estatuto diminuído em relação aos administradores designados pelo Governo.

Acerca desses novos estatutos, os esclarecimentos prestados ultimamente pela CGTP-IN sobre a Lei 46/79 sublinham que «em princípio os trabalhadores poderão designar representantes para todos os órgãos estatutários das empresas do sector empresarial do Estado e desde já, pelo menos, um para o órgão de gestão».

Mas o artigo 30.º da referida Lei ao referir-se genericamente a «órgãos sociais» tem um alcance:

- consagrar o direito do colectivo dos trabalhadores a designar representantes para os outros órgãos estatutários além do órgão de gestão, isto é, para as Assembleias Gerais, os Conselhos Fiscais, os Conselhos Gerais, os Conselhos de Fiscalização, etc.;
- permitir que os estatutos das empresas (ver art.º 30.º, n.º 2) aumentem para mais de um o número de representantes no órgão de gestão.

A importância dos novos estatutos é bem clara. Evidente é também a atenção que deve merecer da parte das Comissões de Trabalhadores o parecer a emitir sobre os projectos dos novos estatutos, que a elas serão submetidos obrigatoriamente.

«Aos estatutos das empresas — esclarece a CGTP-IN — caberá indicar o número de representantes dos trabalhadores



em cada órgão estatutário. A mesma disposição (n.º 2 do art.º 30.º da Lei 46/79) remete para os estatutos das empresas a previsão do «órgão social competente». Parece-nos que a Lei não quis desta forma remeter para os estatutos a indicação dos órgãos estatutários nos quais os trabalhadores têm direito de estar representados. Na verdade, o n.º 1 do art.º 30.º consagrou esse direito em relação a todos os órgãos, não podendo agora os estatutos vir restringir o disposto na Lei. O sentido da Lei é antes o de remeter para os estatutos a definição do «órgão social competente» para — após eleição dos representantes pelos trabalhadores — formalizar a respectiva nomeação».

É de recordar ainda que, segundo o Conselho de Ministros, «os membros dos órgãos de gestão e de fiscalização eleitos pelos trabalhadores são agentes do interesse público, ainda que designados electivamente».

Há 62 anos nascia a URSS o primeiro Estado socialista

Há 62 anos, em 7 de Novembro (*) de 1917 triunfou na Rússia a Grande Revolução Socialista de Outubro. Nascia assim o primeiro Estado socialista do mundo: a URSS.

Um pouco por toda a Europa capitalista de então, a Revolução russa foi considerada um acontecimento sem futuro que a História se encarregaria de corrigir. Quase todos os teóricos e os dirigentes dos partidos socialistas da II Internacional afirmavam que a Rússia não estava madura para o socialismo.

Mas a História não deu razão aos profetas do insucesso. Triunfou a revolução e, hoje, existe um sistema mundial do socialismo que testemunha a sua força e as suas possibilidades.

Todos os grandes processos sociais ocorridos no último meio século estão marcados pela Revolução de Outubro, cujas ideias inspiraram e inspiram a luta pela democracia, pela paz, pela segurança e pelo desenvolvimento. É na nova ordem social, iniciada em 7 de Novembro de 1917, que os povos fundamentam as suas esperanças numa paz estável e no progresso social.

A Rússia estava de facto madura para o socialismo.

A Rússia no começo do século

O ritmo de crescimento económico ultrapassava na Rússia, no começo do século,

todos os principais países da Europa, colocando-a entre as cinco potências industriais mais desenvolvidas do mundo.

O nível técnico e organizativo da indústria era dos mais desenvolvidos do mundo. A produção estava concentrada em grandes empresas e existiam em grandes áreas industriais. Em 1913, 54 por cento dos operários da Rússia encontravam-se por isso nas grandes empresas, contra apenas 32 por cento nos EUA, em 1914.

O operariado russo constituía, antes da Grande Guerra, 20 por cento da população com um forte espírito de classe, o que mostrara já na revolução de 1905-1907. De 1912 a 1914, 6 milhões de operários industriais estiveram em greve.

Esse era um dos aspectos da realidade russa. O outro era os 3/4 da população ocupados na agricultura onde subsistia ainda a propriedade feudal e vestígios da relação feudal. E, se em números absolutos a produção industrial da Rússia se aproximava das grandes potências industriais, a produção industrial e agrícola por habitantes era igual na altura à de um país europeu como a Espanha.

Os problemas entre os camponeses e a prepotência das autoridades foram adquirindo envergadura.

O império russo era, além disso, uma prisão de povos. Mais de metade da população do país

— a população não-russa — era submetida a uma opressão económica, social e cultural.

Havia pois um «concentrado» de contradições (trabalho e capital camponeses e proprietários fundiários e opressão nacional).

De Fevereiro a Outubro

A guerra veio agudizar estas contradições, e no seu terceiro ano, o regime czarista desabou. A Revolução de Fevereiro de 1917 foi o prólogo da Revolução de Outubro.

A Revolução de Fevereiro fez a Rússia o mais democrático dos países beligerantes e chocou imediatamente com a luta política de numerosos partidos e agrupamentos políticos. À medida que a luta política progredia, polarizaram-se os ânimos sobre os principais problemas cuja solução era exigida pelos trabalhadores: a cessação da guerra, a liquidação dos latifúndios, o dia de 8 horas, o controlo da produção e distribuição e a eliminação da opressão nacional.

O aparecimento dos soviets (um poder revolucionário), juntamente com a existência de um governo provisório (poder burguês) estabeleceu uma dualidade de poderes. Nesta situação o Partido Operário Social-Democrata de Lénine lançou a famosa palavra de ordem que viria a ser capital para a Revolução

de Outubro: «Todo o poder aos Soviets».

No Outono de 1917, o governo provisório leva o país à beira da catástrofe. Na economia, a par de um crescimento colossais dos lucros dos monopólios, era a recessão: a produção industrial diminuía 1/3; os salários reais tinham baixado 57,4 por cento em relação ao nível anterior à guerra; o desemprego e a inflação cresciam; os transportes, o sector energético e a produção de matérias-primas estavam em crise.

O governo provisório, esperando em que a guerra asfixiasse a efervescência revolucionária das massas, pugnava pela continuação do país na carnificina. Em relação à questão agrícola, o governo provisório opunha-se também à passagem da terra para os camponeses.

A última etapa

Esta situação não assegurava por só a vitória de uma revolução socialista. «Nenhuma insurreição», escrevia Lénine em Setembro de 1917, criará o socialismo se ela não estiver economicamente madura, e acrescentava que isso se tinha dado com a formação do capitalismo monopolista de Estado, durante a guerra, etapa histórica última antes do socialismo.

A pouco e pouco, as massas populares, compreendendo que as

profissões de fé socialista de mencheviques e socialistas-revolucionários eram falsas, foram aderindo à plataforma dos bolcheviques — o poder para os Soviets, a terra aos camponeses, o controlo operário e a paz. Formou-se de facto uma ampla aliança do proletariado com o campesinato e as nações oprimidas. Os bolcheviques tornam-se mais fortes: de Fevereiro a Outubro o número dos seus membros aumenta 15 vezes.

Em 7 de Novembro de 1917, o II Congresso dos Soviets, com uma maioria bolchevique declara-se poder supremo no país e forma-se o primeiro governo soviético, com Lénine à frente.

Uma particularidade da revolução socialista foi que teve de proceder não só a reformas socialistas como também democráticas, acabando aquilo que o governo provisório não tinha querido fazer.

Em seis decénios o novo país percorreu um caminho equivalente a séculos. Nasceu uma sociedade cuja economia cresce permanentemente e desconhece as crises, uma sociedade de relações socialistas, amadurecidas, com ilimitados espaços abertos para um progresso futuro em todos os domínios.

(*) Segundo o calendário Juliano, que vigorava na Rússia em 1917, a Revolução russa foi em 25 de Outubro. O calendário actual, gregoriano, foi adoptado em 1918.

المؤتمر العالمي للتضامن مع الشعب العربي وقضيته المركزية - فلسطين -



CONFERÊNCIA MUNDIAL
DE SOLIDARIEDADE
COM O POVO ÁRABE
E A PALESTINA

WORLD CONFERENCE
IN SOLIDARITY
WITH THE ARAB PEOPLE
AND PALESTINE

THEIR CENTRAL CAUSE

LISBOA 2-6 NOV. 1979

Comemorações em Portugal com música e dança do Cazaquistão

Por iniciativa da Associação Portugal-URSS, iniciaram-se já no nosso país as comemorações do 62.º aniversário da Revolução de Outubro.

Como temos vindo a noticiar, as jornadas comemorativas deste ano trazem a Portugal uma delegação artística e uma representação oficial oriundas da República Socialista Soviética do Cazaquistão, estando previstas iniciativas de carácter diverso em cerca de 40 localidades do País.

A digressão do cozinheiro cazaque já se iniciou (Torres Novas) assim como o ciclo de cinema no Palácio Foz em Lisboa e numerosas exposições.

Ponto alto das manifestações constitui, sem dúvida, a participação de dois grupos de música e dança: o Conjunto Popular "Moinkum" (amadores) e o Grupo de Artistas Profissionais do Teatro de Ópera e Ballet "Abai" de Alma-Atá. O primeiro actua hoje às 21 horas no Teatro Aveirense, em Aveiro. Amanhã, à mesma hora, estará em Vila Real de Trás-os-Montes, no Cine-Teatro Real. O grupo profissional apresenta-se hoje ao público de Braga, num espectáculo a realizar na Escola-Piloto da Fundação Calouste Gulbenkian, a partir das 21.30. Amanhã estará em Viana do Castelo, no Teatro Sá de Miranda, às 21 horas.

Entretanto, no sábado, às 21 horas, realiza-se em Évora, no Teatro Garcia de Rezende, uma

sessão pública com a delegação oficial soviética dirigida pelo Presidente da Associação de Amizade da República do Cazaquistão, camarada Jakov Kaliev. À mesma hora, na Guarda (Cine-Teatro), inicia-se um espectáculo com o grupo de artistas de Ópera e Ballet "Abai".

No domingo, no Pavilhão Gimnodesportivo de Viseu, realiza-se, com início às 16 horas, um espectáculo com o conjunto popular "Moinkum".

Nos próximos dias decorrerão outros espectáculos e iniciativas diversas de que nos é impossível dar aqui notícia devido ao seu número.

Entretanto, a propósito da presença entre nós do grupo amador "Moinkum", a Associação Portugal-URSS divulgou uma breve nota em que se referem aspectos de interesse sobre o carácter desta agrupamento. Diz a referência nota que o conjunto, de 25 elementos, é composto por



Dois dos artistas que estão em Portugal integrados na delegação artística da República Socialista Soviética do Cazaquistão: Khorlan Kalimbekova e Ermek Serkebaev, ambos do Teatro de Ópera e Ballet de Alma-Atá, capital do Cazaquistão.

jovens operários, camponeses, trabalhadores de serviços e de outras esferas de actividade da região de Djambul, centro industrial de 200 mil habitantes, ao sul do Cazaquistão. "O conjunto, que canta e dança sobretudo músicas populares cazaques, interpreta algumas canções de compositores como Kurmangazi e outros populares compositores de música

ligeira soviética como Pakhumutova. A arte original deste povo asiático, que evidencia uma forte influência dos povos com que esteve em contacto ao longo dos séculos, tem no conjunto de Djambul um representante genuíno que interpreta um programa extremamente variado e rico em danças, canções, solos vocais e instrumentais".

O conjunto integra uma pequena orquestra de instrumentos populares e é dirigido por T. Nurmanbaev, tendo alcançado na União Soviética grande popularidade, em particular através dos festivais para grupos amadores. Também já actuou no estrangeiro com sucesso, visitando pela primeira vez o nosso país.

Onde o Boavista jogou na passada semana

ESTÁDIO CENTRAL LÉNINE em Moscovo — cenário principal da Olimpíada -80

Uma conhecida equipa portuguesa de futebol — o Boavista — jogou na última «4.ª-Feira-europeia» um importante encontro na URSS, a contar para a Taça UEFA, que a pós frente a uma categorizada formação soviética: o Dinamo de Moscovo. Como foi amplamente noticiado, o resultado do encontro (excelente para a equipa portuguesa) foi de um empate a zero bolas. O jogo, transmitido em directo pela TV soviética, decorreu no Estádio Central Lénine, que de 19 de Julho a 3 de Agosto de 1980 será o palco principal da Olimpíada.

Alguns órgãos de Comunicação Social (nomeadamente a RDP e «A Bola») salientaram vários aspectos de interesse relativamente à situação, capacidades, estruturas e adaptações do majestoso Estádio moscovita, que alberga 101 339 espectadores (sem contar com as bancadas dos pavilhões).

Trata-se, com efeito, de um dos melhores complexos gimnodesportivos do mundo, estando situado numa zona com abundantes espaços verdes, nas proximidades do rio Moskva. A sua localização, as suas dimensões e conforto transformam-no num dos mais prestigiados centros de convívio desportivo, que com a próxima Olimpíada será ainda mais conhecido e apreciado.

Só do cume dos Montes Lénine, a maior elevação da capital soviética, é possível abarcar todo

o panorama do Estádio, que foi inaugurado em 1956. Demorou apenas 90 dias o trabalho de planificação e 450 a sua construção. A título de comparação, é de assinalar que 5 anos foi o tempo que demorou a edificação do Estádio Olímpico de Munique, sem esquecer, entretanto, que nessa altura (a Olimpíada de Munique realizou-se em 1972) as técnicas de construção reuniam já novos e acentuados progressos.

Segundo um cálculo devidamente elaborado, ao cabo dos seus 20 anos de vida passaram pelo Estádio Central Lénine mais de 200 milhões de espectadores. E já que estamos com números, convém sublinhar que podem praticar-se naquele Estádio 32 modalidades e que ali ocorrem diariamente, para treinos, mais de 4 mil desportistas, com

idades compreendidas entre os 5 e os 70 anos.

As escadarias encontram-se dispostas de maneira a que o Sol perturbe o menos possível, quer os atletas, quer o próprio público. Os corredores de acesso ao recinto foram planificados e construídos de modo a que os espectadores possam abandoná-lo em apenas 10 minutos.

A adaptação do Estádio para os Jogos Olímpicos não originou transformações no seu aspecto exterior, à excepção das quatro torres de iluminação eléctrica (com 56 metros de altura cada).

Está já concluída a obra dos suportes onde será acesa a chama olímpica assim como a renovação do pavimento da pista principal de atletismo. Sob as escadarias foram remodeladas as instalações destinadas a uma filial do Sistema de Direcção Automatizada da Olimpíada e ao Centro de Imprensa.

As piscinas e o Palácio dos Desportos

«Muito rápidas» — é assim que alguns nadadores de crecheira internacional se têm referido às oito pistas de natação do Estádio

Lénine, onde têm ocorrido numerosos recordes nacionais, europeus e mundiais. Uma das maiores piscinas do complexo de natação do Estádio, onde serão disputadas as provas olímpicas de pólo aquático, está a ser ampliada

350 mil pessoas

Os recintos do complexo desportivo do Estádio Lénine poderão receber simultaneamente, durante a Olimpíada de 1980, um total de 150 mil espectadores. Considerando os acontecimentos que, de manhã à noite, ali se desenvolverão de 19 de Julho a 3 de Agosto, haverá dias em que o Estádio Central Lénine receberá, no total, cerca de 350 mil pessoas.

através da construção de uma nova secção (de 33 por 25 metros) destinada ao aquecimento e treino dos atletas antes de cada prova. As tribunas, por seu turno, verão igualmente aumentado o seu número de lugares e os representantes da Comunicação Social terão uma nova cabina equipada com todos os materiais necessários aos trabalhos de reportagem.

A água das piscinas será submetida a um novo tratamento tecnológico que evitará a irritação dos olhos.

Também o pavilhão mais pequeno tem sido cenário de muitas competições, nacionais e internacionais, nas seguintes modalidades: ténis, voleibol, pugilismo e andebol. Todo este recinto recebeu melhorias consideráveis, principalmente o piso, que levou novo revestimento.

Sete modalidades olímpicas

Durante 16 dias, o Estádio Central de Lénine, em Moscovo, será o palco das cerimónias oficiais de abertura e encerramento da 22.ª edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

Naqueles dias e só no Estádio Lénine (a Olimpíada-80 não se disputará apenas ali) competirão os melhores especialistas de atletismo, ginástica, futebol, judo, pólo aquático, voleibol e equitação.

O recinto onde decorrerão os encontros de voleibol na Olimpíada tem capacidade para 9100 espectadores. A mesma modalidade, mas no sector feminino, terá ainda outro local, situado ao lado do primeiro, tendo uma construção bastante original. Visto de fora faz lembrar um gigante guarda-chuva aberto ou mesmo uma fantástica nave cósmica. Com esta recente construção o complexo desportivo do Estádio Lénine foi largamente beneficiado, sendo de assinalar a propósito, a solução técnica utilizada para a construção do novo recinto: uma abóboda de betão armado, apoiada em 28 pilares, cobrindo as escadarias, o campo e a sala de convívio, podendo as bancadas receber cerca de 4 mil espectadores.

O complexo do Estádio Central Lénine inclui ainda o Palácio dos Desportos, conhecido em todo o Mundo. Trata-se de um autêntico centro de animação desportiva e cultural, onde frequentemente se realizam impressionantes manifestações desportivas (nomeadamente ginástica) além de espectáculos de variedades, sessões de ballet, cinema e poesia.

Construído em 1956, o Palácio dos Desportos tem a lotação de 17 mil lugares sentados e a saída dos espectadores pode efectuar-se, graças ao «desenho» do edifício, num tempo máximo de 4 minutos. O Palácio foi parcialmente reconstruído para a Olimpíada, no decorrer da qual receberá os ginastas e os judocas.

Ao todo, o complexo desportivo do Estádio Lénine abrange 180 hectares, onde se encontram numerosas instalações independentes umas das outras, de que aqui podemos referir, a título de exemplo, os 12 campos de futebol, 4 de atletismo, centro de ténis, estádio infantil, ginásios, etc.

Conferência de Solidariedade com o Povo Palestiniano

Dentro de dois dias inicia-se em Lisboa a Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a Palestina, de que a causa e o tema central é a questão palestiniana, fulcro da permanente situação de tensão no Médio Oriente, hoje justamente considerado um dos pontos do mundo onde mais ameaças se concentram contra a paz.

A plataforma política para esta Conferência Mundial de Solidariedade reflecte as soluções que têm sido avançadas para uma solução de facto do problema do povo palestiniano — a que o sionismo, com o apoio determinante do imperialismo, tem vindo a recusar o direito a uma pátria — todas elas já objecto de resoluções aprovadas pela ONU: retirada das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados desde 1967; regresso do povo palestiniano à sua terra natal; completo reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestiniano à autodeterminação e ao estabelecimento de um Estado livre e independente na sua pátria.

Nesta perspectiva, a ordem de trabalhos da Conferência inclui, resumidamente, quatro pontos: a luta do povo árabe pela libertação política, a independência económica, o progresso social e a unidade, e pela restauração dos direitos nacionais inalienáveis do povo palestiniano; os planos de imperialistas, sionistas e reacção contra os árabes; especialmente os acordos de Camp David e o perigo que constituem para a causa da paz; os métodos de ocupação sionista nos territórios árabes, o projecto de «autonomia» contra o direito à autodeterminação, a agressão israelita permanente; um programa de acção para a solidariedade internacional com a justa luta dos povos árabes e em particular do povo palestiniano.

Esta reunião internacional de solidariedade com o povo palestiniano — a primeira, com tais dimensões, realizada na capital de um país da Europa Ocidental — conta com a presença de cerca de 500 personalidades, que incluem nomes como Yasser Arafat e Ednan Mançosa, o «Comandante Zero» da Nicarágua.

Médio Oriente, hoje

A situação actual no Médio Oriente caracteriza-se, globalmente, pelo falhanço evidente dos acordos de Camp

David — o que significa o falhanço de uma importante linha de orientação política do imperialismo — por esforços múltiplos e desmesurados do imperialismo para «dar a volta» na situação a seu favor, confrontando-se com a luta dos povos árabes, do povo palestiniano, e uma resistência reforçada contra a política oficial, quer em Israel, quer no Egipto.

A complexidade do equilíbrio político do Médio Oriente — pelas hesitações de vários regimes progressistas, pela participação de regimes árabes reacccionários na frente contra os acordos de Camp David, pelas tendências de submissão ao imperialismo por parte do «poder legal» no Líbano — acarreta redobrados perigos e aponta para um difícil caminho para a paz, cuja necessidade se impõe dia a dia com redobrada urgência.

Os esforços actualmente desenvolvidos pelo imperialismo para arranjar uma «solução» sua, visam, simultaneamente: acordos separados de Israel com o Líbano e a Jordânia, que criariam uma situação muito perigosa ao gerar um novo equilíbrio político favorável ao sionismo e às forças reacccionárias; jogar na heterogeneidade da «unidade árabe», que em certos países assenta exclusivamente num vago «nacionalismo» — e — significativamente — no medo de problemas internos; esforços tendentes a levar a OLP a posições conciliatórias, no que conta particularmente com o auxílio precioso da Internacional Socialista.

Estes esforços estão a esbarrar com um factor fundamental (coadjuvado pela solidariedade internacional, em particular da URSS e da comunidade socialista): a luta das massas árabes, a luta do povo palestiniano, a luta dos comunistas e das forças da paz dentro das fronteiras da própria Israel.

Assim, temos um governo egípcio com sérias dificuldades internas, vendo restringida dia a dia a sua base social de apoio e apoiando-se cada vez mais na arma dos regimes condenados: a repressão. Nos países árabes

com regimes reacccionários, como é o caso, por exemplo, da Arábia Saudita, e apesar dos grandes esforços aqui desenvolvidos para evitar a própria existência de uma classe operária nacional (gastam-se rios de dinheiro com a importação de mão-de-obra estrangeira), é claro o temor de problemas internos e o peso que esse medo tem nas decisões em matéria de política externa. Em Israel, os problemas internos reflectem-se quer na envergadura que está a assumir o heterogéneo movimento pela paz, quer nas claras dissensões internas, no seio do próprio regime. Assim, e sucessivamente, assiste-se à demissão de Moshe Dayan do cargo de ministro de Negócios Estrangeiros, à decisão do Supremo Tribunal de Israel de declarar ilegal a implantação de um colono na elevação de Elon Moreh, na margem ocidental do rio Jordão, e posteriormente à apresentação de cinco moções de censura contra o governo de Begin no «Knesset» (parlamento de Israel). Entretanto, os esforços destinados a encontrar uma solução-farsa para a questão palestiniana esbarraram mais uma vez com a clara recusa palestiniana: uma proposta norte-americana de realização de negociações entre Washington e os presidentes das câmaras municipais da Margem Ocidental do Rio Jordão foi rejeitada com uma resposta inequívoca — a de que o único representante legítimo do povo palestiniano é a OLP.

Os perigos são reais mas há sólidas razões de confiança. Como afirmou o camarada Albano Nunes, em entrevista concedida ao «Avante!», na sequência de uma visita ao Líbano e à Síria, a convite, respectivamente, do Partido Comunista Líbanês e da OLP e do BAAS sírio, «o imperialismo não desama. Organiza provocações e agressões armadas israelitas contra o Líbano ao mesmo tempo que ataca as forças fascistas deste país, provoca militarmente a Síria, tenta desestabilizar os regimes árabes progressistas, manobra por todos os meios contra a unidade alcançada na Cimeira de Bagdad contra os acordos de Camp David, tenta enleiar certos regimes árabes na sua tática de acordos separados com Israel». E, entretanto, a determinação e a confiança na sua derrota, na vitória da paz, na vitória do povo palestiniano, é a tônica da realidade no Médio Oriente.



Presentemente não é esta a imagem exterior do Estádio Central Lénine, em Moscovo, pois já foram instaladas as torres de iluminação, uma das adaptações realizadas no Estádio e no seu complexo desportivo com vista à Olimpíada-80

Caramulo, distrito de Viseu, o camarada Virgílio Ferreira da Silva. Membro do PCP desde os primeiros dias que se seguiram ao 25 de Abril, o camarada agora falecido foi activo defensor dos interesses dos pequenos agricultores, classe a que pertencia, e dos restantes trabalhadores da localidade, o que lhe granjeou a estima e respeito da generalidade dos habitantes.

AMÁNDIO MARTINS PEREIRA CARRAPATO — Vítima de acidente de trabalho, faleceu em 9 de Outubro o camarada Armando Martins Pereira Carrapato, que há alguns anos se encontrava emigrado no Canadá.

VÍTOR JOSÉ PEREIRA SIMÕES — Militante comunista, faleceu em Agosto passado, em Alhandra, o camarada Vítor José Pereira Simões.

JOSÉ CARRAÇA DE OLIVEIRA — Ainda em Alhandra, faleceu recentemente o militante comunista José Carraça de Oliveira.

ANTÓNIO FOLGADO DIÓGO — Faleceu igualmente em Alhandra, em 8 de Setembro, o camarada António Folgado Diogo, militante comunista daquela localidade.

ELIAS JOSÉ CARTAXO — Natural de São Manços, ganhador da Cooperativa «Unidade de São Manços», faleceu subitamente, quando se deslocava para o trabalho, o camarada Elias José Cartaxo, que contava 58 anos de idade.

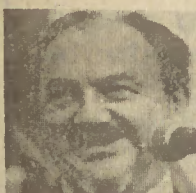
VIRGÍLIO FERREIRA DA SILVA — Com 65 anos de idade, faleceu no passado dia 11, no

Semana

24

Quarta-feira

1924 — É fundado, em Beirute, o Partido Comunista Libanês.



É levantado o recolher obrigatório em S. Salvador. O governo norte-americano toma a última de uma série de medidas para o reforço do dólar, anunciando que ia contrair um empréstimo de 2,2 bilhões de dólares em marcos durante os próximos três meses. A polícia espanhola frustra uma tentativa para dinamitar residências de militares em Barcelona ao descobrir um túnel de 50 metros cavado na direcção de quatro blocos de apartamentos. O líder direitista da oposição turca, Suleyman Demirel, concorda em formar novo governo. Os polícias que assassinaram 15 presos políticos camponeses em Lonquén, no Chile, são considerados abrangidos pela recente "amnistia" decretada por Pinochet. O Partido Social-Democrata é o grande vencedor das eleições parlamentares dinamarquesas, pelo que o seu líder Anker Joergensen inicia conversações com vista à formação de um novo governo; entretanto, o ministro da Defesa dinamarquês anuncia que foi concluído um "acordo básico" entre Copenhaga e Washington permitindo aos EUA utilizar as bases aéreas da Dinamarca para os seus aviões militares "em caso de necessidade". Em conferência de imprensa no Rio de Janeiro, Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro pede às forças da oposição para se unirem e acabarem com a ditadura militar. Organizações políticas e sindicais palestinas no Iraque difundem uma declaração comum que condena veementemente as torturas e humilhações infligidas aos presos politicamente árabes nas prisões e campos de concentração israelitas. O presidente do Yemen Democrático, Abdul-Fatah Ismail, chega a Moscovo para uma visita oficial à URSS, tendo sido recebido no aeroporto pelo presidente soviético Leonidas Brejnev.

25

Quinta-feira

1936 — É assinado o "Pacto do Eixo" entre a Alemanha nazi e a Itália fascista.

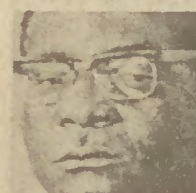


Bascos e catalães aprovam por esmagadora maioria o referendo sobre autonomia das suas respectivas regiões, proposto pelo governo de Madrid. Dimitri Ustinov, membro do Politburo do Partido Comunista e ministro da Defesa da União Soviética lança um solene aviso aos belicistas da NATO, exortando os governos ocidentais a abandonarem a política de guerra fria, encaminhando-se pela via do desanuviamento e da paz, sublinhando que será imediata a resposta a qualquer ataque contra a URSS ou outros países da comunidade socialista. Poucas horas depois de ter sido levantado o estado de sítio em S. Salvador, militantes do ultra-esquerdista "Bloco Popular Revolucionário" ocupam os ministérios do Trabalho e da Economia, detendo 250 reféns, enquanto outro grupo extremista, o "Exército Revolucionário do Povo", ocupa várias estações de rádio na capital e na província. A União Soviética e o leme do Sul assinam um tratado de cooperação e amizade pelo qual se comprometem a continuar a sua cooperação em todos os domínios. O governo conservador inglês anuncia a sua intenção de promover uma conferência com todos os Partidos políticos do Ulster (Irlanda do Norte) para discutir a transferência de "certos poderes" para as autoridades locais. Avoluma-se suspeitas de que os racistas sul-africanos tenham feito deflagrar uma bomba atómica de fraca potência, tendo a cadeia de TV norte-americana "ABC" anunciado que os serviços americanos de informação tinham provas da explosão.

26

Sexta-feira

1968 — É colocada no Cosmos a nave soviética "Soyuz-3", tripulada pelo coronel Georgy Beregovoi.



A Secretária de Estado norte-americana anuncia que o governo sul-coreano de Park Chung Hee foi derrubado por um golpe de Estado, tendo assumido o Poder o primeiro-ministro, e acrescenta que o presidente Park foi morto pelo chefe da polícia secreta. Cinco jornalistas, entre os quais o correspondente do matutino espanhol "El País", confirmam o controlo da Frente Polisário sobre a estratégica localidade de Mahbes, no Sará Ocidental, a menos de 50 km da fronteira argelina. A Assembleia Geral da ONU recomenda ao secretário-geral Kurt Waldheim que promova investigações sobre o teste nuclear que a África do Sul terá realizado no passado mês de Setembro. Os delegados da Frente Patriótica propõem na Conferência de Londres que sejam as Nações Unidas e não a Grã-Bretanha a assumir a condução da Rodésia para a independência legal e que os guerrilheiros tenham metade do Poder em todas as fases do regime provisório. O primeiro-ministro norueguês Joergensen apresenta o seu governo social-democrata à rainha Margarida. Os EUA são violentamente atacados perante o Comité de Descolonização da ONU por contribuírem para a continuação da guerra, dos crimes e do genocídio do povo de Timor Leste ao auxiliarem militarmente a Indonésia.

27

Sábado

1924 — Formação das Repúblicas Socialistas Soviéticas da Turquemenia e d'Ouzbékia.

A organização terrorista ETA assassina German Gonzalez, funcionário do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). O secretário-geral da NATO, Joseph Luns, declara o seu apoio à rápida ratificação pelos EUA dos acordos SALT II com a União Soviética. O presidente francês Giscard d'Estaing acolhe positivamente o anúncio feito pela URSS da retirada de forças da RDA, classificando-o de passo em direcção do desarmamento e do desanuviamento leste-oeste. O Partido Comunista de El Salvador (PCS) reitera o seu apoio à Junta Revolucionária que derrubou o ditador Humberto Romero, tendo o secretário-geral do PCS, Shafik Handel, afirmado que no novo governo há figuras prestigiosas e progressistas, podendo assim realizar um trabalho positivo. Segundo a televisão israelita, o ministro do Interior, Yossef Burg, sugeriu que Israel poderia modificar a sua atitude para com a OLP "sob certas condições".

28

Domingo

1918 — Independência da Checoslováquia.

O presidente chinês, Hua Guofeng, chega à Grã-Bretanha, no decorrer de uma visita que está fazendo a alguns países da Europa dos monopólios. Um comunicado do governo do Zaire indica que todos os chefes civis e militares dos movimentos de oposição angolanos que se encontram no Zaire deverão deixar o país no prazo de 15 dias. O comando da lei marcial na Coreia do Sul anuncia que os assassinos do presidente Park Chung Hee e do responsável do serviço de segurança presidencial foram premeditados pelo responsável da CIA na Coreia do Sul, Kim Joo Kiu. São enviados reforços policiais para Mato Grosso, no sul do Brasil, a fim de desalojar 400 camponeses que se recusam a abandonar as suas terras. Centenas de milhares de bascos manifestam-se em Zumaya contra a acção da organização terrorista ETA, a quem se atribui o assassinato, ontem, de um jovem militante socialista.

29

Segunda-feira

1919 — É fundada a Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.).

Uma assembleia de metalúrgicos efectuada em S. Paulo, no Brasil, aprova por esmagadora maioria a entrada em greve dos 400 000 trabalhadores do sector. Os principais sindicatos espanhóis convocam para hoje uma greve geral no país basco em protesto contra o assassinio de um trabalhador membro do Partido Socialista.

A política neocolonialista a nu em Londres

O que se passa neste momento em Londres, na Conferência em curso sobre o futuro do Zimbábwe, é profundamente significativo e ilustrativo da política neocolonial, da política do imperialismo em África.

A realização da Conferência de Londres resultou, de uma forma mais directa, do crescente repúdio, no continente africano, pelos regimes racistas e reaccionários, desta ou daquela forma ligadas a uma política neocolonialista. Mas não se concretizou só devido a esta pressão. Há que alinhar, junto a esta razão, o facto não negligenciável que é o falhanço da "solução" Muzorewa e, consequentemente, a necessidade, também para a própria potência colonial, de cozinhar às pressas uma outra "solução" de idêntico teor mas sob uma nova forma. Tanto mais que os progressos na luta libertadora constituem objectivamente um acicate a impor uma qualquer saída "enquanto é tempo". Dessa pressão nos dá conta a desercão sistemática e crescente de colonos brancos da Rodésia, apesar do misto de promessas e ameaças em que se desdobra o poder central.

Assim, à partida, a Conferência de Londres iria ser uma complexa reunião, sem nenhuma garantia de se chegar a qualquer solução de facto. O seu decorrer viria não só a confirmar esta complexidade como a constituir um excelente exemplo, chamemo-lhe assim, da política neocolonialista. Desde os primeiros momentos, o confronto esboçou-se claramente. De um lado, o governo conservador tentando impor à Frente de Libertação ou uma solução oportunista, que a reduzia a uma peça de adorno, sem eficácia prática na luta libertadora, ou o seu afastamento dos trabalhos da conferência, através da imposição de condições inaceitáveis. De outro, a Frente avançando com o debate das questões reais, que são o fim da guerra, um verdadeiro processo de independência, o poder para as mãos das forças de libertação e, como tal, para as do povo do

Zimbábwe. Como seria lógico, e apesar de todos os esforços de Londres e Salisbury para o iludir, a questão do poder colocou-se no centro dos debates.

Quais os elementos-base do projecto de Constituição — aliás já aceite na generalidade por Smith-Muzorewa, e que a Grã-Bretanha tão pressurosamente quer meter à frente do debate de questões tão importantes como a do estado de guerra e do controlo militar? Fundamentalmente, trata-se de manter o controlo das Forças Armadas, da Polícia, da Justiça e da Administração nas mãos dos brancos e de não permitir nenhuma alteração na legislação sobre a posse da terra, que entregou à minoria branca mais de 50 por cento das melhores terras cultiváveis do Zimbábwe.

A Frente Patriótica já recusou este projecto, tal como o de a Grã-Bretanha conduzir o processo de uma independência formal (a Frente propõe Nações Unidas e, naturalmente, uma real independência).

Assim, sete semanas depois do início da Conferência, o projecto

de Londres pretende impor, no mais clássico estilo neocolonialista, é uma Constituição que mantenha o poder nas mãos da minoria branca (e nas das multinacionais com sede em Londres e Washington), constituição cuja aceitação, já garantida pelo regime racista, acarretaria o levantamento das sanções económicas. Em resumo: duplo ganho para as forças racistas e neocolonialistas.

Simultaneamente, tem vindo a ser desenvolvida uma acção apreciável a nível internacional, com múltiplas facetas: um enviado britânico estabeleceu contactos com os vários Estados da Linha da Frente; os Estados Unidos manifestam publicamente o seu entusiástico apoio às propostas britânicas; o regime sul-africano ameaça intervir militarmente na Rodésia se se malogrem as conversações de Londres, afirmando cinicamente o ministro dos Negócios Estrangeiros que a situação na Rodésia "ameaça" a estabilidade e o progresso de todos os países do Sudoeste Africano; paralelamente a estas ameaças, os racistas rodésianos intensificaram a escalada de guerra na primeira quinzena de Outubro, atacando alvos civis e económicos em Moçambique e na Zâmbia.

Que se pretende com este processo multiforme? Isolar o movimento de libertação do Zimbábwe, quer interna quer externamente; dividir, se possível, os Estados da Linha da Frente, sólido apoio ao povo do Zimbábwe; pressionar, também a nível militar, estes Estados, apesar de tal política se ter entretanto revelado inoperante; "justificar" uma intervenção militar externa na Rodésia.

Um processo em que, uma vez mais, surgem lado a lado Londres e Washington. O aval e o apoio do imperialismo norte-americano é uma peça fundamental em qualquer manobra política e militar para defesa dos interesses do capital. O que entretanto fica também uma outra vez demonstrado é que esses interesses e a política correspondente constituem uma ameaça à liberdade dos povos, uma ameaça à paz.



A Frente Patriótica do Zimbábwe, solidamente apoiada no povo, recusa os projectos do governo de Smith-Muzorewa e da Grã-Bretanha, que pretendem impor formas de neocolonialismo naquele país africano.

Paz ou guerra fria duas políticas

A luta pela paz, que hoje assume um carácter decisivo porque vital, ganha ainda uma maior acuidade com os projectos do Pentágono e da NATO de provocar abertamente o confronto militar a um nível já crítico, com os planos que visam transformar os países europeus da NATO em zonas de lançamento de armas nucleares americanas apontadas contra a União Soviética e os países do Pacto de Varsóvia.

Este projecto, que põe em causa todo o processo de desanuviamento militar, e assenta de facto num retorno à política de guerra fria — reflecte o medo dos meios mais belicistas do capital, do imperialismo, pela política de desanuviamento que põe em causa os chorudos negócios com o comércio das armas e cria condições base favoráveis à luta libertadora dos povos. Traduz os verdadeiros fundamentos da política internacional do capital.

Face a esta perigosa política que pode conduzir à humanidade à beira do abismo da guerra, ergue-se a poderosa muralha da paz erguida pela comunidade socialista. Duas políticas que hoje se confrontam talvez mais claramente do que nunca.

Em artigo publicado no jornal "Pravda" de 25 de Outubro, o ministro da Defesa da URSS, e membro do Bureau Político do CC do PCUS, camarada Dimitri Ustinov, faz o balanço actual deste confronto de linhas políticas, dos perigos, das perspectivas que se apresentam, da necessidade de reforçar a luta pela paz, mais ainda quando se registam afirmações como as proferidas por H. Brown, ministro da Defesa dos Estados Unidos, que declarou que "Os EUA têm por fim assegurar, para os meados dos anos 80, a supremacia militar da NATO sobre os países do Tratado de Varsóvia". Afirmações — confirmadas pela prática — que por si só desmentem toda a campanha propagandística desenvolvida pelo imperialismo quanto a uma pretensa "ameaça militar soviética".

Política de paz da URSS

Afirma Dimitri Ustinov:

«São vãs as tentativas dos dirigentes militares da NATO em desmentirem o carácter defensivo da doutrina militar soviética, tendo como pretexto a potência das nossas Forças Armadas e a sua capacidade de esmagar todo o agressor que ariscar iniciar a guerra. Esta manobra não é só de hoje, nem resiste à crítica. É notório ao mundo inteiro que a União Soviética não se prepara para atacar ninguém, nem nunca efectuará um tal ataque. É igualmente notório ao mundo inteiro que o Exército e a Marinha de Guerra soviéticos estão efectivamente prontos a responder ao ataque, qualquer que seja o agressor, quaisquer que sejam os meios de guerra por ele aplicados. A resposta a qualquer ataque contra a União Soviética ou contra os outros países da comunidade socialista será imediata e isso nós afirmamo-lo claramente.

A perfeita compreensão da direcção soviética do que significaria uma guerra, nas condições da nossa época, para a Humanidade, pré-determina a posição activa da URSS. Hoje, não há alternativa razoável à coexistência pacífica. Os seus princípios afirma-se sempre mais amplamente, na prática das relações entre Estados. A Conferência Europeia que adoptou a Acta Final, como carta de segurança dos povos da Europa, carta da vida pacífica, foi

convocada por iniciativa dos países da comunidade socialista. As conversações visaram a interdição completa e geral dos ensaios nucleares. A interdição da arma radiológica e de outras armas, está em curso com a participação activa da URSS.

Nós trabalhamos para obter o fim da fabricação da arma nuclear, a redução gradual dos seus «stocks» até à sua liquidação total, reforçando ao mesmo tempo as garantias políticas e jurídicas internacionais dos Estados de modo a que a energia nuclear seja somente utilizada para fins pacíficos.

A União Soviética insiste na conclusão rápida dos preparativos dos tratados e convenções que ponham termo ao fabrico e ao armazenamento da arma química, que condicionariam a destruição dos seus «stocks» e proibiriam a criação de novos tipos e sistemas de armas de exterminação em massa.

Na luta para atingir estes nobres objectivos a União Soviética coopera estreitamente com os outros países socialistas.

O tratado para a limitação dos armamentos estratégicos ofensivos (SALT-2) assinado pela União Soviética e pelos Estados Unidos deve desempenhar um papel importante para estabilizar a situação internacional. Durante a discussão deste tratado, os Estados Unidos demonstraram muita hesitação e estabeleceram muitos ziguezagues. O documento foi finalmente assinado. Representa o equilíbrio minuciosamente pesado dos interesses das duas grandes potências nucleares. Ao mesmo tempo, o tratado (SALT-2) responde às esperanças de paz de todos os povos.

A União Soviética dá uma importância de primeira ordem ao facto de que, paralelamente à assinatura do (SALT-2), a URSS

e os Estados Unidos acordaram prosseguir as conversações, durante as quais, de acordo com o princípio da igualdade e da mesma segurança, vão trabalhar para obter reduções importantes e substanciais das quantidades e das limitações qualitativas dos armamentos estratégicos.

É importante que obstáculos artificiais complementares não surjam nesta via e que os esforços consentidos para alcançar um acordo sejam mútuos, consequentes e permanentes.

Uma questão se põe: em que sentido manobram, neste último tempos, os Estados Unidos? As suas acções práticas após a assinatura do tratado (SALT-2), não conduzirão a sérias complicações que afastam

a perspectiva do SALT-3 e agravam as relações soviético-americanas?

É uma questão legítima, porque estamos em presença de um acréscimo de agressividade do bloco da NATO, onde os Estados Unidos dão o tom, e da activação dos preparativos militares americanos em diversas regiões do mundo.

Que nos oferece a NATO

«Adaptam-se-lhe sistemas de armamentos que, como o camarada Brejnev afirmou simbolicamente, constituem uma mina colocada sob o edifício da paz



na Europa, mesmo sob os seus alicerces. Aumentam-se os efectivos das Forças Armadas do bloco da NATO, que, desde agora, contam com mais de três milhões de homens na Europa. Aperfeiçoam-se o sistema de comando e de interacção. Procede-se, por outro lado, ao rearmamento rápido de todos os tipos de forças armadas e de todas as armas. No território dos Estados da Europa ocidental criam-se enormes reservas de armas e de técnicas para as tropas dos EUA que serão transferidas para a Europa durante as «crises». Ampliam-se as possibilidades da aviação militar de combate e de transporte das unidades de paraquedistas.

A Europa não constitui uma excepção. Intensifica-se também a presença militar dos EUA no Japão. Na NATO estuda-se a possibilidade de fornecer armas modernas à China e encorajam-se os preparativos militares de Pequim contra os países vizinhos. No Médio Oriente cria-se, sob a égide dos EUA, uma nova aliança agressiva com a participação de Israel, do Egipto e de outros países. Procede-se activamente à formação de um «corpo de intervenção rápida», com 100 mil homens, destinado a executar as «funções punitivas».

Os EUA deslocam para a zona do Oceano Índico uma frota permanente, ignorando todos os protestos dos Estados desta região. Os factos mostram, portanto, que camuflando-se por detrás da inexistente «ameaça militar soviética», são justamente a NATO e os EUA que aumentam invariavelmente os armamentos dirigidos contra a URSS.

Duas políticas, de que ressalta, mais do que nunca, a falência de um sistema que avança por um caminho em que é posta em causa a própria sobrevivência da humanidade.

1 de Novembro: o início da grande batalha pela independência da Argélia

No dia 1 de Novembro comemora-se o aniversário do início da luta armada na Argélia contra o colonialismo francês. Em 1954, dos planos de Aurés, é desencadeada a luta de guerrilha simultaneamente em 40 pontos do território nacional. O movimento nasceu, em 1949, de um pequeno núcleo de «jovens militantes responsáveis», que viriam a constituir o futuro Comité Revolucionário para a Acção e a Unidade, célula base da FLN que desencadearia o levantamento nacional de 1954.

O movimento de libertação na Argélia surge como reacção a 124 anos de domínio colonial e a ilusões legalistas com que se compraziam os partidos políticos tradicionais, pese embora a sua contribuição para a formação de uma consciência nacional.

Século e meio de dominação estrangeira, com implantação de uma numerosa população estrangeira, forte presença militar, apropriação generalizada e violenta das terras, trazia-se em números bem significativos: a renda média dos argelinos era dez vezes inferior à dos franceses; o nível de vida dos camponeses, o mais baixo do mundo; acentuava-se a degradação económica como o provam factos como a diminuição da produção de cereais em 20%, em 50 anos, período em que a população argelina duplicou; de uma população activa de mais de 3 milhões, apenas um quarto tinha empregos estáveis, recebendo entretanto salários três vezes inferiores aos dos europeus.

A guerra de libertação da Argélia foi particularmente dura. Sete anos de luta armada em que foram sacrificados pelo

colonialismo francês um milhão e meio de pessoas. A sua evolução, os seus passos fundamentais, atestam desta crueza, mas também da determinação dos militantes nela empenhados, das suas profundas raízes populares. Em menos de um ano a luta estendeu-se à totalidade do território. De 1956 a 1958, o governo francês recorre cada vez mais intensamente, a par de manobras políticas, à mais violenta repressão, mesmo à tentativa de isolamento do país através da colocação de redes electrificadas nas fronteiras, ao reforço constante dos efectivos militares, à utilização quotidiana de refinadas torturas contra os patriotas presos. Entretanto, e apesar disso, a luta de libertação avança inexoravelmente. Em 11 de Dezembro de 1960 a população da capital argelina ocupara as ruas numa imponente manifestação de apoio à FLN e pela independência nacional. Poucos meses depois iniciaram-se os primeiros contactos directos entre a FLN e o governo francês.

A beira da derrota, o colonialismo francês recorreu ao terrorismo sistemático, a redobrados crimes, ao assassinato político diário — campo em que a acção da organização criminosa OAS ficou tristemente célebre.

O cessar-fogo foi assinado em Evian, em 18 de Março de 1962. Em 1 de Julho o plebiscito pela independência foi massivamente votado pelo povo argelino. Sete anos de uma difícil luta impuseram finalmente a vitória do povo argelino sobre o colonialismo francês.

O programa da direita um programa para a destruição de Abril

Foi ainda na passada semana que a Aliança Reaccionária divulgou o seu programa. O «Avante!» saíra para a rua anunciando nas suas páginas o que com toda a evidência seriam os projectos de destruição da democracia portuguesa dos partidos da direita e, quase ao mesmo tempo, Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Ribeiro Teles confirmavam de viva voz em conferência de Imprensa o que afirmávamos.

O programa da Aliança Reaccionária é um livrinho de 100 páginas onde se debitam enormidades, ameaças, projectos anticonstitucionais e antinacionais, insultos aos trabalhadores e à democracia, namoros ao imperialismo e concomitantes subversões, tudo devidamente embrulhado num palavreado pernóstico com que se pretende disfarçar — mal — o verdadeiro sentido e objectivo de medidas propostas e objectivos apontados.

É uma característica dos partidos da direita (a começar pelos seus próprios nomes...) o de não se apresentarem com a sua verdadeira face e os seus verdadeiros objectivos: a reacção bem sabe que muito mal cairia ao povo português se eles divulgassem o que efectivamente são e querem. Mas desta feita as coisas tornaram-se mais claras, não só porque

a direita desespera, como também porque Portugal cada vez os conhece melhor e compreende melhor o que efectivamente pretende o jesuitismo de Freitas do Amaral, lado a lado com as incoerências de Sá Carneiro, os «monarquismos-ecologistas» de Ribeiro Teles, as truculências tão sórdidas quanto pacóvias de Sousa Tavares, os insultos de Jardim — lado a lado com as bombas, as ameaças, as mentiras.

Se, ponto por ponto, compararmos o que o «Avante!» da semana passada anunciava como o que tudo indicava virem a ser os pontos essenciais do programa da Aliança Reaccionária com o que foi anunciado, verificar-se-á o acerto do que dissemos.

A seguir incluímos algumas transcrições que dispensam comentários.

Os itálicos são nossos.

- «A Aliança Democrática defende por princípio uma atitude favorável à legitimidade democrática do referendo» e a AD irá «elaborar uma proposta de Lei-Quadro sobre o referendo»
- «Será modificada a Lei Eleitoral, por forma a introduzir o voto obrigatório e a garantir a máxima capacidade de expressão genuína da vontade popular»
- «A Aliança Democrática encarará de frente a questão da Reforma Agrária, revendo a Lei de Bases; redistribuindo de

uma maneira racional e justa as terras expropriadas por trabalhadores rurais e por agricultores; e acelerando a entrega de reservas»

- A AD propõe-se «abrir progressivamente os diversos sectores à iniciativa privada, incluindo a banca e os seguros»; «reprivatizar as empresas indirectamente nacionalizadas»; «*analisar cuidadosamente a exploração das empresas públicas e admitir a possibilidade de exploração, em regime de concessão, pelo sector privado daquelas que se considerem fora da vocação do Estado* ou da sua capacidade para gerir»
- «A primeira prioridade do Governo da Aliança Democrática é a plena integração de Portugal na Comunidade Europeia»; «a Aliança Democrática garantirá também uma participação completa e activa de Portugal na Aliança Atlântica»; e a AD irá «apoiar o reforço da participação das Forças Armadas Portuguesas no âmbito da NATO»; «promover todas as transformações legislativas necessárias à nossa aproximação, nos mais variados aspectos, das práticas e legislações correntes dos países do Mercado Comum»
- «O Governo da Aliança Democrática desburocratizará a intervenção estatal no

que se refere ao controlo de preços, eliminando progressivamente os presentes factores de arbitrariedade, de forma a que as empresas *conheçam com clareza* os critérios de actuação a que se sujeitam»; não há referências directas à política quanto a salários... Apênas se diz que «as medidas que a Aliança Democrática tomará na área do trabalho serão pragmáticas, imediatas e realistas»!

- A AD pretende «rever a lei dos partidos políticos», «rever a legislação do trabalho» nomeadamente porque «não é possível esquecer a nossa integração nas Comunidades Europeias e a consequente necessidade de adaptar as concepções básicas e os princípios fundamentais do nosso sistema de relações de trabalho aos dos países do bloco democrático europeu»; «rever a Lei Sindical e das Associações Patronais»
- O problema da segurança pública — isto é, o problema da defesa das instituições, da ordem e tranquilidade e da protecção de pessoas e bens — deve ser, até pelas circunstâncias particulares da sociedade portuguesa, objecto de especial preocupação. A segurança de pessoas e bens exige um apoio firme à actuação da PSP e da GNR, bem como à PJ, e o reforço da respectiva coordenação».

A «dinâmica imparável» da aliança reaccionária sofreu rude golpe



A «Aliança Reaccionária» desenvolve toda uma campanha dirigida no sentido de se apresentar ao eleitorado como uma vencedora certa e possuída de uma dinâmica imparável. Os seus dirigentes afirmam estar seguros de virem a alcançar a maioria absoluta dos votos, e a imprensa reaccionária multiplica os títulos e os comentários no mesmo sentido. Ao que parece, em toda esta encenação nem sequer vai faltar a divulgação de uma «sondagem», que já estaria a ser preparada nos gabinetes da reacção, dando a vitória à «aliança» por larga margem... Mas, infelizmente para a reacção, os factos são os factos. A «Aliança Reaccionária» quis descer à rua em Lisboa, fez uma mobilização à escala nacional, e foi o que se viu: a «multidão» não deu para encher mais de metade do Rossio! A «dinâmica imparável» sofreu um rude golpe, e as afirmações de «vitória certa» surgem como profundamente ridículas.



A campanha da reacção começa a ganhar o «tom»...

O rebentamento de bombas no Alentejo e Faro, o incêndio da bandeira do PCP num Centro de Trabalho no Algarve e mais um ou outro acto provocatório, juntamente com uma violenta campanha anticomunista na imprensa e nas palavras de dirigentes da «aliança reaccionária», são indícios (a acrescentar aos anteriores e mais graves, em Montemor) de um estilo de campanha eleitoral por parte da direita que convém desde já ter em conta.

Com efeito, é provável que factos como estes e outros semelhantes continuem a suceder e até mesmo se intensifiquem. A «justificação teórica» arranjada por Sá Carneiro para o ataque aos comunistas visa claramente dar cobertura e incentivar acções deste tipo por parte das forças reaccionárias.

Além disso, há já o precedente das últimas eleições, que nos dão um exemplo bem claro daquilo a que a reacção recorre para tentar levar a bom termo os seus desígnios antidemocráticos. A violência, a provocação, a calúnia, a mentira, a coacção, são métodos indissolúvelmente ligados à própria actividade das forças reaccionárias, conforme o provam os cinco anos da revolução portuguesa.

Convém não esquecer

O que aconteceu em 1976, quando das eleições para as autarquias?

No período pré-eleitoral e durante a campanha, a reacção serviu-se de variados recursos para montar um ambiente de insegurança que favorecesse os seus objectivos eleitorais, o principal dos quais era enfraquecer as posições do PCP para melhor atacar as conquistas da Revolução.

A acção reaccionária desenvolveu-se em diversos planos. Procurou-se criar um clima de instabilidade e intimidação através de boicotes a sessões, agressões a democratas e outras provocações; destruição de propaganda e distribuição de propaganda falsa e caluniosa; falsos alarmes acerca da

existência de bombas; actividade provocatória de caciques reaccionários e actuação ilegiti-

tima de certos membros reaccionários do clero.

• Recordem-se a ilegalidades e irregularidades, nomeadamente em concelhos dominados pela caciagem reaccionária, proibindo a afixação de propaganda, criando dificuldades ou impedindo a realização de sessões, colocando propaganda do PPD e do CDS nas secções de voto, encerrando as urnas antes do

tempo, como no caso de Tarouca, etc.

• Promoveram-se diversos actos terroristas, nomeadamente recorrendo a provocações destinadas a levar o eleitorado a pensar que a responsabilidade de tais actos pertencia aos comunistas e ao Povo Unido. Recordem-se, entre outros atentados, a bomba em casa de Lopes Cardoso, as sabotagens com explosivos nas linhas do Estoril e Sintra, a carga de plástico no aqueduto de Santa Iria da Azóia.

Como se sabe, tais «argumentos» eleitorais não tiveram o efeito pretendido. O povo não se deixou enganar e a reacção saiu pesadamente derrotada.

Entre as eleições para a Assembleia da República em Abril de 1976 e a das autarquias em Dezembro do mesmo ano, o PPD perdeu 274 948 votos (menos 21,2 por cento), enquanto o CDS (muito esperando na sua «alternativa 76») perdeu 17 125 (menos 20,2 por cento).

A direita e as bombas

Os métodos terroristas têm sido com frequência utilizados pelas forças reaccionárias, mesmo fora dos períodos eleitorais. Através deles, procura-se, por um lado, intimidar as forças progressistas e o povo em geral, mas por outro lado, sistematicamente, visa-se envolver neles os comunistas, tentando acusá-los de estarem na origem do terrorismo. A fim de encobrir os seus projectos golpistas, a reacção promove a desestabilização e depois pretende fazer crer que os desestabilizadores são os comunistas.

Tais intentos têm fracassado. O que se passou em 1975 e 76 e o que depois se veio a apurar é significativo. Um caso, entre muitos outros, permanece exemplar.

Em Junho de 1975 uma bomba, aliás de fraca potência, rebentou na sede do PPD em

Vila do Conde. Seguiu-se imediatamente um grande alarido da reacção, acusando os comunistas da autoria do atentado. Foi uma campanha em grande. Mas quem foram, afinal, os autores de tal acto, conforme mais tarde se veio a provar? Nada mais nada menos que os srs. Ramiro Moreira, Manuel Teixeira Gomes e Marques da Costa, conhecidos figuras da rede bombista...

A reacção insiste nas suas manobras provocatórias mas a verdade já não oferece dúvidas a ninguém.

Ramiro Moreira foi acusado de 68 acções terroristas, das quais 21 em automóveis e 19 em residências. Quem é Ramiro Moreira? Um antigo elemento da «segurança» do PPD, com direito a foto ao lado do chefe...

Manuel Teixeira Gomes e Marques da Costa foram acusados de dezenas de atentados bombistas. Quem são eles? Delegados do CDS em mesas de voto, na Póvoa do Varzim...

D. Pedro Magalhães Coutinho, conde de Ponte de Lima, foi acusado de ceder o seu palácio para reuniões dos terroristas do MDLP. Quem é o conde, entretanto, fugido para o Brasil? Um conhecido dirigente do PPM...

É isto só para dar apenas um exemplo de cada um dos partidos da aliança reaccionária.

Há, pois, que estar atento e vigilante perante o possível recurso por parte da reacção a uma «campanha eleitoral» semelhante à de 1976. A reacção tem medo das eleições livres. Prefere um clima de instabilidade e insegurança, porque sabe que a tranquilidade e a ordem democrática não são o ambiente propício aos seus intentos de fazer intervir junto das populações a coacção física e as pressões psicológicas, com as quais sempre tem procurado compensar a falta notória de outros argumentos.

Impõem-se alterações urgentes na Comunicação Social do Estado

A situação nos órgãos de Comunicação Social estatizados ou sob o controlo do Estado continua a suscitar as maiores preocupações. A maior parte deles, no que se refere nomeadamente ao rigor, objectividade e imparcialidade da informação política, continua a dar mostras de graves deficiências, que em alguns casos assumem a expressão de uma intolerável discriminação em relação às forças democráticas, nomeadamente o PCP.

Esta situação atinge tanto maior gravidade quanto é certo que estamos em vésperas do início da campanha eleitoral, sem que entretanto sejam anuladas, como de há muito se impõe, as medidas resultantes do verdadeiro assalto à informação por parte da direita durante o prencismo de triste memória.

Os jornais e os dirigentes da «aliança reaccionária» gritam que os que pretendem introduzir alterações nos órgãos de Comunicação Social do Estado visam pôr em causa a liberdade de informação. Cínicamente, passam por cima do facto, evidente para quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir, de que é a direita, e muitas vezes a direita mais reaccionária, quem domina a informação na maioria desses órgãos, utilizando-a descaradamente para a propaganda e a promoção da política e dos políticos da direita.

O que está em causa não é a liberdade de informação, mas sim — e é esta situação que é preciso urgentemente alterar — o pendor marcadamente direitista do material informativo veiculado pela rádio, a televisão e a imprensa do Estado.

E não se trata apenas de, de vez em quando, como quem concede um favor, solicitar um artigo ou um pequeno depoimento a um comunista ou outro homem de esquerda; trata-se de revestir toda a informação da isenção a que a própria deontologia profissional obriga.

«O Percurso dos Partidos»

No passado dia 26 a SIP do PCP divulgara um comunicado no qual manifestava a sua apreensão quanto à orientação, utilidade e oportunidade, nomeadamente em período pré-eleitoral, de uma série de programas intitulados «O Percurso dos Partidos», iniciado na véspera, tanto mais que se anunciava para breve a emissão de um programa dedicado ao PCP.

Comentava a SIP que, «pretendendo tais programas caracterizar, interpretar e comentar, de forma necessariamente sintética, o «percurso dos partidos», tornam-se evidentes os riscos acrescidos de análises superficiais, de apreciações subjectivas e de incorrecções susceptíveis de influenciar os eleitores».

E acrescenta:

«A SIP do PCP não discute nem coloca reservas quanto à vantagem de a RTP/2 poder acompanhar, com vivacidade e iniciativas inovadoras, a vida política nacional neste período pré-eleitoral. Entretanto, não pode deixar de formular a opinião de que, neste período, mais do que a RTP/2 ou seus colaboradores emitirem juízos próprios sobre os partidos, seria aconselhável que fosse dada voz aos partidos e às suas posições sobre os problemas assim como sobre o seu próprio programa e a sua própria história permitindo aos eleitores a obtenção de informação em fonte autêntica e sem interferência de comentários de terceiros que, inevitavelmente, acabariam por ser motivo de polémica e de crítica».

O tal programa sobre o PCP surgiu no último domingo à noite, integrado à rubrica «A Par e Passo». As apreensões existentes confirmaram-se inteiramente.

Afirmava a SIP do PCP, em nova nota entretanto divulgada: «A história, a luta e a orientação do PCP sofreram grosseiras falsificações, num trabalho caracterizado pela ignorância atrevida, pela má-fé deliberada e pela falta de seriedade e rigor de um texto ridiculamente pretencioso e convénio mas, ao mesmo tempo, gravemente calunioso».

A SIP do PCP lastima profundamente que a RTP/2, dando divulgação à impreparação, à pobreza intelectual e ao preconceito político de um dos seus colaboradores, se tenha deixado responsabilizar pela formulação de juízos falsificadores sobre a história e os objectivos do PCP, com a agravante de estar a decorrer o período pré-eleitoral.

A SIP do PCP realinha que esta orientação do PCP sofreram grosseiras falsificações, num trabalho caracterizado pela ignorância atrevida, pela má-fé deliberada e pela falta de seriedade e rigor de um texto ridiculamente pretencioso e convénio mas, ao mesmo tempo, gravemente calunioso.

A SIP do PCP realinha que esta orientação do PCP sofreram grosseiras falsificações, num trabalho caracterizado pela ignorância atrevida, pela má-fé deliberada e pela falta de seriedade e rigor de um texto ridiculamente pretencioso e convénio mas, ao mesmo tempo, gravemente calunioso.